

ISSN 1888-8763

2021

Boletim

*da Academia Galega
da Língua Portuguesa*

Luís Gonçalves Blasco | Josep J. Conill | Ângelo
Brea | Alexandre Banhos | Maria S. Dovigo
Ângelo Cristóvão | Artur Alonso Novelhe | José
Inácio Regueiro Castro "Capeloso" | Claudio
Rodríguez Fer | António Gil Hernández



Academia Galega da
Língua Portuguesa

*Boletim da
Academia Galega
da Língua Portuguesa*



Academia Galega da
Língua Portuguesa

Presidente da AGLP

Rudesindo Soutelo

Conselho de Redação

Conselho Científico

I. Alonso Estraviz (UVi); C. Álvarez Cáccamo (UdC); C. Assunção (UTAD); J. Malaca Casteleiro (ACL)[†]; E. Bechara (ABL); Zélia Borges (UMackenzie); P. Borges (FLUL); A. Brito (ULP); R. Brito (Mackenzie); L. Garcia Soto (USC); M^a C. Henríquez (UVi); Á. Iriarte (UMinho); C. de Mello (UCoimbra); C. Mória (UdC); J. M. Montero Santalha (UVi); I. Morán Cabanas (USC); T. Moure (USC); J. Paz (UVigo)[†]; C. Reis (UAb); R. Reis (UVA); J. L. Rodríguez (USC); A. S. da Silva (UCP Braga); C. Taiibo (UAM); C. Teasley Severino (UdC); J. Torres (UdC); E. Vieira Ouriques (NETCCON-UFRJ); X. Vilhar (USC); B. Weigert (UEvora).

Impressão

Diagramação: Lucía Cobo
Sacauntos Cooperativa Gráfica
Rúa do Avío, 11, 15705 Compostela

Depósito Legal C-2345/08

ISSN 1888-8763

Secretário da AGLP

Joám Evans Pim

Maria S. Dovigo, Ernesto Vasques Souza, Álvaro Vidal Bouzon, José M. Barbosa, António Gil Hernández (Diretor).

Conselho Assessor

Ângelo Brea Hernández; Margarida Castro; Chrys Chrystello; Henrique Correia; Marcos Crespo; Ângelo Cristóvão; Carlos Durão Rodrigues; Renato Epifânio; Henrique Salles da Fonseca; Luís Gonçalves Blasco; Higinio Martins Estevez[†]; Anabela Mimoso; Mário Afonso Nozeda Ruitinha; Francisco Paradelo Rodríguez; Ramon Reimunde Noreña; Valentim Rodrigues Fagim; José R. Rodrigues Fernandez; Concha Rousia; Joám Trillo; Fernando Vazques Corredoira; Xavier Vásquez Freire; Crisanto Veiguela Martins.

Edita

Casa da Língua Comum
Rua de Emílio e Manuel, 3, r/c
15901. Santiago de Compostela (Galiza)

<http://www.academiagalega.org>

Conteúdos

Editorial

7-8

ESTUDOS

Carvalho Político

Luís Gonçalves Blasco

11-30

Neovalencianismo e poder:
o comboi e a ilusão hegemónica

Josep J. Conill

31-56

O *descort* provençal
e o problema do corpus

Ângelo Brea

57-89

INSTITUIÇÃO

Obituários

In memoriam de Higinio Martins Esteves académico da AGLP

93-96

In memoriam de José Paz Rodrigues académico da AGLP

97-104

Atividades da AGLP no ano 2021

Maria S. Dovigo
Ângelo Cristóvão

105-117

A fenda esquecida entre Galiza e Portugal

Artur Alonso Novelhe

119-127

PUBLICAÇÕES

A Evolução Histórica dos Limites da Galiza
José Manuel Barbosa

José Inácio Regueiro Castro
“Capeloso”

131-134

*Memória de Desmemória. Prólogo de As mu-
lheres da Casa da Bouça da roupa estendida*
Adela Figueroa Panisse

Claudio Rodríguez Fer

135-139

Gramática e Linguística
Ensaíos e outros estudos
Amadeu Torres

António Gil Hernández

141-145

Editorial

Annus horribilis foi o 2021 para a Academia Galega da Língua Portuguesa e para a Fundação AGLP pela morte dos académicos Hígino Martins e José Paz, pessoas sábias e trabalhadoras, que nos deixam exemplos e obras de vigência perdurável.

A AGLP, a Fundação AGLP continuaram realizando as atividades programadas, mas a ausência de Hígino e de Paz gravitou e continuará gravitando na memória dos companheiros académicos.

Sem dúvida ambos prefeririam que superemos a tristeza pelo seu passamento e continuemos nos trabalhos empreendidos.

Deixemos que eles acabem este editorial com alguma mostra dos seus pensamentos e propostas.

Hígino, por exemplo, em *As Tribos Calaicas* (2008) espalha sabedoria e até bons conselhos, insertos nas suas investigações:

Se a Galiza velha (Kalláikia) existia antes da ordem latina, cabe supor-lhe um centro aglutinante. Cf. as *Olimpiadas* ou os grandes santuários que uniam os gregos. O *Centro do Mundo* seria a par *Montanha Sagrada*. Acaso temos algum resto desse ponto? A meu ver, temo-lo bem claro, e pasma não ter-se visto antes. Segundo Ptolomeu, na terra dos *tíbuos ou *tríbuos estava a vila de *Nemetóbriga*, que significa “vila santa ou consagrada” antes que “vila do santuário”, como se dizia. Ora bem, -BRIG(A) dantes foi “altura, outeiro, monte”. Depois, por morarem os celtas hallstáticos em alturas fortes, chega a ser “castro, *oppidum*, vila forte”. Logo é legal arcaizar a tradução, conforme a natureza religiosa do material e entender também *montanha sagrada*.

A sacralidade é dado essencial, mas dir-se-á que qualquer vila é para os seus figura da Cidade Sagrada, Centro do Mundo. Por que teria de ser núcleo da Kalláikia para o conjunto dos avós pré-romanos? Além de ser a só chamada assim, concorre a circunstância de situar-se em lugar adequado. Para Cuevillas, estaria em Mendoia ou Trives Velho, num círculo com centro na Póvoa de Trives e rádio duns 2 km. Pois bem, justo aí, perto do Monte Furado e da Póvoa de Trives, os historiadores coincidem em pôr o encontro dos limites dos três conventos, asturicense, bracarense e lucense. As fronteiras, controversas alhures, aí são pacíficas.

José Paz, pela sua parte, teve como modelo pedagógico e ainda mais o Rabindronath Tagore, segundo ele mesmo confessa:

O galego-português é o meu idioma materno, por isto com grande prazer, porque também sou um tagoreano, investiguei sobre a forma em como Robindronath Tagore, em todas as suas múltiplas facetas, foi acolhido nos países que têm como oficial a minha língua. que todos conhecemos como Mundo da Lusofonia. O presente [...] é o resultado das minhas pesquisas levadas a cabo nos últimos meses. Encontrei verdadeiras maravilhas sobre o tema e descobri temas tagoreanos do maior interesse, nomeadamente em Goa e no Brasil. A lingua portuguesa [...] é a mais antiga das latinas da Península Ibérica, começando a ser usada em documentos escritos, lá pelo século IX. No século XV chegou a ter uma literatura muito rica. Os portugueses com as suas descobertas a levaram por todo o mundo, de aí a sua presença em países de todos os continentes. [...]

No presente estudo analiso como a grande figura de Robindronath Tagore, o *Leonardo da Vinci do século XX*, foi acolhida em cinco países lusófonos, Galiza, Goa, Portugal, Brasil e Angola. Onde houve numerosas traduções das suas obras, a partir da consecução do Prémio Nobel de Literatura em 1913. Onde foi muito apreciado por infinidade de escritores e muitos poetas e educadores. Analisando também a acolhida que teve em jornais e publicações periódicas e as homenagens organizadas arredor da sua figura para comemorar em 1961 o centenário do seu nascimento, e em anos posteriores. No Brasil ainda hoje continuam a publicar-se em novas edições as suas obras mais importantes, tendo um grande sucesso. (Texto inédito)

Descansem em Paz Higino Martins e José Paz.

Estudos

Carvalho Político *

Luís Gonçalves Blasco

Resumo

Carvalho tem uma intensa vida política antes da sublevação militar-fascista, ainda que no seu íntimo se sentisse mais poeta do que político. O seu papel nos movimentos estudantis foi muito importante. Quando se cria o Partido Galeguista ele, que já pertencera a organizações nacionalistas anteriores, está presente. A sua atividade no PG foi grande e ocupou postos de responsabilidade; em 1936 é elegido compromissário, pelo PG, para a eleição do presidente da república espanhola; fora Carvalho junto com Lois Tobio o autor do anteprojeto de estatuto que apresentou o Seminário de Estudos Galegos. No momento da sublevação, Carvalho está em Madrid preparando o concurso para professor de ensino médio; este processo é interrompido pelo golpe e Carvalho inscreve-se como miliciano no batalhão Félix Bárzana da FETE-UGT; mais adiante vai à escola popular de guerra e recebe o grau de tenente com o que

participa na guerra até o seu final. Encarcerado pelo bando franquista e julgado e condenado. A sentença foi de reclusão de 12 anos e um dia, felizmente em maio de 1941 é posto em liberdade condicional por rendição de penas pelo trabalho e boa conduta. Até maio de 1951 tem que se apresentar mensalmente no comissariado e não será até 22 de maio de 1963 que lhe serão eliminados os antecedentes penais.

Isto explica o seu relativo silêncio político de após-guerra. Contudo, na entrevista que lhe faz Francisco Salinas em 1989, declara-se autodeterminista e explica: *Agora bem, a autodeterminação supõe a liberdade de resolver o destino do País pelo próprio País.*

Palavras-chave

Esquerda. Estatuto. Guerra. Cárcere. Silêncio político.

* Este artigo em homenagem ao Prof. Carvalho Calero, não foi incluído no vol. 13 do BAGLP; por isso inicia este vol. 14.

Abstract

Carvalho had an intense political life before the military-fascist uprising, although in his heart he felt more a poet than a politician. His role in the student movements was very important. When the Galeguista Party was created, he, who had already belonged to previous nationalist organizations, was present. His activity in the PG was great and he held positions of responsibility; in 1936 he was elected by the PG for the election of the president of the Spanish republic; Carvalho, along with Lois Tobio, was the author of the draft statute that presented the Galician Studies Seminar. At the time of the uprising, Carvalho is in Madrid preparing the competition for middle school teacher; this process was interrupted by the coup and Carvalho signed up as a militiaman in the Félix Bárzana battalion of the FETE-UGT; more ahead it goes to the popular school of war and receives the degree of lieutenant with which it participates in the war until its end. Imprisoned by the Francoist side

and judged and condemned. The sentence was imprisonment for 12 years and one day, luckily in May 1941, he was released on parole for rendition of sentences for work and good conduct. Until May 1951, he must report to the police station monthly and it will not be until May 22, 1963 that his criminal record will be eliminated.

This explains their relative post-war political silence. However, in the interview with Francisco Salinas in 1989, he declares himself to be self-determinist and explains: *Now, self-determination presupposes the free-dom to decide the destiny of the Country for the Country itself.*

Key words

Left. Statute. War. Prison. Political silence.

Muito se vai escrever este ano [2019] e o próximo sobre o imenso vulto do saudoso Carvalho Calero, se calhar não tanto sobre o aspeto político da sua vida; eu que conheci pessoalmente o professor sinto um particular interesse pelo Carvalho político, entre outras cousas porque ele foi camarada e amigo do pai de uma pessoa que também foi camarada e amigo meu. Estou a falar de José Caamanho, militante da FUE (*Federación Universitaria Escolar*) e também da *Esquerda Galeguista*; seu filho José Caamanho González¹ militou comigo na FUDG (*Federación Universitaria Democrática Galega*) e em diferentes organizações da esquerda nacionalista galega.

Conheci pai e filho, mas foi sobretudo o filho (razões de idade) quem mais me acompanhou até à sua prematura morte; guardo uma foto de uma manifestação de *Galicia Ceibe*, onde ambos levamos uma criança às cavalitas; eram minhas filhas. A mais velha morreu, sem cumprir 25 anos, o mesmo ano em que morria Pepe Caamanho².

Achei juntas as assinaturas de José Caamanho e Carvalho Calero no número 285 d'A *Nosa terra* (1.º de julho de 1931) no seguinte manifesto que o jornal galeguista faz também seu, *A esquerda galeguista fálalle ó país*. Nele defende-se o direito indiscutível do povo galego a se autodeterminar; a EG compromete-se a não aceitar nomeações políticas que venham do governo de Madrid e defende-se o Estatuto que se tinha aprovado a 4 de junho na Crunha, em cujo primeiro artigo dizia-se que a Galiza era um estado autónomo dentro da república federal espanhola³. Finalmente EG anunciava a sua abstenção para as imediatas eleições constituintes por não as considerar democráticas. Como disse, entre os assinantes do manifesto figuram os advogados José Caamanho e Carvalho Calero numa lista (incompleta) de que também fazem parte, entre outros, Luís Seoane, Ánxel Casal, António Fraguas, Arturo Cuadrado, Luís Tobio, Carnero Valenzuela e López Durán.

O esquerdismo de Carvalho leva-o a participar no *Centro Operário* de Ferrol onde a 13 de julho de 1929 pronuncia uma palestra intitulada *En torno a las ideas comunistas de Platón* que seria publicada o mesmo ano⁴, prologada pelo

¹ Pepe Caamanho, filho, mostrava com orgulho a "orla" de seu pai, onde estavam ele e Carvalho.

² Peço desculpas por este introito sentimental, mas tinha de o escrever.

³ Como é sabido, a república não seria federal.

⁴ Tipografia "El Eco de Santiago", 1929.

presidente do *Centro Obrero de Cultura*, J. Vázquez Galán. Cito umas linhas do final desta obra e lembro que o conferencista era um estudante de 18 anos:

Sólo me resta, para terminar, y rindiendo culto a las ideas que han hecho vibrar mi corazón con un ritmo más intenso de emoción y de simpatía, hacer votos porque la gran obra socialista, bloque ingente en el que han puesto sus manos de colosos Platón, Marx y Lenin [...] llegue a imponerse en todas las conciencias y a reinar en todos los espíritus ...

Carvalho cursou em Santiago a carreira de Direito e a de Filosofia e Letras de forma brilhantíssima; a sua dedicação ao estudo não lhe impediu participar nas lutas estudantis da sua época de que foi mesmo cronista no seu livro *La fuerza pública en la Universidad de Santiago*⁵. Este livro editou-se por decisão da FUE, organização a que pertenceu Carvalho e da qual chegou a ser presidente. Os momentos mais críticos produziram-se quando o presidente da Câmara Municipal de Santiago, Felipe Gil Casares, que também era catedrático na Faculdade de Direito, a mesma em que estudava Carvalho, ordenara a entrada da “força pública” na Universidade.

No prólogo de 1931 Carvalho começa com uma explicação:

Honni soit qui mal y pense. Esto no es un panfleto: es un relato. Quien lo contrario haya creído, ni de la F.U.E. sabe, ni sabe de mí: Se escribe este libro para que la opinión conozca con exactitud lo que apenas pudo entrever a través de la prensa turiferaria, a través de las palabras — palabras aladas, fugacísimas — nuestras. Hora es ya de que se eleve nuestra voz, y les responda.

O trabalho de Carvalho é realmente exaustivo, algo bem caraterístico da obra do mestre.

A 22 de janeiro de 1931 repartem-se em Santiago umas folhas com o documento dirigido ao governo Berenguer pelo comité executivo da *União Federal de Estudiantes Hispanos*; nas folhas fora cortado o fragmento onde devia figurar o pé de imprensa⁶. O governo não atendeu as demandas do documento pelo que foi convocada uma greve geral. O acordo foi tomado em Madrid e comunicado às diferentes universidades.

⁵ La fuerza pública en la Universidad de Santiago. Datos y documentos, Santiago de Compostela, Tipografía “El Eco de Santiago”, 1931. Há uma reedição: *La fuerza pública en la Universidad de Santiago y otros textos escolares*, revista e prologada pelo próprio Carvalho, publicada em 1987, que é a que utilizamos.

⁶ Não se esqueça que era uma situação de ditadura.

Apesar de que não fora consultada, a junta de governo da FUE de Santiago decidiu apoiar o movimento e nomeou um comité que devia dirigi-la. O comité repartiu uma folha em que se chamava a uma greve para o dia 26 de janeiro, segunda-feira. Esta greve começa com dificuldades; a mais grave vai ser a oposição frontal dos estudantes filiados à *Federación Gallega de Estudiantes Católicos*. Também havia gente que estando a favor da greve não gostava de se ter tudo decidido em Madrid. Contudo começava o movimento de greve e Felipe Gil Casares, catedrático de Direito Civil e, naquela altura, presidente da Câmara municipal por designação governativa, também começa a tomar as suas medidas e alguns estudantes veem-se forçados a abandonar Santiago. Em ocasiões as famílias dos estudantes recebem cartas ou são convocadas por Gil Casares para lhes comunicar a “conveniência” de afastarem os filhos de Santiago⁷.

A 29 de janeiro os grevistas decididos a triunfarem dirigem-se à faculdade de Ciências onde se produz alvoroço, o Decano, Mariano Álvarez Zurimendi, incapaz de restabelecer a ordem chama o Reitor que o deixa em liberdade de suspender as aulas, se o considerar necessário. Então os estudantes dirigem-se a Direito onde já tinha havido algum problema. Lá concentram-se perante a sala de aulas de Gil Casares, à qual se dirige rodeado de um grupo de professores; produz-se um enfrentamento entre os grevistas e algum docente e Gil Casares, agindo já como presidente da Câmara Municipal e não como catedrático, saiu e foi buscar a força pública, os estudantes fecham a porta mas os guardas conseguem abri-la e sabre em mão entram produzindo-se detenções e expulsões. Finalmente, a faculdade ficou encerrada e Gil Casares na praça à frente dos guardas. Gil Casares apresentou-se a Cabeza de León, Decano de Direito, para informá-lo de que renunciava temporalmente à sua condição de catedrático para ter as mãos livres, agindo apenas como presidente da Câmara Municipal. Carvalho dirigia-se à Universidade quando se inteirou do que se estava a passar e decidiu, com o presidente da associação de estudantes de Direito e outro companheiro, ir falar com o Reitor, de caminho cruzaram-se com alguns professores e um deles, Carlos Ruiz del Castillo, disse-lhes: *Obran ustedes como delincuentes sin conciencia jurídica. Me avergüenzo de haberles enseñado Derecho*⁸.

⁷ É curioso que essa mesma tática foi utilizada nos 1966 e 67, ainda que nesta ocasião era a polícia (Brigada Político-Social) a que recomendava o afastamento.

⁸ Essa reação dá ideia do clima de violência que se estava a criar.

Nesta altura chega a diretiva da associação de estudantes de Farmácia encabeçada pelo seu presidente José de Mutiózabal⁹ que se unem aos outros estudantes e finalmente conseguem falar com o Reitor, Alejandro Rodríguez Cadarso, que os escutou ainda que disse que queria ouvir todas as partes para se formar uma ideia correta. Durante a conversação apareceu muito excitado Gil Casares que lhe exige o encerramento imediato da porta lateral da Universidade por onde ainda podiam entrar estudantes. Gil Casares informa o Reitor de que ele já não age como professor, pelo que não vai assistir ao Claustro convocado para aquela tarde e que, se for preciso para manter a ordem faria entrar a força pública at. na própria catedral.

Após ter-se ido embora, Mutiózabal pergunta a Rodríguez Cadarso se tinha ouvido todo o dito por Gil Casares. Responde-lhe que ouvira tudo. Os estudantes decidiram apoiar Cadarso, homem profundamente democrata, para este defender a Universidade perante o presidente da Câmara Municipal. Mutiózabal, indignado, dirige-se à sua faculdade; naqueles momentos dava aulas o Decano, António Eleizegui. Solicitou permissão de entrar; lá declarou a greve pelo que acontecia e informou o alunado do que estava a ocorrer. Quando o estudantado se dirigia à porta, falou Eleizegui para dizer que reconhecia as motivações e que o dia em que a força pública entrar na sua faculdade ele deixaria de ser Decano¹⁰. Farmácia, a faculdade mais renuente, incorporava-se à greve e ao tempo também o fazia a de Ciências. Apesar do manifestado de manhã perante seis estudantes e alguns professores, Gil Casares decide ir ao claustro convocado para a tarde e que veio a ser bastante violento. Começou presidindo Cadarso¹¹ quem afirma que dados os últimos acontecimentos apresenta a sua demissão com caráter irrevogável, a seguir Gil Casares propõe, como questão prévia, que não lhe seja aceite a demissão. Isto provoca um vivo enfrentamento com Cadarso; na discussão que se segue entre os claustrais, apenas Castillo defende com força a posição de Gil Casares. Um dos que mais se distinguiram em criticar Gil Casares foi Arias, cuja intervenção foi interrompida repetidas vezes por Castillo de maneira violenta sendo chamado à ordem pelo

⁹ Estes vinham comunicar ao Reitor que dados os últimos acontecimentos iam declarar a greve em Farmácia que até então permanecera à margem.

¹⁰ Como se vê, o professorado estava dividido e havia bastantes que partilhavam a luta estudantil contra a entrada da força pública.

¹¹ Seria substituído por Eleizegui depois de se demitir.

presidente. Finalmente Arias apresenta uma proposição em que se apoia o Reitor e os Decanos e se censura a atuação do Gil Casares. Submetida a votação recebe de um total de 10 votos, 8 favoráveis. Dá-se por encerrada a sessão e a Junta de Governo acorda manter encerrada a Universidade até a segunda-feira, e manifestar a adesão ao Reitor demissionário designando-se os professores Cabeza de León e Moralejo Lasso para lhe irem comunicar.

No próprio dia 29 discutiu-se uma instância que foi assinada por representantes das diferentes diretivas e acabou com uma manifestação estudantil que subindo pelo Hórreo acabou em casa de Alejandro Rodríguez Cadarso, aonde subiu uma comissão; as relações entre Reitor e estudantes não podiam ser melhores.

Já no dia 30 enviaram-se dous telegramas com os seguintes textos:

Asociaciones Profesionales Estudiantiles a Ministro Interior Protestamos enérgicamente actuación catedrático Gil Casares adhiriéndonos actitud Rector y Decanos dimitidos Asociaciones Profesionales Estudiantiles a Ministro Interior Reiteramos enérgica protesta actitud claustral Gil Casares esperando no admita dimisiones Rector Decanos.

A ofensiva dos estudantes "católicos" (ou *Luíses*) começou aquela mesma tarde. O estudante Pérez Parallé e algum outro repartiam pela rua do Vilar um panfleto defendendo Gil Casares e Ruiz del Castillo. O panfleto não tinha mais assinaturas que as de "un grupo de estudiantes de Derecho". Estes foram surpreendidos por um grupo de estudantes fuístas que se situaram à frente deles. À altura do café Español os estudantes "católicos" interromperam o reparto e, sempre "escoltados" pelos fuístas a que se unira um nutrido grupo de estudantes aconfessionais que passeavam pela rua, foram até ao domicílio de Pérez Parallé sempre "escoltando-o". O conhecido membro dos *Luíses* ficou em casa e a "escolta" percorreu em manifestação o Preguntoiro, a Calderaria e as Orfas berrando vivas ao Reitor e morras ao Presidente da Câmara Municipal. O anonimato saiu a lume na imprensa vespertina de Santiago¹² que publica uma nota da *Federación Gallega de Estudiantes Católicos* com quatro (4) pontos; o último dizia literalmente:

¹² Tanto *El Eco de Santiago* como *El Compostelano* mantinham uma atitude hostil perante o movimento estudantil.

4.º Dados los ideales de nuestra Asociación, los Estudiantes Católicos estamos siempre dispuestos a cumplir nuestros deberes escolares y evitar que la Universidad se convierta en un antro donde se cobijen las bajas pasiones políticas.

A seguir vinham as assinaturas do presidente, E. Roel, e do secretário, Jacobo Rey Porto.

Nos dias 30 e 31, a comissão estudantil visita alguns professores. Na praça da Universidade produzem-se cargas policiais e há detenções. Uma tentativa de enterro satírico de Gil Casares provoca que o estudante de Medicina Jesús Abad, acusado de levar a campainha no enterramento, entre às 20.00 horas no calabouço para não sair até ao dia seguinte às 11 da manhã¹³.

Pelas ruas de Santiago repartiu-se um panfleto dirigido aos ESCOLARES, em que se informava de que se tinha apresentado na secretaria da Universidade um escrito dirigido ao Reitor onde se exprimia a total adesão ao mesmo; finalizava com os seguintes pedidos:

1. Que se instruya expediente académico al claustro de nuestra Universidad D. Felipe Gil Casares, y se le apliquen las sanciones a que haya lugar, con todo rigor.
2. Que el Claustro apoye las gestiones que se lleven a cabo para lograr el inmediato regreso de los compañeros arbitrariamente deportados.

Por último, notificamos la continuación de la huelga general mientras nuestras peticiones no hayan sido atendidas.

As duas primeiras assinaturas do texto eram a de García Sabell, presidente da FUE, e a de Carvalho Calero, secretário accidental da mesma. Aquela mesma manhã, o Padre Portillo atacara, durante a missa, desde o púlpito, a FUE e a greve.

Segunda-feira, dia 2, abriu a Universidade. Nas faculdades de Farmácia e Ciências não entrou ninguém; em Medicina entraram dous alunos, Herrero, que foi por isso expulso da FUE e da associação profissional, e Roel, presidente da associação de estudantes católicos; na faculdade de Direito entraram os estudantes católicos e os seus seguidores em número muito cativo. A porta da Faculdade estava fechada e para entrar havia que chamar e acreditar a condição de estudante de Direito. Toda a praça e a escadaria estava cheia de policiais, mas alguns estudantes lograram abrir a porta de ferro que dava à praça do mercado e

¹³ Como se parecem as ditaduras! A primeira vez que fui detido em Santiago passei o mesmo tempo no calabouço com um interrogatório avançado pelo meio.

foi por ela por onde entraram eles e os que estavam na praça da Universidade. Essa entrada foi aproveitada para que as alunas de Filosofia e Letras, que estavam nas aulas, as abandonassem. Perante esta situação o Decano accidental, Castroviejo, de acordo com o também accidental Reitor, ordenou a suspensão das aulas desse dia. Ao abandonar a Universidade o estudantado da FUE, os estudantes católicos ficaram a falar com Castroviejo, um dos poucos professores que apoiavam Gil Casares, junto com Ruiz del Castillo, talvez o mais extremista, e outros.

A greve continuava com alguns incidentes e uma ínfima parte do estudantado assistindo às aulas. Na quarta-feira, dia 4, Gil Casares dirigia-se a ministrar a sua aula e pelos corredores estava Nazário Lois, presidente da associação de estudantes de Direito, e alguns professores como os acima citados, Castroviejo e Ruiz del Castillo. Castroviejo perguntou a Lois quais matérias cursava; quando este respondia, foi interrompido por Ruiz del Castillo que lhe disse:

A usted debía prohibírsele la entrada en la Universidad a excepción de las horas en que tiene clase. Es usted un elemento perturbador que no debiera hallarse en este lugar.

Gil Casares perguntou a Lois se era aluno oficial e Castroviejo disse a Ruiz del Castillo para aguardar e falou com um bedel para lhe dizer que controlasse o estudantado que andasse pelos claustros e particularmente Nazário Lois por se houver coações. Como se vê o ambiente chegara a um grau grande de tensão e não apenas em Santiago.

Aquela tarde estava convocada a Junta de Governo mas, antes de esta poder tomar qualquer acordo, chegou um telegrama a comunicar a Real Ordem que declarava 30 dias de férias extraordinárias em todas as universidades do Reino.

Neste período não faltara a solidariedade para com Rodríguez Cadaso e também para a FUE tanto de Centros docentes quanto de particulares, entre outros Otero Pedraio, Vilar Ponte, Basílio Álvarez, Vítor Casa, Lugris Freire, Penzol, Mosteiro, etc.

Como se vê os nomes ligados ao galeguismo abundam na relação que faz Carvalho que também reproduz várias cartas dirigidas ao presidente da FUE, Garcia-Sabell: de Otero Pedraio, Álvaro das Casas, os diretores dos Liceus¹⁴ de Vigo e Noia que falam em nome dos Claustros respetivos.

¹⁴ Então os Institutos de Secundária dependiam da Universidade.

Na abertura do seguinte curso, 1930-31, Carvalho pronuncia uma palestra. É a primeira vez que um aluno fala num ato de inauguração devido a uma recente mudança legislativa. Por que Carvalho foi escolhido para falar? Seguramente pelo importante papel que jogara nas lutas do curso anterior. Na palestra fez uma acesa defesa da FUE e da *Associação Profissional de Estudantes de Direito* que, diz Carvalho, tivera a honra de presidir. Este texto foi editado pela própria Universidade e reeditado em 1987¹⁵.

Não nos esqueça que estas lutas do estudantado se desenvolvem em plena ditadura, já não está à frente Primo de Rivera mas outro general, Dámaso Berenguer.

A *Nosa Terra* continuava a sair mas sempre visada pela censura; a legenda “este número foi visado pela censura” aparece em todos e cada um dos números da revista, muitas vezes no meio de um artigo acompanhada por reticências; assim denunciava *A Nosa Terra*, a censura padecida. Pois bem, no número 262 de 1 de julho de 1929 aparece um poema¹⁶ de Carvalho intitulado *Noiturno Compostelán*; os seus dous últimos versos diziam:

A praza da Quintana, baixo o luar, soñaba
nun rexurdir grorioso da groriosa Galiza.

Na altura não se podia exprimir de maneira mais clara o nacionalista Carvalho.

Foi Carvalho, junto com Lois Tobio, autor do *Anteprojeto de Estatuto* que apresentou o *Seminário de Estudos Galegos*¹⁷. Este Estatuto não pôde ir para a frente já que, depois de bastantes discussões, na *Constitución de 1931* declarava-se que a República espanhola era um estado unitário. Reproduzo parte do Título I do texto tobio-carvalhano:

Art. 1. A Galiza é un Estado libre dentro da República Federal Española.

Art. 2. As línguas oficiaes no Estado Galego son, indistintamente, a galega e a

¹⁵ Vid. nota 5.

¹⁶ Como ele tem decalarado mais de uma vez a vocação literária de Carvalho era, fundamentalmente, a poesia.

¹⁷ Ao chegar a República e abrir-se a possibilidade de um regime federal, o SEG encomendou a redação de um *Anteprojeto de Estatuto* a uma comissão formada por Paz Andrade, Bóveda, Risco, Tobio e Carvalho. Na realidade os redatores únicos do texto estatutário foram Luís Tobio e Carvalho; Bóveda fizera a justificação económica que o precede. O texto foi editado pelo SEG em maio de 1931.

castelá. [...] Non poderán desempeñar na Galiza cárgos públicos os que non coñezan a lingua galega.[...]

Art. 5. Poderá-se agregar ô territorio da Galiza calquera outro colindante por acordo dos dous tercios dos seus electores [...]

Art. 6. Serán Galegos:

- a) os fillos de galegos nados no territorio do Estado galego.
- b) os fillos de pai ou de nai galegos, inda que nazan fora, sempre qu'isa seja a sua vontade.
- Namentral-os fillos sejam menores. Entendese como vontade s.a a do representante legal.
- c) os que non sendo originariamente galegos, gañen viciñanza em calquera lugar da Galiza.

Os nacionalistas estavam disseminados em uma série de grupos locais e com algumas diferenças, em uma cidade podia haver dous e até três grupos diferentes, contudo havia um certo reagrupamento em três (3) organizações: a ORGA onde se concentrava a maioria da *Irmandade da Fala da Crunha*, o *Partido Galeguista de Pontevedra* e o *Partido Nacionalista Republicano de Ourense*. A necessidade de união fazia-se sentir e pode-se seguir através das páginas d'*A Nosa Terra* que agora davam voz às diferentes agrupações e não unicamente à *Irmandade da Fala da Crunha* como ocorria desde a cissão posterior à assembleia de Monforte.

No número 282 de 10 de abril¹⁸ Luís Cortinhas, presidente da *Irmandade de Betanços*, fala da necessidade de convocar a *VII Assembleia das Irmandades da Fala*. Na primeira página do número 290 d'*A Nosa Terra*, de 10 de dezembro de 1931, o artigo editorial "Ao decorrel-os días" começa:

Para os dias 5 e 6 dos correntes está convocada em Pontevedra a VII asamblea nacionalista

e terminava:

O comenzo da sua autuación será a asamblea de Pontevedra

No número de 1.º de janeiro, no jornal nacionalista informava-se do tratado em Ponte Vedra. Referem-se os grupos representados na *Assembleia*, entre eles está a *Esquerda Galeguista*, onde, como dissemos no começo do artigo,

¹⁸ O primeiro a não ser visado pela censura.

ministrava Carvalho; mas informa das pessoas assistentes: na lista de Santiago aparece Carvalho, justo ao lado de Luís Tobio, seu colaborador na redação do *Anteprojeto de Estatuto* do SEG; no mesmo número figurava o programa do *Partido Galeguista* que tinha um esclarecimento prévio onde se dizia que os grupos representados na assembleia constituíam desde então o *Partido Galeguista*. Deste jeito a *VII Assembleia Nacionalista* passava a ser a primeira do *Partido Galeguista*.

No atinente à direção e organização do PG nomeia-se um Comité que funcionará como Conselho permanente e diretivo provisório; isto devia-se a que na assembleia não houvera tempo suficiente para acabar os trabalhos. Como era de aguardar, Carvalho figurava nesse comité. Com efeito, os estatutos do PG aparecem datados a 13 de dezembro no número 292 d'A *Nosa Terra*. Por sinal será o último número do jornal que leve debaixo do título o lema *Idearium das Irmandades da Fala*; a partir do seguinte figurará *Boletín do Partido Galeguista*.

Na segunda assembleia do PG, em dezembro de 1932, Carvalho será eleito membro do Conselho executivo, que era o máximo órgão do partido entre assembleias; encarregava-se de levar para a frente a política do PG que era definida por cada assembleia.

Ainda existia no PG um secretariado executivo mais reduzido composto por um secretário geral, um de organização, um técnico e um de propaganda. Na assembleia de 1933 acrescentou-se um secretário político, que foi Alexandro Bóveda¹⁹. Em dezembro de 1933, Carvalho será eleito novamente para o Conselho executivo.

Em 1932 Carvalho consegue organizar um grupo galeguista em Ferrol que em 1933 publica um boletim *Erte..!*

Em 1933, Carvalho redige um manifesto dirigido “Aos escolares, aos universitários, aos galegos”, cujo texto começa como se fosse coletivo: *Un grupo de estudantes, cujos nomes rubran esta folla...* O manifesto acabava:

Puntos concretos das nosas aspiracións

En resume: nunha fórmula estremadamente comprimida, eis as nosas aspiracións inmediatas:

¹⁹ No anterior secretariado era secretário de organização.

Galeguización da Universidade.

1. Autonomía de Galicia.
2. Independencia universitaria com relación a Madrid.
3. Federación Escolar Universitaria única e galega.
4. Igualdade de dereitos pra o galego com relación ao castelán.
5. Establecemento de cátedras permanentes de cultura galega.

De momento abóndanos com ceibar ao vento estas verbas, que son a espresión de un degaro limpo, afervoadado, insobornable e forte de loitar sin lecer ate o conseguimento do noso ideal: A galeguización da Universidade galega.

Aparece Carvalho como primeiro assinante e seguem-no mais de vinte estudantes de todas as facultades; entre eles achamos um bom número de nacionalistas conhecidos: Cunqueiro, os irmáos Domingos e Francisco Fernández del Riego, os irm.áos Xaquín e Xurxo Lorenzo, Raimundo Aguiar, e mais ainda. Este interesante e valente manifesto foi publicado a 13 de março desse ano em *El Pueblo Gallego*.

No n.º 323 d'A *Nosa Terra*, Carvalho publica o artigo *Xa somos esquerda* onde se declara firmemente de esquerdas e considera que o Partido deve sê-lo também:

Pois o Partido Galeguista non pode dubitar: ténse que situar da banda da esquerda. Ningunha esperanza nos pode vir da dereita. Na dereita tiveron os seus tobos os lobos caciquis, e o militarismo, o clericalismo e o centralismo [...]

Carvalho explica que o PG tem já um programa de esquerda por ser social e referindo-se aos mais católicos²⁰ do partido diz que podem aceitar isto e que se ele é contra o clericalismo também o é contra o anticlericalismo. Eram uns tempos, 10 de fevereiro de 1934, em que esse podia ser um assunto polémico dentro do PG. Vinha de se rematar a III assembleia onde se discutira o tema mas não se tomara uma decisão firme. Nem que Carvalho fosse a vanguarda da política que ia seguir o PG. A semana seguinte, 17 de fevereiro, na primeira página d'A *Nosa Terra*, o primeiro titular que dava nas vistas era: *A colaboración do Partido Galeguista cos demais Partidos Republicanos e Autonomistas de Galicia. Unha interesante nota da Segredaría Política do Partido Galeguista.*

²⁰ Bóveda era católico fervente e situava-se na esquerda.

O novo secretário político, eleito na III Assembleia, era Castelao e pode-se afirmar, segundo as suas próprias palavras, que não é a sua opinião particular, mas a do Conselho executivo. Eis o final do artigo:

Velaí, em resumo, o acordo que tomou o Comité executivo²¹ para resolver un problema que se nos presenta e que debe ser coñecido por todol-os nosos Grupos e afiliados para que seipan a qué aterse e para qué a nosa táctica sexa coñecida inclusive polos enemigos.

Mas, qual era esse acordo? Explica-o Castelao no corpo do artigo:

Nós temos a obriga de colaborar cos partidos republicanos e autonomistas que se dispoñan a devolver á República o sentido liberal e democrático que perdeu coas actuais Cortes e co actual Goberno [...] o noso Partido entrará n'unha alianza republicana, con pleno dereito, porque para eso nin ten que varial-o seu programa nin ten que torcel-o seu rumbo. [...]

Queda un punto escuro do que os galeguistas debemos tomar boa nota, i-é a representación que o republicanismo teña en Madrid par'as relacións necesarias, ou as que lle poidan corresponder n'un posible Comité Central, que governe o movemento em toda Hespaña. Non será necesario decir que endexamais poderá falar no noso nome ninguén que non estea autorizado espresamente por nós. [...]

Resumindo agora nós: o acordo deixa clara a necessidade de uma aliança para derrotar a direita governante, mas em caso nenhum tal aliança poderá coartar a independência absoluta do partido galeguista. Porém, a polémica no partido continuava e quando se achega a IV Assembleia, Carvalho volta às primeiras páginas d'A *Nosa Terra* (n.º 361, 13 de abril de 1935) com um artigo intitulado *Perante a asembleia*; nele defende-se a aliança com Izquierda Republicana, partido novo cujo líder, Azaña, é, segundo Carvalho, o político espanhol que mais fez pelo autonomismo.

O n.º 363 d'A *Nosa Terra* (27 de abril de 1935) informava dos debates e resoluções da IV Assembleia. Salienta-se nele a intervenção de Carvalho que fora muito aplaudida. Nesse número reproduzia-se o *Manifesto da IV Assembleia*, de que se faria uma tiragem especial de 10.000 exemplares. Das seis partes do documento, reproduzo a última, a mais breve mas não por isso a menos interessante pelo seu conteúdo político:

²¹ O sublinhado é meu. Comité executivo é o nome que às vezes se lhe dava ao Conselho executivo.

Finalmente a Asamblea acordou, entre outras cousas de orde interno, que non é preciso facer públicas, solicitar do Goberno Central unha ampla amnistia para os presos políticos e sociais e asemade mostrar a súa adhesión pública á nota que os partidos de Izquierda Republicana, Unión Republicana e Nacional Republicano dirixiron ao País o día 12 de Abril.

As diferenzas no partido aludidas e que se refletiram no abandono de parte de algúns dereitistas assinalados, culminan pouco despois con a creación da *Dereita Galeguista de Pontevedra* em 25 de maio de 1935. Até 1936 non aparecerían os grupos de dereita de Ourense e de Santiago, que se unifican com ele para criarem *Dereita Galeguista*, partido com escassa força; há que salientar que galeguistas de dereita como Otero Pedraio permaneceram fieis à disciplina do PG.

No n.º 382 d'A *Nosa Terra* (14 de setembro de 1935) aparece novamente a assinatura de Carvalho num pequeno artigo de conteúdo político²² sobre a técnica do comício rural; resulta muito interessante por se achegarem períodos eleitorais, não apenas as eleições de fevereiro de 36 mas também o plebiscito do Estatuto.

A 25 de janeiro de 36 celebra-se segunda Assembleia extraordinária do *Partido Galeguista*. No momento de se escolher a Mesa, Carvalho é eleito presidente. Nesta Assembleia fazem-se as votações prévias para nomear os candidatos a deputados pelo partido: o 1.º será Castelao com 1.785 votos; seguem-no na lista A. Vilar Ponte, Bóveda, Gómez Román, Gerardo Álvarez Gallego, Plácido R. Castro, Carvalho (que obteve 1426 votos) ... A lista continua com Otero Pedraio e outros dezoito (18). Na clausura da Assembleia há vários discursos; falam por esta ordem: Carvalho, Gómez Román, Vilar Ponte, Castelao, Otero Pedraio e Bóveda. A *Nosa Terra* (n.º 401, 31 de janeiro) qualifica o discurso de Carvalho assim: *As súas verbas son tan fermosas i-emocionadas, que nos parece escoitar a un Otero Pedrayo mozo e pausado*.

A 24 de abril, o jornal nacionalista (n.º 411) informava que Plácido R. Castro junto com Carvalho seriam os compromissários do *Partido Galeguista* para a eleição do presidente da República; seria eleito Manuel Azaña.

A 8 de maio o n.º 413 d'A *Nosa Terra* informava do que foi o derradeiro Conselho Executivo do PG. Com efeito no n.º 422, datado a 17 de julho,

²² Não tenho em conta os trabalhos não políticos, nomeadamente poéticos, publicados por Carvalho no jornal nacionalista.

convocava-se o seguinte Conselho para o próximo dia 26. Por [sem-]razões bem conhecidas não chegaria a se celebrar; nesse derradeiro Conselho Carvalho também estava convocado a participar.

Pode parecer que dou muita importância ao *Partido Galeguista*, mas o próprio Carvalho disse-lhes a Fernán-Vello e Pillado Mayor em 1985 que esse era o único partido a que pertencera em toda a sua vida.

Apesar de ser um dos mais grandes propagandistas do Estatuto, Carvalho não participou no plebiscito; dois dias antes tinha ido a Madrid para realizar uns cursos para preparar a oposição a Cátedra de Instituto. Lá estava no momento da sublevação militar-fascista.

Carvalho inscreve-se como miliciano no batalhão Félix Bárzana da FETE-UGT; este batalhão integrava-se na 36 Brigada Mista do 5.º Regimento²³. O exército republicano estava falto de oficiais e selecionou alguns soldados de confiança e com alguma cultura para os enviar a escolas militares. Carvalho foi escolhido e em janeiro de 1937 ingressa na escola popular de guerra para oficiais em Paterna ao pé de Valência²⁴. Superado o curso, em abril é destinado como tenente à chefia de intendência do 9.º Corpo de Exército ou exército de Andaluzia.

De Paterna o tenente Carvalho passa à frente de guerra em Andaluzia incorporado ao Plano Maior do exército. Sabemos que a 9 de março estava em Úbeda porque de ali escreve à mulher. A 29 de março, as tropas franquistas entram em Jaém fazendo prisioneiros os restos do exército republicano. O 3 de abril é interrogado e, junto com outros 11 implicados, o 15 é submetido ao *Procedimiento Sumarísimo de Urgencia 15004/39* pelo delito de rebelião militar.

Em 1987 Carvalho publicará o romance *Scórpio* que recebeu o prémio da Crítica espanhola. Este romance é, em grande parte, autobiográfico²⁵. *Scórpio* termina com a passagem de Azaña à França pelo que a ajuda que poderia prestar não chega para evitar a detenção de Carvalho ou para episódios posteriores.

²³ A 17 de julho de 1936 nascera a sua filha Margarida que não conhecerá até 1941.

²⁴ Nesta altura vê-se com frequência com Castela e outros galeguistas pois vivia em Valência; de ali ia a Paterna para o curso.

²⁵ Com os nomes mudados, evidentemente, e com episódios fictícios também.

Carvalho é encarcerado no antigo convento de Santa Úrsula, convertido em penal – no cárcere de Jaém não cabiam todos os detidos –, à espera do "Consejo de Guerra". Conseguira pôr-se em contato com sua esposa quem, não sem dificuldades, se translada a Jaém acompanhada por uma irmã de Carvalho, Josefina. Chegam antes de se realizar o "Consejo". Maria Ignácia que já procurara avais favoráveis antes de sair da Galiza, falou com gentes relacionadas com o "Consejo" e até com o juiz instrutor que lhe chegou a dizer: *Al Teniente se lo lleva usted. No hay contra él ningún cargo. Usted espere.*

Porém, da segunda volta em que falou com ele, véspera do juízo, mudara de opinião:

Efectivamente, el juicio es mañana. Yo le había dicho a usted que al Teniente se lo llevaba pero siento decirle que ya no participo de la misma opinión. Ahora no sé lo que va a ser porque ha llegado de allí la noticia de que había sido compromisario. Con esto la cosa ya es negra.

Parece que o problema procedia dos avais de Ferrol. Eram dous: um de Jesus Suevos, importante hierarca da Falange que dava, porém, um informe muito positivo; o outro era de Torrente Ballester²⁶ que informava de ser Carvalho uma boa pessoa mas que fora compromissário pelo Partido Galeguista.

A sentença foi de reclusão de 12 anos e um dia; felizmente em maio de 1941 é posto em liberdade condicional por redução de penas pelo trabalho e boa conduta. Até maio de 1951 tem que se apresentar mensalmente no comissariado e não será até 22 de maio de 1963 que lhe serão eliminados os antecedentes penais.

Nestas circunstancias não é de estranhar que Carvalho não se dedicasse à política ativa posteriormente, ainda que, como apontarei, conservava a sua ideologia e alguma pequena atividade teve, como também se verá. Por contra, a sua atividade cultural será impressionante tanto na criação literária (ensaio, poesia, teatro, narrativa) quanto na historiografia da nossa literatura. Esta atividade vai-se refletir em grande quantidade de livros, inúmeros artigos em jornais e revistas e também inúmeras palestras. Se buscássemos alguém comparável com ele na cultura galega seria Otero Pedraio, a única pessoa que me vem às mentes.

²⁶ Que tinha pertencido ao PG mas passara-se à Falange já antes da sublevação.

Porém, e segundo publica em *Nós Diário* (30 de maio de 2020) Xosé Ramón Ermida Meilán, Carvalho pertenceu ao *Comité Ejecutivo do Partido Galeguista* desde começos de 1944²⁷ até julho de 1945 e desempenhou a máxima responsabilidade da formação na comarca de Ferrol até finais de 1945, quando foi substituído por Arsenio Espilla Silvar. É na primeira Assembleia clandestina do PG que Carvalho deixa de pertencer ao *Comité Ejecutivo*.

Dada a sua situação, suponho que Carvalho aceitaria esses cargos por não poderem ser ocupados por outra pessoa.

Além disso, Carvalho não tinha vocação de homem político curiosamente (ou não) como o próprio Otero Pedraio. Do livro de conversações com Fernán-Vello e Pillado Mayor vou tirar uma citação, longa, mas muito esclarecedora sobre a relação entre Carvalho e a política, antes e depois da guerra:

Desde logo, se como muitas veces soio dizer, citando un texto latino, é lícito comparar as cousas pequenas coas grandes, Otero Pedrayo tiña de comum comigo o desinterés pola política. Non o desinterés pola política no sentido de que fose indiferente aos acontecementos políticos. Eu tampouco son indiferente aos acontecementos políticos. Teño, mesmo, feito ensaios de carácter político, ensaios de meditacións literário-filosóficas, se se quer, e quitando-lle toda pedantaria a esta expresón, sobre a vida política. Ainda de cando em cando publico artigos na imprensa em que comento acontecementos políticos. E, por outra parte como dizíamos antes, teño feito obras literárias de temática política.

A Otero Pedrayo pasa-lle o próprio: non se concebe exercendo un posto político ou administrativo. Podemos conceber a don Ramón Otero Pedrayo ao frente da Xunta de Galiza? Podemos concebé-lo como delegado do Governo de Madrid en Galiza²⁸?... Evidentemente nen o un nen o outro, Otero Pedrayo concebe-se desmpeñando funzóns litúrxicas nunha Galiza libre²⁹, como grande sacerdote que oficiase nas cerimoniais patrióticas, mas non desempeñando funzóns políticas adscritas a un determinado cargo. Isto non o viam algúns inxénuos

²⁷ Ainda que Ermida não cita as suas fontes, este dado se acha na página 523 do tomo VI das *Obras Completas* de Castelao (*Epistolário*).

²⁸ Quando se fez esta entrevista Domingos Garcia-Sabell era o Delegado do Governo de Madrid em Galiza, as palavras de Carvalho constituem uma crítica com a sua discrição habitual.

²⁹ Observem como Carvalho fala de uma Galiza livre.

estudiosos de Otero Pedrayo. Recordo que un deles, que consagrou muitas páxinas à meditación sobre a obra de Otero, expresava a súa sorpresa ante o feito de que Otero refugava constantemente falar da súa actividade política.

É verdade que Otero foi deputado nas Cortes Constituintes de 1931, pero hai momentos na vida dos povos, na vida das nazóns, na vida dos estados, en que a necesidade dunha palinxenésia total do país desorbita os distintos sistemas planetários de actividades e de vocazóns. Entón éramos políticos todos.

Carvalho assina em março de 77 o que foi conhecido como *Manifesto dos 29* que era um chamado aos partidos políticos da Galiza, eis alguns excertos:

Ninguén, a non ser os propios galegos, vai defender os dereitos de Galicia como pobo com personalidade nacional [...] En primeiro lugar, defendendo a estrutura federal do Estado [...] En segundo lugar, e para o caso de que a fórmula federal non prosperase, a representación galega tería que reclamar para Galicia os mesmos dereitos que se lles recoñecesen às outras nacionalidades.

Ainda em abril de 1980 assina Carvalho o manifesto fundacional de *Realidade Galega* que em 1986, falando com Fernán Vello e Pillado, considerava um *movimento irreal que se deteve nos primeiros passos*.

Se bem é certo que Carvalho, depois da guerra e do cárcere, ainda age politicamente até que em 1946 abandona a política ativa, também é certo que continuou a ser sempre um democrata e um liberal, no bom sentido da palavra. Também continuou a ser nacionalista e tinha muito claro o que isto quer dizer: quase ao final da sua vida numa entrevista com Francisco Salinas (em 1989) dizia:

O nacionalismo, neste sentido, tem que ser autodeterminista, pelo menos teoricamente. [...] Não há nacionalistas que não sejam autodeterministas. Agora bem, a autodeterminação supõe a liberdade de resolver o destino do País pelo próprio País.

Difícil falar mais claro.

Referências

- A Nosa terra*. Anos 1929-1936. Edição fac-similar, 1995. Vigo. Nova Galicia.
- Blanco, Carmen (1991). *Carballo Calero: Política e cultura*. Sada. Edicións do Castro.
- Carballo Calero, Ricardo (1987). *La fuerza pública en la universidad de Santiago y otros escritos escolares* (1930-1933). Sada. Edicións do Castro.
- Carvalho Calero, Ricardo (1987). *Scórpio*. Santiago de Compostela. Sotelo Blanco.
- Ermida Meilán, Xosé Ramón (2020). *Nós Diário*. 30 de maio de 2020.
- Fernán-Vello, M.A. e Pillado Mayor, F. (1986). *Conversas e Compostela con Carballo Calero*. Barcelona. Sotelo Blanco.
- Marco, Aurora (1992). Foula e ronsel. *Os anos xuvenis de Carvalho Calero* (1910-1941). Sada. Edicións do Castro.
- Montero Santalha, José-Martinho (1993). *Carvalho Calero e a sua obra*. Santiago de Compostela. Laiovento.
- R. Castelao, Alfonso (2000). *Obras completas, tomo VI (Epistolário)*. Galaxia. Vigo.
- Salinas Portugal, Fco. *Voz e silêncio (entrevista com R. Carvalho Calero)*. Vilaboa. Edicións do Cumio.

Neovalencianismo e poder: o comboi e a ilusão hegemónica

Josep J. Conill

Resumo

O artigo analisa as mutações ideológicas que ocorreram na formação majoritária da esquerda nacionalista valenciana (Compromís) desde sua chegada ao poder regional, no quadro de um governo de coalizão com PSPV/PSOE e Podemos. Mudanças marcadas pela sua progressiva rejeição dos postulados oriundos da obra de Joan Fuster e pela sua transformação num partido regionalista perfeitamente integrado no regime que emergiu da Transição Espanhola. Ao mesmo tempo, esta deriva permite-nos descrever a situação marginal daqueles pensadores e militantes que são minimamente críticos do estado das coisas linguísticas prevalentes no País Valenciano, muito semelhante ao que aconteceu na Galiza.

Palavras-chave

“Batalla de València”, catalanismo, “comboi”, hegemonia, identidade, ideologia, intelectuais, marginalização, multidão, pensamento ilusório, regionalismo, repressão, povo, valencianismo.

Abstract

The article analyzes the ideological mutations that have occurred in the majority formation of the Valencian nationalist left (Compromís) since its arrival in regional power, within the framework of a coalition government with PSPV/PSOE and Podemos. Changes marked by its progressive rejection of the postulates arising from the work of Joan Fuster and by its transformation into a regionalist party perfectly integrated into the regime that emerged from the Spanish Transition. At the same time, this drift allows us to describe the marginal situation of those thinkers and activists who are minimally critical of the prevailing linguistic state of affairs in the Valencian Country, very similar to what happened in Galicia.

Key words

“Batalla de València”, catalanism, “comboi”, hegemony, identity, ideology, intellectuals, marginalization, multitude, wishful thinking, regionalism, repression, people, Valencianism.

Nota introdutória¹

Karl Kraus caracterizou as suas complicadas relações com os judeus com a observação de que "estava disposto a fazer com eles a viagem pelo deserto, mas não para dançar à volta do bezerro de ouro". Algo semelhante ocorre ao autor destas linhas: já basta publicar alguns artigos sobre as inconsistências, em termos de política linguística, do governo "progressista" do *Botànic* – composto por PSPV (PSOE), Compromís e Podem – para o transformar em *persona non grata*, a quem é proibido praticamente o acesso aos meios de comunicação.

Estaria a mentir se dissesse que esperava uma reação diferente, uma vez que acreditar no contrário teria demonstrado uma preocupante falta de lucidez da minha parte. Perante esta situação indesejada, a demissão não me parece ser uma alternativa, porque equivaleria a respeitar a censura. Também não me sinto atraído pela escrita para o silêncio, uma decisão que, no caso de críticas culturais e políticas, parece completamente descaminhada, quando este tipo de funções só adquirem sentido num contexto factual e discursivo muito específico, com o qual têm uma relação controversa. Trata-se, por outras palavras, de escritos de combate, que – mesmo a partir da posição modesta e marginal do atirador – aspiram a intervir no decurso dos acontecimentos e a denunciar o naufrágio dum projeto de país.

Anos há, Guillem Calaforra descreveu a situação dos "catalanistas" valencianos em termos de *triple menorização*, enquanto traíçoeiros catalanistas para os valencianos hegemónicos da direita, valencianos para os catalães da Catalunha e elementos periféricos perigosos para o Estado espanhol. Durante décadas, as fraturas internas permaneceram mais ou menos dissimuladas, mercê da escassa capacidade coercitiva do valencianismo "oficial" e da necessidade de consensos básicos, capazes de articular a resistência fronte às políticas linguísticas públicas da direita, absolutamente hostis ao catalão. Essa situação, contudo, experimentou uma mudança importante com a chegada em 2015 ao governo da Generalitat Valenciana do bipartido formado pelo PSPV(PSOE) e Compromís, coalizão cujo sócio majoritário é o ex-Bloc Nacionalista Valencià – conhecido desde 2021 como Més-Compromís –, com

¹ Apresento aqui, em forma de tríptico, três reflexões intempestivas sobre a ideologia neovalencianista que sustenta a atuação política de *Compromís*. Só a segunda conseguiu difusão "normal" através de *La Veu del PV*, com motivo do 25.º aniversário da morte de Joan Fuster; a primeira, porém, foi recusada por diversas publicações e a terceira nem tentei sequer dá-la a conhecer pelas vias convencionais.

tudo o que isso acarreta em relação ao acesso do valencianismo, ainda que de forma parcial e mediatizada, a quotas de poderes inimagináveis uns anos atrás.

No entanto, depois de quase duas legislaturas do governo "progressista" — ao qual foi adicionado Podemos-Esquerra Unida após as eleições de 2019 —, não se pode dizer que tenha havido algum progresso sociolinguístico significativo, exceto talvez pelo reajuste do sistema de censuras imperante entre a "esquerda" valenciana. Michel Foucault falou sobre isso em *L'ordre du discours* (1971), onde distinguiu entre o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado ou exclusivo do falante a dizer qualquer coisa. Num âmbito tão reduzido como o da cultura em catalão no País Valenciano, o controle desses mecanismos, através da política de subsídios aos escassos meios de comunicação existentes na nossa língua, é uma tarefa muito singela e garante lealdades a toda a prova.

Entrementes, faz tempo que prospera a *galeguização* do nosso conflito linguístico atirada pelo PP e pelo PSPV(PSOE) com a cumplicidade de boa parte dos valencianistas (Conill, 2016, 2019a, 2021a). Estou a falar dum processo acelerado de substituição linguística que, com a escusa da procura dum modelo linguístico genuíno, capaz de suscitar a identificação dos falantes, mascara pomposamente a submissão das instituições autonómicas aos vetos emanados da política linguística estatal, que não tolera no seu território a existência de nenhuma língua que não se veja reduzida à triste condição de *patois* regional. Sem dúvida, esse processo, que se remonta bem ou mal aos primeiros anos da *Transición*, obteve a sua consagração definitiva mercê da criação em 1998 da Acadèmia Valenciana de la Llengua (AVL), cujas práticas codificadoras obedecem a considerações de carácter eminentemente populista e dialetal, capazes de ser manipuladas à vontade pelos executivos valencianos interessados em promover políticas de balcanização linguística.

Estamos a falar duma instituição *idiomaticamente extrativa* que, desde o primeiro dia, se dedicou a rendibilizar em benefício próprio a existência da identidade linguística valenciana por meio de *mecanismos sociais disfuncionantes* que repercutiram na transformação do modelo de codificação mista adotado pelo catalão. Neste modelo, os traços próprios da tendência *unitarista* — baseada no catalão central, a variedade geográfica mais cultivada literariamente na época moderna e com uma demografia mais viçosa — conviviam em harmonia com características da tendência *composicional*, que integra elementos procedentes doutras variedades geográficas — como no caso

da ortografia, que toma como norma a pronúncia do catalão do noroeste e o valenciano —, e da *autónoma*, patentes no facto de admitir como corretas variantes procedentes de diversos dialetos, sobretudo no relativo à conjugação verbal e ao léxico. Tudo isso não impedia, porém, que o modelo de codificação do catalão fosse nedidamente *monocêntrico*, quer dizer, dotado duma única instituição legitimada para promulgar as normas (o Institut d'Estudis Catalans). É justamente este modelo o que a AVL impugna de jeito radical, mercê da sua substituição por uma codificação que se apresenta como (retoricamente) *convergente* com as outras variedades da língua, embora resulte (efetivamente) *policêntrica*, porque a variedade institucionalmente legitimada, em vez de emanar dos acordos duma só instância académica, representativa da totalidade do domínio linguístico, no sucessivo será produto, no melhor dos casos, duma embulhada negociação entre instâncias académicas diversas, de jurisdição autonomicamente circunscrita (Conill, 2009 e 2010).

Nestas circunstâncias, acatar o *statu quo* equivaleria a conter-se da mesma maneira que a moreia de plumíferos servis e pernas curtas que, fazendo da necessidade virtude, contribuem a manter a ficção duma cultura e duma língua em vias de "normalização" (Conill, 2021b). Por outras palavras: equivaleria a responder à triple menorização que padecemos com um triple confinamento:

(1) O da desconexão com o resto do mundo, segundo nos vem imposta pela nossa condição marginal no contexto duma ordem linguística internacional monopolizada pelas línguas nacionais.

(2) O emanado do pânico do conflito linguístico, patente no acatamento à condição subalterna que o Estado espanhol outorga ao catalão.

(3) O que deriva do costume inveterado de obediência às consignas dos "amos" do gueto em que nos movemos.

Numa ou noutra medida, as páginas que lereis a continuação desafiam essas restrições e se arriscam a pensar à intempérie, sem nenhuma classe de cobertura ou de coartada, entendendo que o único caminho face à lucidez implica acordar do pesadelo dogmático e estupefaciente em que se convertiu o neovalencianismo oficial. Um neovalencianismo que ergue o comboi como consigna destinada a camuflar a sua absoluta vacuidade ideológica, mentres forja ilusões arredor da pretensa hegemonia de Compromís, a sua formação emblemática, transformada por arte de encantamento da sua principal

eminência gris em "Compromís Centauri" (Mezquida, 2017), que é como dizer na estrela central do sistema político valenciano.

O *comboi*, compromisso popular ou estafa ideológica?

A coexistência social de projetos políticos rivais reflete-se na linguagem bem como nos intentos de se apropriar das ideologias em concorrência. Esta baralha discursiva torna-se especialmente acalorada em torno das *palavras-força*, quer dizer, daquelas que concentram no significado controverso toda a virulência da luta pela hegemonia. O monopólio sobre a definição das *palavras-força* resulta tão determinante para uma ideologia como o sucesso no momento de as escolher, porquanto a indefinição apenas contribui a propiciar a "flutuação" ou a distorção nas mãos do adversário.

A reflexão anterior resulta de todo oportuna num tempo em que a atuação política de Compromís invoca o *comboi* como noção legitimadora, sintetizada nos laboratórios da Fundació Nexe pelo politólogo Amadeu Mezquida, autor de *El valencianisme enfront d'Espanya* (2015). Vale dizer que se trata duma noção banal e inapta, por três motivos.

Em primeiro lugar, porque recorre a um vocábulo empregado com um sentido particularista, desconhecido na maior parte do domínio linguístico e pouco usado pelas jovens gerações de falantes de catalão. (Não tenho nada contra a recuperação do léxico em perigo de desaparecimento, mas o terreno ideológico não parece o mais adequado para este jeito de manobras que delatam o inconsciente castiço de quem "pretende hacer algo por la mera renuncia a la cultura universal", como diria Antonio Machado).

Em segundo lugar, o significado do termo – definido pelo *Diccionari Normatiu Valencià* da AVL como "Activitat festiva, diversió col·lectiva" e "Entusiasme, il·lusió" – é tão impreciso que carece de operatividade no âmbito da controvérsia política.

Por fim, a palavra está muito sobrecarregada por seus significados principais, o qual, para piorar, dá origem a incómodos mal-entendidos com o *comboy* espanhol (quase homófono) e o *cowboy* inglês.

O conjunto, em suma, evidencia a inépcia do valencianismo político no momento de se apresentar em sociedade, com o agravante que desde faz décadas não se chegara ao atual grau de confusão (ou cinismo) doutrinal. A explicação

que se conforma com a definição trapalheira da política como a arte do possível assegura que todos os partidos retificam o seu ideário ao chegar ao poder, mas a retificação de que falo não vem de ontem nem consistiu só na renúncia pragmática dos postulados catalanistas de Joan Fuster. O sucesso da coalizão Compromís, produto em grande medida da carismática "singularidade" política da figura de Mónica Oltra, deveio em paralelo com a desnaturalização do ideário da sua formação maioritária, o Bloc Nacionalista Valencià, como consequência duma vocação sobrevivida de *catch-all party* – que luta por adaptar-se ao processo acelerado de assimilação (não só) linguística da sociedade valenciana ao quadro sociopolítico espanhol – e da cautela atávica adquirida desde a "Batalla de València",² que condenou durante décadas o valencianismo político ao ostracismo civil (Belló, 1988; Cucó, 1989; Viadel, 2006; Flor, 2011).

Uma primeira tentativa de fazer da necessidade virtude foi a postulação anos há de uma "Tercera Via", que defendia a reconciliação entre o fusterianismo e o blaverismo e a consideração do País Valenciano como "nação" diferenciada (Mollà i Mira, 1986; Franch, Colomer, Nadal i Company, 1988). Era questão de tempo que, em nome da *Realpolitik*, esses malabarismos doutrinários combinassem o valencianismo com o sentimento de espanholidade predominante na sociedade valenciana. O resultado estava cantado: a renúncia a qualquer projeto de construção de uma comunidade cultural ou política dos territórios de língua catalã (os Países Catalães) e a transformação do valencianismo num mero regionalismo autonómico.

Ora, uma cousa é que a estratégia duma formação política haja de ter em conta o *statu quo* e outra que haja de o acatar servilmente, porque, em definitivo, a única política que paga a pena é aquela que escorrega até "fazer inevitável o impossível" (Bregman, 2017: 227). Afirma um provérbio árabe que *Quem quer fazer alguma cousa acha um meio, quem não quer fazer nada acha uma escusa*, e a função do *comboi* se ajusta a isso como uma luva. Uma função que há de interpretar-se, à partida, em chave interna, destinada a suturar, em nome

² A "Batalha de València" é o nome coloquial do conflito identitário que confrontou a sociedade valenciana durante a *Transición* espanhola, caracterizada pela considerável violência por parte de elementos de extrema-direita (*blaveros*), e que causou uma fratura política e social na Comunidade Valenciana que ainda permanece. Segundo alguns autores, surgirá como uma reação contra a crescente difusão dos postulados catalanistas de Joan Fuster. Para outros, foi simplesmente um conflito criado e alimentado pelos líderes locais da Unión de Centro Democrático (UCD) para desalojar o PSPV(PSOE) do poder nas instituições valencianas.

formação das identidades coletivas, através da integração das reivindicações populares em cadeias de significantes que adquirem aos olhos da maioria um valor de oposição às instâncias dum poder incapaz de as satisfazer. A inscrição de qualquer reivindicação numa destas cadeias lhe outorga uma visibilidade que doutro jeito não a verificaria, e a transforma em parte do que Gramsci denomina uma "guerra de posição", quer dizer, um aparelho discursivo que facilita a sua divulgação. Isso não assegura, porém, a vigência definitiva da demanda em causa, porque o "povo" — entendido como a cadeia reivindicativa que o exprime — possui as suas próprias leis, e nada avalia que essas não o levem a sacrificar ou a comprometer os conteúdos de algumas demandas, considerando que o ligame entre elas é contingente e responde a estratégias associadas à obtenção do poder (Laclau, 2002, 2005).

O processo descrito reflete muito bem a trajetória seguida no País Valenciano pela demanda democrática em prol da "normalização" do catalão, no quadro da contestação popular de finais do franquismo e inícios da *Transición*. O seu destino, como o de tantas outras reivindicações, a partir do momento em que a esquerda espanhola se aveio a participar na restauração monárquica, viu-se fatalmente determinada pela profunda remodelação experimentada pela fronteira política que antes opunha as forças opostas aos defensores do regime. De então a cá, a luta pela normalização linguística perdeu grande parte do suporte popular, derivado da sua inclusão no pacote reivindicativo da resistência antifranquista, e viu-se imersa numa crise de representação crónica, que a levou a comparecer perante a opinião pública como o litígio exclusivo de entidades cívicas e formações políticas "radicais", de signo nacionalista e/ou de extrema esquerda.

Justamente, o retraimento mais grave que se pode fazer ao êxito atual de Compromís tem a ver com o feito de que, por uma questão de cálculo eleitoralista, se deixou passar uma oportunidade única, porque talvez fosse a última, de coligar a inversão da substituição linguística e a luta pelos direitos civis dos falantes valencianos de catalão, que historicamente constituíra a razão de ser do valencianismo político, com a cadeia de reivindicações que constituem o urdume discursivo da coalizão, como a luta pela transparência das tarefas públicas, a melhora do financiamento, a preservação do território, as políticas centradas no aumento da qualidade de vida dos desfavorecidos, etc. Consta-me que Compromís não é uma formação valencianista *stricto*

entre a cidadania. Qualquer outra opção equivale a sequestrar as demandas populares no interior duma prisão com aparência de balneário, cujos muros coincidem com as linhas vermelhas marcadas pela direita, agora na oposição mas ideologicamente hegemónica. Porém, as políticas do *comboi*, baseadas na exaltação de factores de identidade aparente, capazes de concitar adesões amiúde tão multitudinárias quanto superficiais, enquanto a direita recobre o poder, se afundirão como um castelo de naipes ou — ainda pior — serão reinterpretadas ao serviço duma visão do mundo coerentemente conservadora.

A vitória de Trump na penúltima eleição presidencial revelou a fraqueza do programa politicamente correto dos democratas americanos diante das promessas demagógicas de um perralheiro reaccionário, fraqueza posteriormente confirmada pela inanidade política de Biden. Correlativamente, no País Valenciano, também não pode ser descartada a vitória do PP em coligação com o Vox nas próximas eleições regionais. Por enquanto, a única alternativa decente disponível aos partidos do *Botànic* para gerar entusiasmo genuíno entre os eleitores é perder o medo cervical que os domina e iniciar uma política de atos antes que seja tarde demais, uma política de esquerda. Todo o resto é equivalente a *valencianejar*, que — digo eu — deve ser a versão doméstica do *españollear* de Federico García Sanchiz. Basta lembrarmos, como exemplo, o esperpento protagonizado há alguns anos por Joan Baldoví e companhia, quando acudiram às Cortes espanholas acompanhados duma banda de música; para não falar da apoteose do espalhafato exibido por Mónica Oltra no artigo "El sentido de las fallas" (Oltra, 2017). Porque, no final das contas, o *comboi* é isso e nada mais que isso: a prática ideológica consistente em dar o gato da efusão sentimental e ralé pela lebre da hegemonia.

Fuster aos infernos: a traição aos intelectuais

Como é sabido, em 2022 comemorar-se-á o centenário do nascimento de Joan Fuster. Por princípio sou alérgico a qualquer manifestação "reparadora" de necrofilia, daqueles que nutrem uma parte substancial da nossa política cultural e soterram definitivamente o homenageado com a escusa da homenagem, enquanto preservam a virgindade ideológica dos que a promovem. Ao contrário, sustento que a única atitude digna relativamente à memória dum intelectual, que converteu em vocação irrenunciável o exercício público do pensamento crítico, consiste em transmitir o seu legado às novas gerações, sem farisaísmos

nem beatarias, mas também sem anátemas nem distorções interessadas, para que devesse fermentar de futuro (Conill, 2019b).

Transcorrido um quarto de século da sua morte, é óbvio que este não é o caso de Joan Fuster. A atual Comunitat Valenciana acha-se muito longe de se sentir interpelada pelas suas propostas cívicas, por muito que o presidente Ximo Puig (PSPV/PSOE), com motivo da inauguração do Museu Joan Fuster, proclame frivolumente que encabeça um governo que "se sent fusterià", como poderia ter dito que preside um governo que se sente *faller*.³ Contudo, não pretendo julgar aqui as adesões pessoais de ninguém, mas pôr em relevo o embrutecimento constitutivo que revela a receção fornecida pela nossa sociedade à obra de Fuster, que na prática dos *soi disant* "nacionalistas" se substancia numa obliteração do seu pensamento e na transformação da sua figura num inócuo totem paternalista, suscetível de legitimar as ocorrências mais peregrinas da política do *comboi*.

Como mostra um botão: em declarações de 9 de abril de 2017 ao jornal *Levante*, a presidenta da Câmara Municipal de Sueca (e atual Conselheira da Educação, Cultura e Desporto), Raquel Tamarit (Compromís), explicava com total seriedade que Fuster

Estaria contento por el nivel de normalidad con el que ahora se vive todo aquello que estaba rodeado de conflicto en su tiempo. También estaría satisfecho de haberse equivocado en su máxima de que "el País Valencià serà d'esquerres o no serà", al ver cómo hasta los empresarios se han unido en reivindicaciones como las del corredor mediterráneo o la financiación.

Vale dizer que não estamos a falar duma mera questão de receção literária, porque, explícita ou tacitamente, as posições de Fuster sobre a questão nacional, enunciadas principalmente em *Nosaltres els valencians* (1962), devieram a pedra de toque para avaliar a capacidade emancipadora dos projetos políticos confrontados que se disputam o favor dos valencianos. Como consequência desta posição axial, situada permanentemente no olho do furacão polémico e objeto constante de controvérsia, o exame da sorte experimentada pela obra fusteriana permite-nos abordar desde uma perspectiva privilegiada as relações hostis que a nossa sociedade mantém com aqueles que aspirem a pensá-la sem renunciar à independência de critério.

³ Denominação aplicada aos membros das comissões de rua encarregadas de organizar o festival *Fallas*.

Não em vão a reflexão sobre a independência do intelectual constitui um dos temas capitais de Fuster, quem, ao longo da sua trajetória pública, não renunciou nunca à condição de franco-atirador incómodo, embora nos seus últimos anos se deixou seduzir pelo simulacro de "normalização linguística" orquestrado pelo PSPV/PSOE de Joan Lerma e Ciprià Císcar em torno da aprovação em 1983 da Llei d'Ús i Ensenyament del Valencià (LUEV) (Pitarch, 1984). Porém, isso não impediu que o eco da sua obra se distorcesse tanto pelas adesões incondicionais – que também houve – quanto pela bárbara acolhida que, desde a sua aparição, lhe concederam as forças vivas, até ao ponto de a sua figura constituir o paradigma da raivosa recusação que entre nós suscita o exercício do pensamento heterodoxo, ainda mais quando se exprime em catalão.

Dito sem reviravoltas: ao contrário do que proclama histericamente a direita local e evita a pseudo-esquerda vergonhenta no poder, a questão não é que Fuster e os seus discípulos traírem os valencianos com os seus projetos catalanistas, mas que são estes, demagogicamente manipulados pelos seus governantes, os que desde mais de meio século se dedicam à perseguição sistemática de todo aquele que pretende abordar a deriva histórica dum país que semelha muito um polo com a cabeça degolada. Vale dizer que o encarniçamento contra a figura do autor de *Nosaltres els valencians* não foi casual, porquanto se trata do primeiro intelectual valenciano moderno. Estamos a falar de alguém que, em condições duríssimas – da sua casa na vila de Sueca, imerso na caverna do franquismo e do pós-franquismo –, se fez com uma bagagem de leituras e conhecimentos de extensão enciclopédica, que verteu numa obra dum altíssimo valor literário e cívico. Uma obra que nunca se desentendeu da observação lúcida da realidade valenciana, terreno no qual se tornou num claro precedente da introdução entre nós das ciências sociais, cujo cultivo vai começar muito pouco depois a geração dos Aracil, Cucó, Marqués, Mira, Ninyoles e *tutti quanti* (Viadel, 2012).

Longe de supor nenhuma anedota, a receção paroquial dos escritos de Fuster torna-se muito eloquente do grau de aculturação e de repressão ideológica que se acham no substrato da sociedade valenciana contemporânea. Neste sentido, cumpriria considerar com plena seriedade a existência dum *affaire* Fuster, ainda pendente de resolução e paralelo em muitos aspetos do *affaire* Dreyfus ou do *affaire* Verdaguer, que abalaram respetivamente a França e a Catalunya de fins do século XIX e começos do XX. Além das suas particularidades, os

três casos desencadearam a divisão em duas facções das sociedades respetivas, polarizadas arredor dum cargo de alta traição, daqueles que se castigam usualmente com a pena de morte. Não em vão, a transformação duma figura pública em bode expiatório, submetido a linchagem, costuma constituir o ensaio geral dum massacre posterior, perpetrado sobre o coletivo emblematicamente encarnado pela vítima.

O *affaire* Dreyfus não requer ulterior comentário; Hannah Arendt (1951: 143-177) já se encarregou de o contextualizar dentro da sua genealogia do totalitarismo antisemita.

Mais difíceis de precisar são as consequências do caso Verdaguer quanto ao incremento do rancor incubado pelas classes populares catalãs contra a igreja e a burguesia, patente durante os trágicos excessos anticlericais da Semana Trágica e os primeiros meses da Guerra Civil.

Finalmente, sobre a estigmatização de Fuster e das suas ideias, talvez não disponhamos ainda da perspectiva histórica adequada para tirar conclusões definitivas, mas, sem nenhuma dúvida, constituiu a coartada ideológica dos instigadores daquele prolongado episódio de violência fascista que nomeamos eufemisticamente como a "Batalla de València", cujas consequências ainda perduram.

Tanto que a situação do País Valenciano atual, transvestido em "Comunitat", não se explicaria sem o *basso continuo* da demagogia e do ódio semeados pela direita local numa sociedade radicalmente embrutecida pelas baixas paixões. Alguém talvez me objete que entre nós não houve nenhum massacre, mas a história ainda prossegue e os representantes mais conspícuos desta mesma direita não se mordem nada a língua no caso de acusar farisaicamente da substituição linguística os mesmos professores de catalão ou de incitar o populacho a rematá-los, para não falar de presuntas "chantagens linguísticas" ou da brilhante ocorrência de carregar os "maus valencianos" — lede aqui os dissidentes — em camiões e deportá-los a Catalunya. Vindo de quem vêm, este jeito de declarações não podem ser consideradas inofensivas, por muito que a justiça espanhola teime em legitimá-las com a sua inoperância cúmplice.

Por enquanto, do que não há dúvida é que, perante a passividade culpável de tantos presumíveis "progressistas" como o presidente Ximo Puig (PSPV/PSOE) — que, na hora da verdade, não duvidam em aplaudir o labor de organizações

de extrema direita como Societat Civil Catalana, em nome da unidade da única pátria que reconhecem como própria –, o etnocídio dos valencianos como povo se acha em vias de se cumprir, e a transformação do valencianismo num movimento cívico emancipador, capaz de tirar da marginalização a nossa comunidade linguística, é ainda assunto pendente.

Coincidências à parte, também não se pode passar por alto a existência de diferenças reveladoras entre os casos aduzidos. A sorte de Dreyfus foi decidida nos tribunais, no parlamento e nos diários e, bem ou mal, ao fim foi-lhe restituída a reputação pessoal, ainda que o antissemitismo não deixasse de crescer. O caso Verdaguer é avondo mais ambíguo, porque a briga entre partidários e detratores do poeta teve lugar na imprensa e no seio da igreja (Isern, 2020). A linchagem de Fuster, ao contrário, prolongou-se de maneira impune durante décadas, com a colaboração da maior parte dos âmbitos da sociedade valenciana, da imprensa aos cenáculos políticos e culturais, sem esquecer o mundo *faller* ou certas entidades financeiras. De facto, a pervivência do *statu quo* herdado do franquismo é tão abatedor que quase não houve nenhuma força política ou instituição social – salvo a Universitat de València e Acció Cultural del País Valencià – que atuasse com uma mínima eficácia de contrapeso.

Mas o mais grave de tudo é que, além de se traduzir na sua morte civil, a estigmatização de Fuster fez-se extensiva aos pequenos núcleos intelectuais que então encetavam a análise crítica da sociedade valenciana, indissociável da tomada de consciência do processo de aculturação vivido pelo país. Foi, portanto, a legitimidade mesma desta empresa intelectual a que se viu questionada de todo, sem que de então a hoje se produzissem mudanças substanciais. A *campechanía* dos nossos caciques, encarnação salaz do provincianismo, a sacralização das *falles* (e outras festas pretensamente "populares", como os *bous de carrer*), a suspensão das massas com o pão e circo dos "grandes eventos" ou o menosprezo rampante da inteligência, com a correlativa fuga de cérebros, sobretudo em direção a Catalunya, constituem sequelas funestas que a sociedade valenciana carrega muitas décadas depois da acusação de traidores formulada contra Fuster e aqueles que decidiram imitar o seu exemplo e reivindicar a irmandade cultural e linguística de catalães e valencianos.

Faz muito tempo que a nossa vida comunitária se produz sob o signo da demagogia, entendida como a inoculação, no povo, duma causa antipopular, que achou o seu bode expiatório nos intelectuais preocupados com o reendi-

reitamente nacional e moral dos valencianos. Rafael L. Ninyoles assinalou em *Madre España* (1979) que o imaginário espanhol projetou sobre os catalães os traços que a fobia antisemita atribui aos judeus. Mas, apesar de tudo, os catalães ainda constituem uma sociedade capaz de se confrontar aos acometimentos assimilacionistas e às campanhas difamatórias, bem ao contrário do que ocorre entre a intelectualidade valenciana, que levou a termo o seu labor crítico a coração aberto, como quem diz, sujeito à iracúndia verbal e física dos próximos.

Longe de ser exagerada, esta observação vê-se avaliada pela propagação — e o fenómeno não é novo — no nosso pequeno mundo cultural daquela variante da síndrome de Estocolm consistente em perder o cu por alguma prebenda bem retribuída, a câmbio do silêncio ou da submissão. De facto, a estratégia patrocinada pelos atuais promotores do *comboi* parece ser a vaselina ideológica agora em voga destinada a ampliar as miras dos nossos "intelectuais", de maneira que possam abraçar sem remorsos o colaboracionismo mais abjecto.

No contexto desta interminável conjura de néscios, compreende-se que o Fuster maduro se deixasse vencer pelo cansaço, motivado pela perseguição de alguns, mas também pela atitude daqueles que o elevaram à condição de oráculo infalível, que os havia de guiar face à terra prometida. A *Transición* frustrou duma maneira cruel e prepotente qualquer expetição de mudança real e, como costuma ocorrer, muito cedo alguns dos que o idolatravam começaram a pedir contas pelo incumprimento das profecias que eles mesmos lhe atribuíram. Explica-se, portanto, que nos seus últimos anos se refugiasse no estudo da literatura, nos ensaios e aforismos que deveriam convertê-lo já de tempo atrás num clássico a imitar pelas novas gerações se este país não fosse tão besta de monte.

Contam que Paul Celan, o grande poeta romeno de origem judia, detestava intimamente o alemão, a sua língua familiar em que escreveu a sua obra, porque era então a língua dos carrascos do seu povo. O nosso caso, e a figura de Fuster constitui uma ilustração emblemática, é justamente à inversa: escreve-mos na língua que uma parte importante da "nossa" gente denigra ou patrimonializa, mas, por cima de todo, na língua que abandonam com a mesma pressa que as ratas escapam duma nau naufragada. E esta fidelidade no-la fazem pagar um dia sim e outro também, pelo menos, com o seu desprezo. Talvez por isso, digome amiúde, exercer o pensamento crítico em catalão entre valencianos constitui também uma maneira bem peculiar de se sentir tratado como um judeu.

Estellés como sintoma

Reiterar nesta altura que Vicent Andrés Estellés (1924-1993) é um grande poeta seria como querer descobrir a sopa de alho. Isso não significa, como é óbvio, que toda a sua produção possua um nível de qualidade semelhante, já que junto de poemas plenamente conseguidos abundam as composições fracas, dignas dum plumífero medíocre. Vindo de alguém que se considerava a si próprio "un treballador del vers" — ainda que, de acordo com os clichês do realismo social da época, acaso seria mais exato qualificá-lo de poeta stakhanovista —, esta grafomania mal pode surpreender, mormente tendo em conta a absurda aspiração do Estellés maduro a devir o Neruda valenciano. Uma teima que explica a sua dedicação a projetos de valor muito desigual como o elefântiaco *Mural del País Valencià* (1996), inspirado no *Canto General* do poeta chileno. Por não falar de poemas concretos, como a célebre composição sobre a pimenta assada que abre as suas *Horacianes* (1974), subproduto epigonal das nerudianas *Odas elementales* elevado pelos árbitros do mau gosto literário paroquial ao parnaso da excelência indiscutível.

O grande poeta que havia em Estellés cumprirá, portanto, buscá-lo noutra parte. Um leitor de temperamento pouco lírico, mas de inteligência tão aprimorada como Josep Pla, demonstrava em *Notes del Capvesprol* (1979: 174-183) o seu bom olfato crítico ao assinalar que a melhor parte da poesia estellesiana era periodismo em verso, uma prolongação por outros meios da profissão do autor. Decerto, não toda a sua produção memorável bebe em exclusivo dessa fonte. Como esquecer o tenro sarcasmo de algumas églogas, o erotismo prostibulário e existencialista de *L'Hotel París* (1973) e *Hamburg* (1974), ou a proximidade descontraída e neorrealista que pulula pelos sonetos de *El gran foc dels garbons* (1972)? Ainda que, bem visto, nenhuma destas facetas desmente a observação de Pla, antes confirmam a irredutível vocação estellesiana de cronista da comédia humana através duma diversidade proteica de formatos líricos, que acham o seu ponto doce naquelas composições centradas na crónica, o catálogo ou o inventário, não sempre clemente, das desgraças e das alegrias quotidianas da gente da rua.

Achamos no melhor Estellés uma veia de redator de acidentes, capaz de se posar na pele dos protagonistas das histórias que — começando pela própria peripécia vital — fornecem a matéria primeira dos seus versos. Assim pode constatar-se, sem ir mais longe, nas sete seções centrais do *Llibre de*

meravelles (1971) ou em certas composições narrativas como "Coral romput" ou "A mi acosta un dictat", nas quais o leitor se viu abatido pelo seu verso torrencial, imbuído da vontade totalizadora de dar testemunho, com o olhar perplexo e desenganado então, do mundo sórdido que o envolve.

Trata-se de cousas bem sabidas, embora as reiterar talvez não seja exercício gratuito, porque desde faz alguns anos, por motivos de todo alheios à qualidade da sua obra, a figura do poeta de Burjassot tornou-se num dos totems sagrados do valencianismo político. Quer dizer, estamos a falar duma instrumentalização ideológica que ameaça desvirtuar gravemente a valorização global, ao conceder notoriedade desmesurada a composições que se acham muito longe de representar o bom e melhor do frondoso legado estellesiano. O fenómeno não tem nada de inocente, porque se produziu em paralelo com a relegação da figura de Fuster como pai da pátria no imaginário das novas gerações de valencianistas. Também não é casual o facto de esta relegação ter coincidido no tempo com a renúncia do Bloc Nacionalista Valencià às teses fusterianas, em prol duma visão mais "emotiva" e tradicional do país.

Ao fim e ao cabo, o catalanismo do autor de *Nosaltres els valencians* não deixa de ser uma ideologia "fria" e pouco *cantabile*, fundamentada num discurso ilustrado que interpela o sentido crítico dos leitores e esforça-se pelo conseguimento duma consciência nacional construída a partir de premissas intelectuais abertas à discussão livre e racional, dous requisitos que na sociedade valenciana brilham pela sua ausência. Porém, a transformação da poesia de Estellés num arsenal de consignas ao alcance da atual propaganda valencianista subministra-nos valiosos indícios sobre a substituição do fusterianismo por um discurso populista que pretende concitar a adesão arredor de factores de identidade aparente, capazes de lhe assegurar a implantação ao longo do território. Trata-se, assim é, de coerir os valencianos como povo, e é por esse lado que a obra do poeta de Burjassot presta valiosos serviços à doutrina neo-regionalista de Compromís, embora também possa provocar graves mal-entendidos — e se não o fez já, cumpre atribui-lo à falta de reflexos da nossa direita analfabeta.

Não temos maneira de saber que pensaria o próprio autor do uso propagandístico que se faz duma parte da sua poesia, embora eu quero crer — e posso equivocar-me, como é óbvio — que não lhe desagradaria. Ao contrário, com certeza a sua vaidade se veria afagada pelos jantares anuais dedicados à

sua memória e pela transformação em *slogans* de alguns dos seus versos mais comprometedores, que os frequentadores desses e doutros saraus recitam ano após ano com feliz complacência. Seja como for, não há dúvida de que não se lhe pode imputar nenhuma responsabilidade sobre este uso "fraudulento", porquanto os únicos responsáveis são aqueles que apelam aos seus versos como fonte de autoridade. Afinal, um poeta, por muito dotado que estiver, não tem por que ser também ideólogo lúcido, e o autor do *Llibre de meravelles* nunca destacou pela sua habilidade no gerir ideias, segundo demostram os seus escritos em prosa, e sobretudo certos artigos turvos que publicou durante o franquismo. Quem lho recordaria, contudo, tendo em conta a brutalidade e a duração da ditadura, bem como a sua condição de redator chefe dum jornal tão vomitivo como *Las Provincias*?

Não obstante, aqui não quero falar desses escritos circunstanciais, mas duma porção de poemas escritos em sã consciência, sobre cuja intenção última cabem poucas dúvidas. Refiro-me à parte mais declaradamente "social" ou "popular" da sua poesia, destinada à divulgação maioritária através da reprodução em massa ou recitação em eventos políticos. Que eu saiba, ninguém assinalou o significativo paradoxo de Estellés ser um grande poeta da multidão, mas um deplorável cantor do povo. Esta oposição categorial não é arbitrária; antes, a distinção entre *povo* e *multidão* procede da controvérsia política e filosófica do século XVII, que se acha nas origens da democracia moderna, e pode rastejar-se já nas obras de Hobbes e Spinoza. Segundo este último pensador, a multidão — em coloquial, "gente" — apresenta a forma duma pluralidade que não se dissolve na cena pública nem chega a convergir em nenhum momento numa única vontade. Como salienta Xavier Antich (2014),

el concepte de multitud (que no té res a veure amb el de massa, un concepte aquest fonamentalment totalitari) [...], institueix un subjecte polític que neix de l'afirmació lliure de moltes subjectivitats operant juntes,

e se caracteriza pela abertura e a coexistência no seu interior duma pluralidade de vontades, amiúde sujeita a comportamentos contraditórios, que oscilam, em definitivo, entre a servidão e a revolta. A multidão spinoziana, portanto, encarna um "sujeito" radicalmente irreduzível à noção hobbesiana do Leviathan, concebida como a emergência, a partir dum contrato social prévio, dum poder único e absoluto, alicerçado na renúncia das pessoas aos seus direitos

e a cessão destes ao monarca, que, de então a hoje, instaura um domínio não revocável pelos súbditos, embora sujeito à segurança das finalidades pelas quais fora instituído.

E é que, segundo o autor do *Tractatus theologico-politicus*, a sociedade – qualquer sociedade – encerra um pluralismo identitário impossível de subsumir pelo poder político, porque

os indivíduos [...] não se distribuem em nações mas pela diversidade de línguas, de leis e de costumes praticados; e apenas destes, quer dizer, das leis e dos costumes, pode derivar-se que cada nação tenha um carácter especial, uma situação particular e, em definitivo, uns preconceitos próprios (Spinoza, 1670: 375).

Pelo contrário, de acordo com a conceção de Hobbes, o povo erige-se naquele jeito de síntese política uniforme capaz de legitimar com a sua existência o contrato social, porque encarna o modo de vontade única destinada antecipadamente a ser representada pelo Estado, pelo Partido ou qualquer outra instância de poder, em cujas mãos deposita com docilidade a chave do seu destino.

Sem dúvida, o *Llibre de meravelles* é a obra onde melhor se pode apreciar este contraste. A parte central do livro, uma das cimeiras indiscutíveis da poesia de Estellés, representa um autêntico monumento ao seu talento para transformar em grande poesia as misérias, urgências e arelas da existência quotidiana da gente, incluída a do mesmo poeta como pessoa de carne e ossos, que vive uma intensa história de amor no meio da Valência miserável de pós-guerra, devastada pelas consequências da contenda civil e da repressão brutal orquestrada pelos vencedores. Por contra, a última parte do livro "Propietats de la pena", erige-se numa das mostras mais penosas da inépcia ideológica do autor, possuído por "um desejo de pátria" que transcende a mera paixão sexual e procura um fundamento na criação duma família, a instituição social básica. Até aqui a cousa não teria maior repercussão, entendido que cada um, pelo menos em teoria, é livre de forjar o seu projeto vital, mas no poema seguinte concretiza este desejo na vontade – bem pouco humilde, por sinal, a ter em conta que na primeira parte do livro, "Teoria i pràctica de la flor natural", não cessa de se proclamar "un entre tants" – de assumir a voz dum povo e permanecer desperto por todos no meio da noite obscura da história.

À partida, o leitor acha-se tentado de pensar que a imagem remete aos conhecidos versos de sabor homérico

Com el cabdill que amb peu alat
va passant entremig de sa gent adormida

com que se abre o poema 35 do *Primer llibre d'estances* (1919) de Carles Riba. Sem embargo disso, enquanto lemos o poema completo e detemos a atenção na ideologia que destila, assalta-nos de imediato a suspeita de que, além desta pontual referência literária, a imagem do caudilho descortinada pelo destino do seu povo, evocada pelo poeta de Burjassot, constitui apenas a reciclagem trapaceira dum dos lugares comuns da propaganda da ditadura de Franco, que se comprazia em evocar o *Caudillo* com o *centinela de Occidente*, a imagem e semelhança da figura de Mussolini, que deixava toda a noite acesa a luz do seu escritório no Palazzo Venezia para fazer ver que trabalhava, enquanto se retirava tranquilamente ao leito.

Neste sentido, deixem-me salientá-lo, o anonimato que propugna Estellés nos seus versos, tem pouco a ver com a pretensão dum escritor como o suíço Robert Walser, que queria "viver entre a gente e desaparecer nela" e, em consequência, transformou a sua vida e a sua escrita num laborioso exercício de modéstia. Ao contrário, o anonimato enaltecido pelo nosso poeta não é outra coisa que o trampolim discursivo que lhe permite encarnar na sua pessoa a voz do povo, para proclamar, com contundência digna de melhor causa, que

Allò que val és la consciència
de no ser res si no s'és poble (Andrés Estellés, 1971: 85-86).

E esta necessidade íntima de fundir-se com o povo, de devir a voz do povo, representou uma das suas obsessões mais recorrentes. Sintomaticamente, numa das prosas de *El forn del sol* (1986) permite-se um comentário a propósito do poeta Carles Salvador (1893-1955) que descobre o seu carácter íntimo, ao assinalar a necessidade deste de "sentir-se "de poble" [...]. No home "del" poble: home "de" poble" (Andrés Estellés, 1986: 50). Bem considerado, a arela salvadoriana constituía uma aposta vital bastante mais honesta e digna que a megalomania, mascarada de afetada humildade, subjacente no desígnio do autor do *Llibre de meravelles* de se transformar num jeito de oráculo popular.

O que o pobre Estellés ignorava (ou acaso não?) é que com a poetização destes tópicos não fazia mais do que repetir como um papagaio alguns dos

lugares comuns mais repugnantes do fascismo, porque essa vontade de se diluir na massa para encarnar pessoalmente o destino do povo reflete ao pé da letra os piores delírios da versão nacional-socialista do *Volksgeist*. Victor Klemperer, no seu estudo clássico *LTI. Notas de um filólogo* (1947), comentava com justificada indignação um lema propagandístico endireitado aos alemães, segundo o qual: "Tu não és nada, o teu povo é todo". Ao cabo duns anos, o nazi valão Léon Degrelle – sentenciado em rebeldia à pena capital na Bélgica e protegido até à morte pelo regime de Franco – insistia nesta mesma ideia, exprimida nuns termos muito semelhantes, no seu livro *Almas ardiendo* (1954):

El hombre pertenece a un pueblo, a su tierra, a su pasado. [...] No somos más que una unidad con los demás hombres de nuestra patria.

Os exemplos poderiam multiplicar-se facilmente, mas não forneceriam nada novo.

Seja como for, não se precisa ser nenhum prodígio em sagacidade para captar que o objetivo último procurado por esse tipo de lemas consiste em anular a especificidade pessoal da gente, com tal de favorecer a uniformidade da massa constituída em povo. E isso acontece, como salientava Klemperer, pela renúncia voluntária à própria individualidade, de maneira que a partir de então "nunca estarás contigo mesmo, sempre apenas com os teus, estarás sempre perante o teu povo" (Klemperer, 1947: 42), sempre submetido à vontade carismática dos líderes que encarnam um *Volksgeist* representado amiúde como uma prossecução por outros meios de motivos poéticos. Para dizê-lo com palavras do próprio Estelles:

t'has d'anar oblidant de tu,
has de ser cadascun dels teus
i fer teua la seua pena
i fer teua la seua fúria,
i així seràs íntegrament
als ulls de Déu i als ulls dels hòmens
i seràs poble per a sempre (Andrés Estellés, 1971: 89).

Relativamente à responsabilidade dos poetas a respeito da exacerbação das paixões nacionais, Slavoj Žižek (2008) referiu-se à existência nalguns povos dum jeito de complexo poético-militar. Com certeza, este não é o caso do valencianismo, uma ideologia eminentemente medonhenta e privada quase por

completo de meios coercitivos, ainda que isso não significa que os ingredientes do nacionalismo como religião política não apareçam desenvolvidos nos versos que analisamos. Tendo em conta que um coletivo humano, uma multidão, não pode configurar-se como povo sem se sentir de vez elegida por algum deus, porque o povo é a tomada de consciência política da multidão sob a modalidade de teofania, como culminação só cumpriria acrescentar a sanção divina. E Estellés sabia-o e formulou-o com clareza meridiana nos terríveis versos admonitórios doutro poema na mesma secção, que a paróquia valencianista – incómoda, sem dúvida – passa muito amiúde por alto:

Déu existirà sobretot;
i l'existència de Déu
la reconeixeràs en tot,
i en tot el beneiràs
i ho faràs tot en el nom d'Ell,
lliuradament, en silenci,
sense esperar cap recompensa,
car la recompensa la tens:
Déu està entre les teues coses,
Déu està entre totes les coses,
com el sentiment de la pàtria,
sentiment de comunitat (Andrés Estellés, 1971: 87).

Resulta óbvio que esta conceção do povo como instrumento político da providência oblitera de todo a existência da conflitividade interna, tanto se se trata de contradições étnicas, de classe, de género, etc., características de qualquer sociedade não determinada por um imperativo autoritário de consenso. De facto, no quadro dum discurso como este não se concebe maior blasfémia que as reivindicações de carácter exclusivista ou sectorial, que se resistem a deixar-se subsumir dentro do magma dominante da vontade nacional. Trata-se, em absoluto, de se manifestar "Todos com uma só voz" – para o dizer com a marca criada pelo atual governo da Generalitat Valenciana –, exprimida por boca dos líderes corresponsentes.

Não paga a pena espriar-se mais sobre o assunto. Os fragmentos aduzidos ilustram com irrefutável contundência o pouso do comunitarismo filofascista presente em certas partes da obra do máximo poeta valenciano contemporâneo,

justamente — e o detalhe não é banal — aquelas que obtiveram maior divulgação ao longo dos últimos anos. Como é óbvio, isso não acrescenta nem tira a relevância literária de sua poesia; simplesmente nos adverte de que cumpre ir com enorme prudência no momento de explorá-la como combustível ideológico para fins partidários, segundo faz o neo-valencianismo do comboi, porque se corre o risco de manipular de maneira irresponsável uma mercadoria caducada e potencialmente explosiva. O melhor que se pode fazer, portanto, é deixar de manusear grosseiramente a poesia estellesiana. A conceção do valencianismo como projeto de futuro ilustrado e cívico para o País Valenciano, com aspirações à hegemonia política, é de todo incompatível com a exibição deste messianismo de feirinha, que não teria de se produzir sem crítica. De facto, a construção duma sociedade digna de tal nome tem pouco a ver com a mensagem que se depreende dos textos examinados e reclama uma dose altíssima de audácia e lucidez, não a submissão acrítica dum rebanho de sonâmbulos abduzidos por lemas imbecis.

Coda

Comecei este artigo com uma citação de Karl Kraus; encerrá-lo-ei com outra do teólogo medieval *Hugo de São Vítor*, que completa o sentido da afirmação de Kraus e a dota dum valor mais geral: "O homem que acha que a sua pátria é doce não é mais do que um terno principiante; aquele por quem cada terra é como a sua própria já é forte; mas tão só alcança a plenitude aquele por quem o mundo inteiro é como um país estrangeiro." No fundo, esta (e não nenhuma outra) é a lição que aprende aquele que ousa pensar pela sua conta, sem nenhum jeito de hipotecas nem reverências. Não se trata, deixai-me salientá-lo, duma lição agradável, mas antes dum escarmento, porém em qualquer caso é a mesma experiência de lucidez e liberdade que aprenderam em própria carne, cada um à sua maneira, gente tão diversa como Erich Auerbach, Paul Celan ou Joan Fuster. A lição que têm de aprender tarde ou cedo todos aqueles que se arriscam a tomar a palavra lá onde a casa do ser se fez frangulhas, para o dizer com uma contundente expressão de Alejandra Pizarnik.

Referências

[As referências consignadas no texto aludem ao ano de edição original das obras e os artigos da bibliografia, mas as páginas citadas em nota correspondem sempre às reedições e traduções resenhadas.]

Andrés Estellés, Vicent (1971). *Llibre de meravelles*. València: Tres i Quatre. Em linha: <https://bayfiles.com/P5g3ldK6uc/Llibre_de_meravelles-holaebook_pdf>.

Andrés Estellés, Vicent (1986). *El forn del sol*. València: Gregal.

Antich, Xavier (2014). «La multitud: Una patologia filosòfica». *Ara*, 14/IX. Em linha: <https://diuenge.ara.cat/diuenge/multitud-patologia-filosofica_1_2028982.html>.

Arendt, Hannah (1951). *The Origins of Totalitarianism*. Nova Iorque: Schocken Books [*Los orígenes del totalitarismo*, 2 vv. Barcelona: Planeta-Agostini, 1994].

Bello, Vicent (1988). *La pesta blava*. València: Tres i Quatre.

Bregman, Rutger (2016). *Utopia for realists*. Amsterdam: De Correspondent [*Utopia per a realistes*. Barcelona: Empúries, 2017].

Conill, Josep J. (2009). «Três textos e um só discurso, ou o peixe que morde a própria língua (I): Considerações intempestivas sobre a normativização no País Valenciano». *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, 2, pp. 81-103. Em linha: <<https://www.academiagalega.org/component/k2/item/1339-boletim-da-aglp-n-2-2009.html>>.

Conill, Josep J. (2010). «Três textos e um só discurso, ou o peixe que morde a própria língua (e II): Considerações intempestivas sobre a normativização no País Valenciano». *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, 3, pp. 203-220. Em linha: <<https://www.academiagalega.org/component/k2/item/1340-boletim-da-aglp-n-3-2010.html>>.

Conill, Josep J. (2016) «Llengua, cultura, normalització: de la fantasia normalitzadora a l'apoderament: Reflexions crítiques a propòsit de la política lingüística del nou executiu valencià». *L'Espill*, 53, pp. 61-81.

Conill, Josep J. (2019a). «Normalització lingüística? No, gràcies!». Em: Associació Cultural Colla Rebombori. *Del pa, només les molles ? Què vos passa, valencians?*. Castelló de la Plana, pp. 63-71. Em linha: <https://issuu.com/rebombori/docs/2019_del_pa_nomes_les_molles>.

Conill, Josep J. (2019b). «Entre dues singularitats: hi ha vida després de Joan Fuster?». *Nosaltres La Veu*, 29/III. Em linha: <<https://www.nosaltreslaveu.cat/noticia/29421/entre-dues-singularitats-hi-ha-vida-despres-de-joan-fuster>>.

Conill, Josep J. (2021a). «El trilema del PEPLI». *Nosaltres La Veu*, 25/IV. Em linha: <<https://www.nosaltreslaveu.cat/noticia/44459/el-trilema-del-pepli>>.

Conill, Josep J. (2021b). «Literatura i impostura». *Nosaltres La Veu*, 16/XI. Em linha: <<https://www.nosaltreslaveu.cat/noticia/49445/literatura-i-impostura>>.

- Cucó, Alfons (1989). *Roig i blau: La transició democràtica valenciana*. València: Tàndem.
- Degrelle, Leon (1954). *Almas ardiendo: Notas de paz, de guerra y de exilio*. Madrid: La Hoja de Roble.
- Flor, Vicent (2011). *Noves glòries a Espanya: Anticatalanisme i identitat valenciana*. Catarroja: Afers.
- Foucault, Michel (1971). *L'ordre du discours*. París: Gallimard [*L'ordre del discurs i altres escrits*. Barcelona: Laia, 1982].
- Franch, Vicent; Colomer, Agustí; Nadal, Miquel; Company, Rafael (1988). *Document 88: Destinats (sobretot) a nacionalistes*. València: Tres i Quatre.
- Fuster, Joan (1962). *Nosaltres els valencians*. Barcelona: Edicions 62.
- Isern, Joan Josep (2020). «Verdaguer: poeta estimat, sacerdot perseguit i calumniat». *VilaWeb*, 17/VI. Em linha: <<https://www.vilaweb.cat/noticies/verdaguer-poeta-estimat-sacerdot-perseguit-i-calumniat/>>.
- Klemperer, Viktor (1947). *LTI. Notizbuch eines Philologen*. Berlin: Aufbau [LTI: *Apuntes de un filólogo*. Barcelona: Minúscula, 2001].
- Laclau, Ernesto (2002). *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Laclau, Ernesto (2005). *On populist reason*. Londres: Verso [*La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007].
- Lakoff, George (2004). *Don't Think of an Elephant*. Vermont: Chelsea Green [No pienses en un elefante. Madrid: Complutense, 2007].
- Mezquida, Amadeu (2015). *El valencianisme enfront d'Espanya*. València/Barcelona: Fundació Nexa/Riurau.
- Mezquida, Amadeu (2017). «Compromís Centauri: partits estrela i partits planeta». *La Vanguardia*, 31/VIII. Em linha: <<https://www.lavanguardia.com/local/valencia/20170831/43935553465/compromis-centauri-opinio-amadeu-mezquida.html>>.
- Mollà, Damià; Mira, Eduard (1986). *De Impura Nazione*. València: Tres i Quatre.
- Ninyoles, Rafael L. (1979). *Madre España*. València: Prometeo.
- Oltra, Mónica (2017). «El sentido de las Fallas». *El País*, 15/III.
- Pitarch, Vicent (1984) *Reflexió crítica sobre la «Llei d'Ús i Ensenyament del Valencià»*. València: Tres i Quatre.
- Pla, Josep (1979). *Notes del capvesprol. Obra completa vol. XXXV*. Barcelona: Destino.
- Rubio, Antoni (2022a). *Valencianisme líquid*. València: Tres i Quatre.

Rubio, Antoni (2022b). «Compromís s'ha convertit en una opció més de l'esquerra espanyola» (entrevista concedida a Moisès Pérez). *El Temps*, 18/IV. Em linha: <<https://www.eltamps.cat/article/16806/entrevista-antoni-rubio>>.

Spinoza, Baruch (1670). *Tractatus theologico-politicus*. Amsterdam: Jan Rieuwertsz [*Tratado teológico-político*. Madrid: Alianza, 1986].

Viadel, Francesc (2006). *No mos fareu catalans: Història inacabada del blaverisme*. Barcelona: L'Esfera dels Llibres [reimpressão corrigida e ampliada: València: Universitat de València, 2009].

Viadel, Francesc (2012). *Valencianisme, l'aportació positiva*. València: Universitat de València.

Žižek, Slavoj (2008). «El complejo poético-militar». *El País*, 7/VIII.

JOSEP J. CONILL

Josep J. Conill (Castelló de la Plana, 1961) exerceu como professor de língua catalã. Foi membro do Seminário de Sociologia de València (dirigido por Lluís V. Aracil). Em novembro de 2003 lecionou na Universidade de Santiago de Compostela o Seminário "Senso comum e comunidade de sentido: rumo a un tratamento libertário da complexidade sociolinguística". Os seus trabalhos, sobre questões relacionadas com a sociologia da linguagem, foram dados a lume em diversas revistas da especialidade, como *Noves SL*, *Treballs de Sociolingüística Catalana*, *Caplletra*, *BAGLP* ou *L'Espill*. Dentre as suas publicações cumpre salientar *Del conflicte lingüístic a l'autogestió* (2007) e *Entre Calimero i Superman: Una política lingüística per al català* (2012), bem como os poemários *Desposseixió* (2002), *La nit en blanc* (2011), *Signes antipersona* (2016) e os livros de aforismos *Submarins de butxaca* (2008) e *Sic transit gloria, mindundi* (2015). O leitor interessado pode aceder a sua produção escrita na página pessoal: <<http://www.josepconill.cat/>>.

O descort provençal e o problema do corpus

Ângelo Brea

Resumo

Entre os géneros menores que podemos distinguir na poesia lírica medieval, o descordo é um dos que mais problemas apresenta, fundamentalmente porque o que o distingue não são rasgos relacionados com o conteúdo, senão exclusivamente de forma. O seu risco essencial é que se trata de uma composição caracterizada por infringir as normas da isometria das estrofes. Foram numerosas as opiniões expostas acerca do número de descordos no âmbito concreto da literatura medieval galego-portuguesa, mas ainda hoje é uma questão aberta a de indicar com exatidão o seu número exato. Jean-Marie d'Heur indicava em 1968 que "le nombre des descorts galiciens-portugais n'a pas zencore été établi sans contestation".

Palavras-chave

Poesia lírica, medieval, provençal, galaico-portuguesa, descordo.

Abstract

Among the minor genres that can be distinguished in medieval lyric poetry, the descordo is one of the most problematic, fundamentally because what distinguishes it are not features related to content, but exclusively to form. Its essential risk is that it is a composition characterised by breaking the rules of stanza isometry. Numerous opinions have been expressed about the number of descordos in the specific context of medieval Galician-Portuguese literature, but it is still an open question to indicate their exact number. Jean-Marie d'Heur stated in 1968 that "the number of Galician-Portuguese discords has not yet been established without dispute".

Key words

Lyrical, medieval, Provençal, Galician-Portuguese poetry, descordo

Introdução

Entre os géneros menores que podemos distinguir na poesia lírica medieval, o descordo é um dos que mais problemas apresenta, fundamentalmente porque o que o distingue não são rasgos relacionados com o conteúdo, senão exclusivamente de forma¹. O seu risco essencial é que se trata de uma composição caracterizada por infringir as normas da isometria das estrofes². Foram numerosas as opiniões expostas acerca do número de descordos no âmbito concreto da literatura medieval galego-portuguesa, mas ainda hoje é uma questão aberta a de indicar com exatidão o seu número exato. Jean-Marie d'Heur indicava em 1968 que "le nombre des *descorts* galiciens-portugais n'a pas encore été établi sans contestation"³.

Na literatura provençal, István Frank, no seu *Répertoire métrique*⁴, assinalou um total de trinta descordos provençais, embora a esse número haveria que acrescentar, segundo a opinião da maior parte dos estudiosos, o *descort* plurilingue de Raimbaut de Vaqueiras, apesar de neste não variar a métrica, mas as línguas utilizadas. István Frank explica assim a sua decisão de não incluir o descordo plurilingue na sua listagem de descordos:

"[88] Le plus célèbre des *descorts* est celui de Raimbaut de Vaqueiras (392,4) qui, à notre avis, n'est pas de ce genre: à comparer sa structure strophique (225:3) aux analyses que nous donnons des *descorts* proprements dits, l'on s'en rend aisément compte. Certes, le poète dénomme sa chanson *descort* (vers 3),

¹ Pode consultar-se a minha memória de licenciatura: Ângelo Brea, *Os descordos galego-portugueses (Exame do corpus, critérios de classificação e análise comparativa com os descordos provençais e franceses)*, 2 vol., Universidade de Santiago, Departamento de Filologia Galega, Área de Lingüística Românica, (sob a direção da doutora Mercedes Brea).

Igualmente, podem consultar-se os seguintes textos: "Sobre a cronologia dos descordos galego-portugueses", *Atas do II Congresso Internacional Espaço Lusófono, Universidade de S. Petersburgo*, 2001, pp. 103-113; "O descordo galego-português" *tomo XXX do Proxecto Galicia, A IDADE MEDIA*, pp. 270-284, notas 7 a 69, pp. 308-309 e bibliografia pp. 494-496; "Nembre-se-te, Madre" (CSM 421), um descordo nas *Cantigas de Santa Maria*", pp. 29-46, *Nós*, nº 59-65, Ponte-Vedra, Braga, 1999-2000.

² Mercedes Brea, "Descordo", *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Caminho, Lisboa, 1993, pp. 213.

³ Jean Marie D'Heur: "Des *Descorts* Occitans et des Descordos Galiciens-Portugais", *Zeitschrift für romanische Philologie*, 84, 1968, pp. 323.

⁴ István Frank, *Répertoire métrique de la poésie lyrique des troubadours*, Paris, Bibliothèque de l'école des hautes études, 1957, 2 vol., pp. 183-195.

mais le «désaccord» qui est la source de cette dénomination n'affecte (cf. vers. 7-8), croyons-nous, que *los lenguatges*, les langues employées dans les cinq strophes (chacune étant rédigée dans un parler différent), *los sons*, la mélodie (ce qui est bien moins assuré, car la musique n'a pas été conservée) et *los motz*, entendez les mots à la rime qui sont, aux mêmes endroits de la strophe, tantôt à désinence féminine, tantôt à terminaison masculine. (Nous ne voyons pas d'autre sens à l'expression *dezacordar los motz*.) Comme la versification de cette pièce est purement strophique, comprenant des vers d'une seule longueur et des rimes disposées dans chaque strophe dans le même ordre, nous ne saurions voir en ce texte qu'une chanson et non un descort"⁵.

Os tratados poéticos provençais incluem definições da maioria dos géneros utilizados pelos trovadores. Não obstante, existem poucas menções relativas aos descordos. Gérard Gouffier estudou todos os tratados poéticos medievais, indicando aqueles nos que aparece uma definição de descordo⁶.

No tratado conhecido como *Donatz proensals*, de Uc Faidit, apenas se indica que o descordo é uma "cantinela habens sonos diversos"⁷.

A definição ocitana de descordo aparece nas *Leys d'amor*, e parece ter muito em conta o texto de Raimbaut de Vaqueiras, que Frank não inclui no seu repertório de descordos:

"Descortz es dictatz mot divers, / D'aytantes cobblas coma vers, / D'acort, de so dezacordabblas / E de lengatzes variabblas, / [5] E singulars e d'un amas / O totes de divers compas. / E deu mays, segon que-ns appar, / D'amors o de lauzors tractar, / O cant hom de sidons se clama, / [10] Quar enayssi cum sol no l'ama / O de tot essens qui volia. / Si far tornada mays plazia / Retenga cascus la maiera / Laqual lassus pauzem primeira / [15] On dels lengatzes que dig so / Deu hom far compilacio. / E si de totz l'es esquerrier, / Prenda cel ques

⁵ István Frank, *Répertoire métrique*, pp. XLIII.

⁶ G. Gouffier, "Les genres lyriques occitans et les traités de poétique: de la classification médiévale à la typologie moderne", *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, 1986, vol. VI, pp. 121-135. O "Annexe I" (pp. 134) inclui uma listagem de todos os tratados de poética, os autores e as datas da sua composição. No "Annexe II" encontra-se uma "Ordre d'exposition des genres dans les principaux traités". A definição de descordo acha-se unicamente na *Doctrina de compondre dictats* e nas *Leys d'Amor*.

⁷ J. H. Marshall, *The "Donatz Proensals" of Uc Faidit*, University of Durham Publication, Oxford University Press, New York-Toronto, 1969, v. 2861, pp. 230.

ha mes derrier. / Pero si trop li torna greu, / [20] Quar troba la tornada breu, /
Recorsa pot far cadaüs / De totz los lengatges dessus, / Ayssi co-ls ha pauczatz
a renga, / Mas que las acordansas tenga, / [25] Lasquals vezetz ques ha per si
/ Cascuna cobbla sus la fi. / Quar d'aquel loc pren acordansa, / Recorsa, qui be
la balanza / E segon dever la compassa, / [30] Lo compas de cobbla no passa.⁸

Esta definição anterior refere-se, quase exclusivamente, ao descordo de Raimbaut de Vaqueiras, não aplicando-se aos outros descordos conservados referências como as dos versos 1-4, 14-15, 21-22, etc...

Na versão em prosa, encontramos uma definição de *descort* muito semelhante:

"LA DIFFINITIOS DE *DESCORT*. *Descortz* es dictatz mot divers. E pot haver aytantas coblas coma vers sos asseber de. v. e. x. lasquals coblas devon esses singulars. dezacordablas. e variablas. en acort. en so. et en lenguatges. E devon esser totas dun compas e de divers. E deu tractar damors o de lauzors o per maniera de rancura quar mi dons no mi ama ayssi cum sol o de tot aysso essems. Qui vols e Qui volra far tornada, segua la maniera lassus dicha, can tractem de vers en laqual tornada deu hom tractar quis vol de totz los lenguatges losquals dessus há pauczatz ayssi atiera cum los há pauczatz. E si aysso far li tornava gre, fassa la dicha tornada del lengatge de la derriera cobla. E si la tornada la paria breus per tractar en totz los lengatges pot hom far recorsa del compas de la una de las coblas denan pauczadas, o dautra sol que no passe lo compas so es lo nombre dels bordos que cobla deu haver. E deu tractar de totz los lengatges ayssi cum son estat pauczatz dessus atiera e deu haver las acordansas que son en la fi de cascuna cobla".⁹

Nos outros tratados poéticos medievais não se encontram mais menções de descordo, à exceção de uma singela definição deste na *Doctrina de compondre dictats*¹⁰:

⁸ *Las Leys d'amor, manuscrit de l'Academie des jeux Floraux*, publiées par Joseph Anglade, 4 vol., Toulouse, Imprimerie et Librairie Édouard Privat, Paris, 1919, tome II, pp. 177-178.

⁹ A. F. Gatién-Arnoult, *La Flors del Gay Saber, estiers dichas Las Leys d'Amors*, Toulouse 1841-1843, pp. 342-344.

¹⁰ Uma parte importante dos tratados de poética medieval têm sido editados por J.H. Marshall, no seu livro *The Razos de Trobar of Raimon Vidal and associated texts*, Oxford University Press, New York-Toronto, 1972. Neste livro incluem-se as *Razós de trobar*, de Raimon Vidal, pp. 1-25; a *Doctrina d'Acort*, de Terramagnino de Pisa, pp. 27-53; as *Regles de Trobar*, de Jofre de Foixà, pp. 55-91; a *Doctrina de Compondre Dictats*, pp. 93-98, e os *Tratados anónimos do manuscrito 129 de Ripoll*, pp. 99-105.

"Si vols far discort, deus parlar d'amor com a hom qui n'es deseparat e com a hom qui no pot haver plaser de sa dona e viu turmentatz. E que en lo cantar, lla hon lo so deuria muntar, que-l baxes; e fe lo contrari de tot l'altre cantar. E deu haver tres cobles e una o dues tornades e responedor. E potz metre un o dos motz mes en una cobla que en altra, per ço que mils sia discordant".

O corpus de descordos provençais

István Frank, no seu repertório métrico¹¹, estabeleceu um total de 30 descordos provençais, indicando as suas estruturas métricas. Apresentamos à continuação a listagem de Frank, dando conta do primeiro verso.

Descordos Provençais para István Frank

1. (205,3), GUILHEM AUGIER (NOVELLA), "Erransa".
2. (235,2), GUILHEM DE SALIGNAC, "Per solatz e per deport".
3. (243,5), GUIRAUT DE CALANSON, "Belh semblan".
4. (355,1), PEIRE RAMON DE TOLOZA, "Ab son gai, plan e car".
5. (132,12), ELIAS DE BARJOLS, "Si-l belai-m tengues per seu".
6. (461,5), ANONIMO, "A chantar m'er un discort".
7. (375,26), PONS DE CAPDOIL, "Un gai *descort* tramer lei cui desir".
8. (434a,24), CERVERI DE GIRONA, "Estrayre-m volia".
9. (461,194), ANONIMO, "Pos la douza sasons gaia".
10. (461,104), ANONIMO, "En aquest son gai e leugier".
11. (205,5), GUILHEM AUGIER NOVELLA, "Ses alegratge".
12. (243,1), GUIRAUT DE CALANSON, "Ab la verdura".
13. (132,13), ELIAS DE BARJOLS, "Una valenta".
14. (205,4b), GUILHEM AUGIER NOVELLA, "Quan vei lo dous temps venir".
15. (461,144), ANONIMO, "Lai un fins preç nais e floris e grana".
16. (461,17), ANONIMO, "Amors".
17. (236,3a), GUILHEM DE LA TOR, "En vos ai eu meza".
18. (392,16), RAIMBAUT DE VAQUEIRAS, "Engles, un novel descort".
19. (461,142a), ANONIMO, "Joi e chanç e solaç".
20. (9,20), AIMERIC DE BELENOI, "S'a midons plazia".

¹¹ István Frank, *Répertoire métrique*, pp. 183-195.

21. (133,10), ELIAS CAIREL, "Quan la freidors".
22. (248,64), GUIRAUT RIQUIER, "Pois aman".
23. (461,37), ANONIMO, "Belha domna cara".
24. (101,2), BONIFACI CALVO, "Ai, Dieus".
25. (16,7a), ALBERTET DE SISTERON, "Belh m'es oimais".
26. (461,70), ANONIMO, "Com plus fin 'amors mi destreng".
27. (434a,17), CERVERI DE GIRONA, "De Palà a To[r]rosela".
28. (434a,49), CERVERI DE GIRONA, "Pus Amors vol qu'eu faça sa comanda".
29. (461,122), ANONIMO, "Finamens".
30. (461,124), ANONIMO, "Gent me nais".

Comentários á listagem de Frank

Longe de ser esta uma listagem definitiva, podemos realizar uma série de matizações quer quanto aos descordos que Frank considera como tais, quer quanto a outros textos que Frank deixa fora da sua listagem. Jean Maillard, no seu artigo "Problèmes musicaux et littéraires du *descort*"¹², dá uma nova listagem de lais e descordos ocitanos e franceses, com uma análise métrica e musical. Neste artigo, Maillard sublinha a importância da melodia para compreendermos bem o texto. Assim, o *descort* caracteriza-se, segundo o estudioso, pelo desequilíbrio mental do poeta, que se manifesta na estrutura do poema, e sobretudo da aliança de um texto e de uma melodia inseparáveis.

Essa listagem, um pouco mais ampliada e documentada, é exposta num trabalho ulterior¹³, no que expõe todas as hipóteses sobre as origens do lai, dá a sua definição e a sua história rastejando-a na literatura latina, céltica, germânica, francesa e ocitana. Expõe também um inventário de lais e descordos em língua francesa e ocitana. No de lais líricos (pp. 71-83) inclui três dos poemas considerados como descordos por Frank (os números 24, 29 y 30) e que ele inclui na sua listagem de lais provençais (os seus números 1, 36 e 40)¹⁴.

¹² J. Maillard, "Problèmes musicaux et littéraires du *descort*", *Mélanges de linguistique et de littérature romanes à la mémoire d'István Frank*, Annales universitatis Saravienses 6, Sarrebruck, 1957, pp. 388-409.

¹³ J. Maillard, *Évolution et esthétique du lai lyrique des origines à la fin du XIVe siècle*. Thèse pour le Doctorat d'Université, Paris, 1963. Pp. XVII + 395. A listagem de descordos ocitanos ocupa as páginas 119-126 e a de descordos franceses as páginas 126-127.

¹⁴ J. Maillard, *Evolution et esthétique...* A listagem de lais em língua d'oil e em língua d'oc ocupa as páginas 71-83.

Estes poemas, considerados descordos por Frank, e que Maillard define como lais, são os seguintes:

a) 1. "AI DEUS! S'A COR QUE-M DESTREIGNA"¹⁵- PC 101,2. Frank, *Descort*: 24.

v. 83: "Mon lais par far li entendre".

O editor do cancionero de Bonifacio Calvo, William D. Horan, comenta em nota a este poema:

"This verse form, the lais, of irregular meter, strophe, and rhyme is rare in Provençal. Some strophes are unissonans (e.g. i, ii, iii) and others (vi and vii) have other patterns: there seems to be no consistency in the metrics of this poem"¹⁶.

Parece bastante claro, lendo o verso 61 ("Ni lais a far") ou os versos 84-85 ("Mon lais per far la entendre / L'amor que-il port, e aprendre"), que este texto não pode incluir-se no apartado de descordos e que deve retirar-se da listagem de István Frank, classificando-o definitivamente dentro dos lais líricos, opinião que compartilha Martín de Riquer¹⁷:

"Diecinueve composiciones en provenzal y dos en gallegoportugués constituyen el repertorio conservado de Bonifacio Calvo. Cuatro son canciones de amor, grupo al que se puede añadir un lai lírico y un planh a la muerte de la dama".

b) 2. O segundo poema que Maillard inclui nos apartados de lais é:

nº 36. "FINAMENS"¹⁸- PC 461,122; Frank, *Descort*: 29.

Verso 4: "Lai non par"; verso 124: "Afin doi lai bon lai"; versos 131-133: "Vos defin lai non par / Meillor non-pot far / Hom qui sap chantar".

Devemos ter em conta que no próprio texto se qualifica a composição como lai, nada mais começar indica-se o sub-género a que pertence: "Finaments / e

¹⁵ K 81, a1 414, d 270 (sem notação). Edit.: G. Bertoni, *Antiche poesie provenzali*, Módena (1939), 84.

¹⁶ William D. Horan, *The Poems of Bonifacio Calvo. A critical edition*, pp. 40, notes iii.

¹⁷ M. de Riquer, *Los Trovadores*, pp. 1417.

¹⁸ Karl Bartsch, *ZfřPH* I, 66; Friedrich GENNRICH, *Musikalische Nachlass der Troubadours*, Darstadt (1958), 255-260 (transcrição musical). cf. Jean Beck, *Melodien*, 32. I. Fernández de la Cuesta, *Las cançons dels Trobadors*. Melodias publicadas per..., Institut d'Estudis Occitans, Tolosa, Opera Omnia, Coleccion Dirigida per Rodrigo de Zayas, pp. 749-764.

jausents / vai començ / lai non par", estrutura que se repete na última estrofe: "Finament / e jausent / vos defin / lai non par". Este texto, tendo em conta o anterior, deve retirar-se da listagem de descordos ocitanos.

c) 3. O terceiro texto que Maillard considera um lai (nº 30 na sua listagem) é o poema anónimo "Gent me mais":

30. "GENT ME MAIS"¹⁹- PC 461,124 -. Frank, descordo: 30.

Lai Markiol, anónimo provençal.

verso 3-4: "En eis lais / Markiol".

Também neste poema há uma menção inicial que é inequívoca com respeito ao género ao que pertence o texto: "Gent m'enais / quand del cais / en eis lais / Marquiòl". É por esta razão que retiramos o poema da listagem de descordos ocitanos.

Maillard tampouco considera descordo o número 23 da listagem de Frank, a cantiga de autor anónimo "Belha domna cara" (461,37). Maillard inclui, não obstante, na sua listagem de descordos, muitos outros textos, a maioria deles bastante conflituosos, e que posteriormente foram submetidos a um novo exame crítico. Indicamos o primeiro verso, o título do autor e a numeração do *Repertório métrico* de Frank, retirando as menções às respetivas edições.

3a. AMICS FERRAIRI, tenso de Raimon Guillem e de Ferrarino de Ferrara (229,1 e 150,1) imita o descordo 10,45 de Aimeric de Belenoi. - Frank: esquema 528:3.

4a. ARA QUAN VEI VERDEJAR (Raimbaut de Vaqueiras) 392,4. - Frank 225:3.

7a. CLERCJA NO VALC ANC TAN (Peire Cardenal) 335,14a - Frank: 26.

Cf. inf. nº 29a.

16a. LA BEUTAT NOMINATIVA (Anónimo) 461,143 - Frank 225:5 e 612:12.

István Frank pretende que não há "aucune raison valable pour considérer

¹⁹ Edições: Karl Bartsch, *ZfrPh* I, 61. - Luther Dittmer, *A central source of Notre-Dame Polyphony*, Brooklyn, 1959, pp. 241-245 (facsimile e transcrição). Friedrich Gennrich, *Musikal Nachlass der Troubadours*, Darmstadt, 1958, nº 220 (transcrição musical). cf. István Frank, R.M. I-XLIII. Jean Maillard, "Problèmes musicaux et littéraires du *descort*", pp. 405-406. Fernández de la Cuesta, I.: *Las canciones dels Trobadors. Melodias publicadas per...*, Institut d'Estudis Occitans, Tolosa, Opera Omnia, Coleccion Dirigida per Rodrigo de Zayas, pp. 765-785.

come un descort (ce) groupe de trois strophes alternées anonymes qui constitue una courte pièce à strophes alternées".

16b. LAIG FAILL CORS (Guilhem Augier Novella) 205,6 - FRANK: 504:20.

Texto incompleto: só o primeiro verso da primeira estrofe, uma outra estrofe inteira, depois duas tornadas.

"C'est par simple erreur que l'éditeur (de cette pièce) a cru avoir affaire à un descort; il lisait, dans le seul manuscrit de son texte, su-dessus de l'unique strophe conservée, la ligne que voici: "Sirventes avols e descortz". Mais ce qu'il a pris pour une rubrique désignant le genre auquel appartient la pièce n'est en réalité que l'incipit de celle-ci" (István FRANK, R.M., I, xlii, note 2).

17a. LO SENHERS QU'ES GUITZ (Johan Estève) 266,8 - Frank 528:2.

Peça calcada sobre o descordo 10,45 de Aimeric de Peguilhan. Pillet e Frank denominam esta peça como "chanson religieuse".

17b. MAIN BARO SES LEI (Peire Cardenal) 335,36 - Frank 529:1.

Pillet designa esta peça como "sirventes en forme de descort"; Frank a regista como "cobla". Está calcada sobre o descordo 10,45 de Aimeric de Peguilhan.

17c. POI QE NEVE NI GLAZI (Anónimo) 461,195a - Frank 489:1.

Pillet regista esta peça como un descordo, mas Frank remarca que "n'y a aucune raison valable pour considérer comme tal ce "sirventes lombardesco", la seule pièce en italien (qu'il sit) classé parmi les oeuvres des troubadours: sa structure strophique est parfaitement régulière (R.M. I, xlii).

28a. SILL QU'ES CAPTZ E QUITZ (Anónimo) 461,67a - Frank 528:4.

28b. SIRVENTES AVOLS E DESCORTZ (Guilhem Augier Novella) 205,6 - Frank 504:20.

Sirventes, cf. sup., nº 16b.

28c. TOT AISSI SOI DESCONSELLATZ (Peire Cardenal) 461,236 - Frank 577:178 e 577:228.

Esta peça, considerada como um descordo por Alfred Pillet, é registada como sirventês por István Frank. O texto estabelecido por M. COLLIER (...) apresenta cinco estrofes regulares e uma tornada, o que justifica a decisão de István Frank.

29a. UN DECRET FAUC DRECHURIER (Peire Cardenal) 335,63 - Frank 51:3. Pillet denomina esta peça como "sirventês em forma de descordo". Frank pensa que se trata mais da união de dois sirventeses e dá ao segundo o número 55:6, "Clercja no valc anc tan". Os dois fragmentos estão juntos em C 283, I 268, H 153 e separadas em R 71-597 e T 106-107 assim como em d 327-191 (não notada).

Cf. sup. nº 7a.

O próprio Maillard realiza um comentário à sua listagem de descordos, retirando dela alguns textos e pondo em questão outros muitos:

"Cet inventaire comprend au total 40 pièces. Vingt-huit d'entre elles sont effectivement des *descorts*, dont un seulement a conservé sa notation. L'une est peut-être un lai (nº17); les grand lais anonymes "Markiol" e "Non par" ainsi que le lai de Bonifacio Calvo ne figurent pas dans cet inventaire de *descorts*, leur structure ne laissant aucun doute sur le genre auquel ils appartiennent. Plusieurs poèmes sont sujets à caution (3a, 4a, 16b, 17a, 17b, 28a, 29a). D'autres enfin, ne sont pas des *descorts* (16a, 17c, 28c)"²⁰.

Por último, Jean Maillard afirma que o texto intitulado "Recepta de Xarob" de Cerveri de Girona (434,17, Frank nº 27) "s'écarte légèrement de ces données, encore qu'elle traite de courtoisie amoureuse" (pp. 128). Tampouco inclui na sua listagem de descordos o poema anónimo "Bella domna cara" (461,37, Frank nº 23), sem indicar a razão da sua exclusão.

Como conclusão, depois de reproduzir a sua listagem de descordos, Jean Maillard indica as diferenças que encontra entre os lais e os descordos do século XIII: a) não se encontram *descorts* inseridos nos romances em prosa, b) o *descort* tem uma extensão bastante mais considerável que a maior parte dos lais, c) os *descorts* anónimos são pouco numerosos. Os de língua d'oïl são todos de autor conhecido a excepção da peça 6a [*Mere de pitié*]. Existem, pelo contrário, numerosos lais anónimos, d) todos os *descorts* tratam do amor cortês, excepto a peça 6a²¹, enquanto existem lais religiosos et satíricos, e) só as regiões d'oïl e d'oc - mais tardiamente a Península ibérica - têm visto nascer autores de *descorts*, enquanto a área geográfica do lai é muito mais extensa, f) nota-se,

²⁰ Maillard, J., *Evolution et esthétique du lai lyrique des origines à la fin du XIVe siècle*, pp. 125-126.

²¹ "Mere de pitié", pièce calquée sur un *descort* de Gautier de Dargies (Nota do autor).

finalmente, que nalguns manuscritos como no Chansonnier de Nosilles, os lais estão agrupados enquanto os *descorts* estão dispersos" (pp. 128).

Corpus dos *descorts* provençais para J.H. Marshall

J. H. Marshall, posteriormente, realiza um comentário a estas duas listagens acima mencionadas²², retirando da listagem de Frank vários poemas:

"As already noted, Frank listed 30 pieces under the heading "*Descorts*". I reject seven pieces from the list, namely:

(a) *The three pieces called lai(s) by their authors* (Frank, Nos. 24, 29, 30).

(b) *The piece by Cerverí de Girona called in the rubric Recepta de xarob* (Frank, nº 27) (...).

(c) *The three pieces which are, in my view, isostrophic descorts* Frank, N^{os}. 7, 8, and 10)".

I differ from Frank in including the famous plurilingual *descort* by Raimbaut de Vaqueiras²³. I continue to follow Frank in including the anonymous piece called by its author an *acort* (Frank, No. 23; cf. below, p. 143), and in excluding the pieces referred to in the passage already quoted (p. 132, above) from Frank's Introduction. This leaves a total of 24 heterostrophic *descorts*".

Como podemos comprovar, Marshall segue no ponto a) o mesmo critério que utilizou Maillard para tirar da listagem de descordos os três lais líricos que Frank incluía como descordos. Também exclui do repertório final de descordos a peça intitulada "Recepta de Xarob", de Cerverí de Girona, poema que o próprio Maillard mencionou no sentido de que se afastava dos outros descordos estudados por ele, embora mantivesse o tom próprio do amor cortês.

Na edição de Cerverí de Girona, realizada por Joan Coromines, não há nenhuma menção a este poema como descordo. Maillard resume o conteúdo do poema da seguinte maneira:

²² J. M. Marshall, "The isostrophic *descort* in the Poetry of the Troubadours", *Romance Philologie*, XXXV, 1981, pp. 135-136.

²³ "For Frank's view that the piece is formally an isostrophic *canço*, see *Rép.*, xliii. Since the poet himself called it a *descort*, it seems to me methodologically impossible to exclude it from consideration. At least one early Latin sequence (*Aurea personet lira*) has a regular isostrophic metrical structure although its musical form is that of a sequence: cf. Spanke, "Über das Torteilen der Sequenzform in den romanischen Sprachen", *ZRPh*, LI (1931), 309-334, at 314, 318f. (Aarburg, 41, 45f). (Marshall, pp. 135, nota 18).

"Le poète nos dit avoir rencontré, entre Pala e Torosella, Courtoisie se lamentant sur le fatal destin d'Amour, bafoué par les hypocrites. Il lui propose se préparer, suivant les conseils de la vicomtesse de Rocaberti, un sirop précieux dans lequel seront mêlés les mérites de plusieurs grandes dames: un peu de la valeur de la vicomtesse de Cardona et de la vicomtesse de Bas, de la complaisance de la vicomtesse de Cabreyra, de la grâce de Dame Guillemette de Palau et enfin, de la rayonnante beauté de Blanchette de Crexeil.²⁴"

Com respeito à listagem de Maillard, que incluía 42 textos, Marshall realiza o seguinte comentário:

"Comparison with the list of 42 items established by Jean Maillard reveals a number of discrepancies, which are accounted for below. I exclude from the list the followings items:

(a) Nos. 5, 15, and 22, which are fragments.

(b) Nos. 7a (=29a), 16a, 16b (=28b), 17c, and 28c, which are not descorts for reason stated by Maillard himself.

(c) No. 9, *Cerveri's Recepta de xarob*.

(d) Nos. 10, 14, and 30, which I class as isostrophic descorts.

(e) No. 25 (*Qui la vie en ditz by Aimeric de Peguilhan*), which I class as isostrophic descort, together with Nos. 3a, 17a, 17b, and 28a, which are *contrafacta* of the same piece.

These 19 exclusions reduce Maillard's list to 23 items, to which I add the acort already mentioned".

Marshall elimina da sua listagem de descordos a maior parte dos textos que Maillard tinha acrescentado à listagem de Frank. Só reconhece como descordos dois textos, o número 4a (o *descort* plurilingue de Raimbaut de Vaqueiras) e o nº 25 de Aimeric de Péguilhan (que para Marshall é um descordo isostrófico). Ademais analisa quatro textos que são *contrafacta* deste último (Nos. 3a, 17a, 17b e 28a), ainda que acaba por não inclui-los no apartado de descordos isostróficos após a sua análise. Com as 19 exclusões de Marshall, a listagem de Maillard fica em 23 descordos (os números 1-6, 9, 11-23, 25, 26 e 28 da listagem de Frank), aos quais Marshall acrescenta o *descort* plurilingue de Raimbaut de Vaqueiras, com o que a listagem alcança 24 descordos heterostróficos²⁵.

²⁴ J. Maillard: *Evolution et esthétique du lai lyrique*, pp. 128-129.

²⁵ J. H. Marshall "The isostrophic descort", pp. 135.

Marshall (pp. 136 e 143-145) estabelece três critérios internos e seis externos para poder reconhecer uma peça como descordo. Entre os critérios internos encontramos com os seguintes: Critério 1: Uma peça é chamada descordo no texto. Critério 2: Um poema é chamado descordo num epígrafe cuja precisão não temos razão para discutir. Critério 3: Uma peça está colocada numa "seção de descordos" nos manuscritos que classificam este género separadamente dos outros géneros poéticos.

Para Dominique Billy, que realizou uma análise posterior deste trabalho de Marshall, estes três critérios externos "permettent de retenir un ensemble de 20 pièces"²⁶.

Posteriormente, Marshall estabelece outros seis critérios externos, para poder delimitar se um texto é ou não um descordo: Critério 4: Ter em conta a estrutura musical para aqueles textos que a conservem. Critério 5: algum textos têm estrofes que estão compostas por um certo número de partes rítmico-métricas idênticas, múltiplas de 2 ou 3. Critério 6: Alguns textos são denominados "gay" pelo seu autor (un gai *descort*, un gai son, etc). Critério 7: Há uma tendência marcada no descordo heterostrófico para que cada estrofe faça uso como máximo de duas rimas finais. Critério 8: Relativa à recorrência de timbres, de esquemas rítmicos ou rítmico-métricos, ao encavalgamento inter-estrófico e a outros artifícios. Critério 9: muitos descordos exprimem a melancolia ou o amor não-correspondido.

Listagem de descorts isostróficos (com os seus respetivos *contrafacta*)

Marshall considera também a existência de descordos isostróficos. Nestes descordos os "versicles" (ou estrofes compostas de membros idênticos dos descordos heterostróficos) não são diferentes uns dos outros: o compositor deste tipo de poema, depois de escrever três "versicles" de descordo diferentes entre si, repete a estrutura e o tom desses três primeiros "versicles" até ao final. Desta maneira, num descordo isostrófico, o poeta toma a estrutura de um pequeno descordo em miniatura e a repete estroficamente, destarte é possível fazer uma análise métrica das estrofes relativamente curtas e das longas "stanças" (estâncias das peças isostróficas)²⁷.

²⁶ D. Billy "Le Descort Occitan - réexamen critique du corpus", *Revue des Langues Romanes*, 87, 1983, pp. 2.

²⁷ J. M. Marshall, "The isostrophic *descort*", pp. 146.

A. (Frank, 528:1, with correction, *Rép.* II, p. 229), PC 10,45, Aimeric de Peguilhan, "Qui la vi, en ditz".

I = IV = VII	a b b a b b a b b a b b 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1	I: itz, es; IV: en, atz; VII: is, ais
II = V = VIII	a a b b a a b a a b b a a b 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1	II: ars, ors; V: ort, os; VIII: er, ès
III = VI = IX	a a b b a a b b a a b b a a b b 3' 3' 5 1 3' 3' 5 1 3' 3' 5 1 3' 3' 5 1	III: ia, na; VI: ansa, i; IX: aire, als
X	a a b b a a b b 3' 3' 5 1 3' 3' 5 1	X: aire, als

A1. (Frank, 528:2), PC 266.8, Joan Esteve, "Le senhers qu'es guitz". Esta peça religiosa, chamada *pregueyra* no MS e datada em 1270, imita exactamente a estrutura (incluindo as rimas) da peça que A. Jeanroy (*Poésie lyrique*, I, 391) refire como "un descort (calqué sur une pièce de Péguilhan)".

A2. (Frank, 528:3), PC 229,1a (=150,1), Guilhem Raimon e Ferrarino de Ferrara, "Amics Ferrairi". Este poema imita a estrutura de A, mas com outras rimas. As estrofes IV-VI não repetem as das rimas das estrofes I-III.

A3. (Frank, 528:4), PC 461,67a, anónimo, "Sill qu'es caps e guitz". Tem seis estrofes mais tornada, imita metricamente A, mas é musicalmente diferente.

A4. (Frank, 529:1), PC 335,36, Peire Cardenal, "Maint baro ses lei". Esta peça, similar em conteúdo ao do sirventês de Cardenal, imita a estrutura métrica de A, mas com as seguintes modificações:

- a) as rimas são diferentes;
- b) a peça consiste numa única estância, isto é, 3 estrofes;
- c) a estrutura métrica da segunda estrofe é:

a a b b a a b a a b b a a b 5 1 5 1 5 1 5 5 1 5 1 5 1 5
--

B. (Frank, *descort* nº 7), PC 375,26, Pons de Chapteuil, "Un gai descort tramet leis cuis dezir".

I = III = V	a b a b a b a b 10 6 10 6 10 6 10 6	ir, ei
II = V = VIII	a b a b a b a b 4' 4 4' 4 4' 4 4' 4	ire, en
III = VI = IX	a a a a 10 10 10 10	or

C. (Frank, *descort* nº 8), PC 434,24, Cerveri de Girona, "Estrayre-m volia".

I = III = V	a b a b a b a b a b a b a b 5' 5 5' 5 5' 5 5' 5 5' 5 5' 5	ia, ar
II = IV	a a a a a a a a a a a a a a 5 3 3 3 5 3 3 3 5 3 3 3 5 3 3 3	an
VI	a a a a a a a a 5 3 3 3 5 3 3 3	an
VII	a b a b 5' 5 5' 5	ia, ar

D. (Frank, *descort* nº 10), PC 461,104, anónimo, "En aquest son gai e leugier".

I = V	a b a b a b a b 8 7' 8 7' 8 7' 8 7'	ier, ansa
II = VI	a a b a a b 4 4 7 4 4 7	ai, ort
III = VII	a b a b 7' 7' 7' 7'	ia, aja
IV = VIII	a a b a a b 4 4 7' 4 4 7'	atz, enta
IX = X	a a b 4 4 7'	atz, enta

E. E. (Frank, 233:4), PC 416,2, Raimon Bistort d'Arles, "Aissi com arditz entendenz".

I = III = V	a b a b a b a b a b a b 8 5' 8 5' 8 5' 8 5' 8 5' 8 5'	I: ens, ensa III: en, enda V: ans ansa (todas rimas derivativas)
II = IV = VI	a a b b b b c d d e e e e c 4 4 4 2 2 2 6 5' 4 4 4 2 2 2 6 5'	II: ir, ai, ensa, an, ei IV: al, i, enda, at, am VI: is, en, ansa, olh, ort

E1. (Frank, 233:2 e 3), PC 282,13, Lanfranc Cigala, "Lantelm, qui-us onra ni-us acoill" e PC 283,1, Lantelm, "Lanfranc, qui-ls vostres fals digz coill". Esta troca de sirventês imita a forma métrica de E. As duas estâncias de Cigala (quatro estrofes) tomam a rima feminina das duas primeiras estrofes do modelo, mas não imitam as 5 rimas masculinas ou as rimas derivativas da primeira, terceira e quinta estrofe. As duas estâncias de Cigala são unissonans. A resposta de Lantelm repete exactamente a forma métrica, incluindo as rimas da peça de Cigala, inclui quatro estrofes mais uma tornada de oito versos.

E2. (Frank, 233:1), PC 270,1, Joios de Tolosa, "L'autrier el dous temps de pascor". Esta pastorela tem três estâncias (seis estrofes), que imitam exactamente a forma de E, ainda que com rimas diferentes e sem rimas derivadas. Como reconhece Marshall: "The chronological relationship between E, E1, and E2 most probably follows the order in which they are placed above. In substance E is a *canço*, E1 an exchange of personal *sirventes*, E2 a *pastourelle*" ²⁸.

F. (Frank, 250:1), PC 266,4, Joan Esteve, "Cossi moria".

I = V = IX = XIII = XVII	a b a b a b a b 4' 4 4' 4 4' 4 4' 4	ia, atz
II = VI = X = XIV = XVIII	a a b a a b 2 2 4 2 2 4	ors, istz

²⁸ Marshall, J.H., *ed.cit.*, pp. 153.

III = VII = XI = XV = XIX = XXI	a a a a 5 5 5 5	ens
IV = VIII = XII = XVI = XX = XXII	a b a b 4' 5 4' 5	ia, os

Marshall dá também uma listagem de seis poemas que apresentam uma estrutura típica do descordo isostrófico, ainda que foram classificadas noutros géneros. Estes seis poemas são os seguintes:

Frank 97:1 = PC 266,5 de Joan Esteve, "El dous temps quan la flor s'espan" (pastorela).

Frank 244:1 = PC 206,3 de Guilhem d'Autpol, "L'autrier, a l'intrada d'Abril" (pastorela).

Frank, 95:1 = PC 406,27 de Raimon de Miraval, "Enquer non a gaire" (cansó).

Frank, 246:1 = PC 80,21, de Bertran de Born, "Ges no me desconort" (sirventès).

Frank, 276:1 = PC 266,7, de Joan Esteve, "L'autrier el gai temps de pascor" (pastorela).

Frank, 280:1 = PC 319,6, de Paulet de Marselha, "L'autrier m'anav' ab cor pensiu" (pastorela)²⁹.

O próprio Frank observou a existência de vários descordos que apresentavam uma estrutura tipicamente isostrófica, e não deixou de mencioná-lo:

"[87] D'une manière générale, dans un *descort* chaque strophe a une formule métrique (et une mélodie) individuelle, alors que dans les chansons strophiques, les strophes sont rigoureusement isométriques. Mais trois

²⁹ As edições de 266,5 e 266,7 de Joan Esteve e 206,3 de Guilhem d'Autpol podem consultar-se em: Audiau, J., *La Pastourelle dans la poésie occitane du Moyen Âge, textes publiés et traduits avec une introduction, des notes et un glossaire*, Slatkine Reprints, Genève, 1973, Nos. XVI, XV e XXII respectivamente.

Os outros três textos podem consultar-se nas edições críticas dos trovadores. Para 406,27 de Raimon de Miraval veja-se Topsfield, L.T., *Les poésies du troubadour Raimon de Mirval*, The Hague, 1964. Para 80,21 de Bertran de Born pode consultar-se Appel, C., *Die Lieder Bertrams von Born*, Halle, 1932, e para 319,6 de Paulet de Marselha, Levy, E., *Le troubadour Paulet de Marseille, Revue des Langues Romanes*, XXI, 1882, pp. 261-289.

descorts, sur un total de trente, sont en contradiction avec cette règle (voy. nos n^{os} 7-8 et 10). Prenons à titre d'exemple le *descort* de Pons de Chapeuil (375,26) ["Un gai *descort* tramet leis cui dezir", que Marshall considera como descordo isostrófico]. Voici son schéma:

I = IV = VII a b a b a b a b
 10 6 10 6 10 6 10 6

II = V = VIII a b a b a b a b
 4' 4 4' 4 4' 4 4' 4

III = VI = IX a a a a
 10 10 10 10

l'on y constate des répétition métriques³⁰, de sorte que si nous considérons trois strophes sucessives (I-II-III, IV-V-VI, etc) comme n'en formant qu'une, nous obtenons une chanson normale, de trois strophes *unissonans* de 20 vers dont la formule est la suivante:

a b a b a b a b c d c d c d c d e e e e
 10 6 10 6 10 6 10 6 4' 4 4' 4 4' 4 4' 4 10 10 10 10

De même, le *descort* de Cerverí (434,24) ["Estrayre-m volia", que Marshall considera igualmente um descordo isostrófico] pourrait être considéré comme une pièce strophique à strophes alternées, et le *descort* anonyme (461,104), ["En aquest son gai e leugier", que Marshall considera também um descordo isostrófico] comme une chanson à «strophes alternées par groupes de 4». Cependant, il n'y a pas de doute que ces textes soient des *descorts*: deux d'entre eux sont appelés ainsi par leurs auteurs et pour le troisième (434,24) la rubrique du manuscrit, qui porte *descort*, mérite toute confiance".

Frank não duvida de que os três textos são descordos, e para isso apoia-se, curiosamente, nos dois primeiros critérios internos de Marshall: que o poema seja chamado descordo pelo próprio autor ou assim denominado no epígrafe que antecede o poema.

Estes três poemas são, para Marshall, exemplos de descordos isostróficos, acrescentando a estes o poema *Qui la vi*, en ditz (10,45, esquema 528:1) de

³⁰ "Semblables à celles que présentent les pièces que nous avons appelées «à strophes alternées par groupes»; cf. § 69." (pp. xli). (Nota do autor).

Aimeric de Peguilhan, nº 25 na listagem de Maillard e o poema *Aissi com arditz entendenz* (416,2, esquema 233:4) de Raimon Bistort d'Arles. O próprio Marshall exclui os *contrafacta* das peças sinaladas, considerando como descordos isostróficos unicamente os poemas A, B, C, D e E. Marshall estuda as peças da sua relação de descordos isostróficos segundo os nove critérios que ele próprio estabeleceu para considerar um poema como descordo, concluindo que só A, B, C, D e E podem ser incluídas dentro do apartado dos descordos isostróficos:

"Consideration of these criteria leads me to propose the following analysis of the pieces in the above list. Five pieces are to be classed as isostrophic *descorts* (A, B, C, D, E). Five others are *contrafacta* of A and E (A1, A2, A4, E1, E2). One piece, namely A3, does not fit easily into our categories: Metrically it is a *contrafactum* of an isostrophic *descort*, musically not a *contrafactum* but a heterostrophic *descort* (...). The remaining piece (F) is to be excluded from the *descort* category because of its subject-matter. Conceivable, however, it was a *contrafactum* of an isostrophic *descort* no longer extant; it is equally possible that we ought, in view of its religious substance, to call it an isostrophic *lai*. Only the discovery of a metrical model for the piece could resolve these questions"³¹.

Podem levantar-se algumas questões com respeito às palavras acima mencionadas, assim, o poema *A Qui la vi*, em ditz, (10,45) de Aimeric de Péguilhan é uma cansó para Frank, o mesmo que para os seus editores, Shepard-Chambers. Sem embargo, Maillard, na sua listagem, inclui-o no apartado de descordos (nº 25). O poema *Aissi com arditz entendenz*, (416,2) de Raimon Bistort d'Arles é considerado cansó por Frank e por Kolsen, e Maillard não o inclui na sua listagem de descordos. Além disso, temos que ter em conta a própria definição que Marshall dá do descordo isostrófico para pôr em questão outros textos³².

³¹ J. H. Marshall, "The isostrophic *descort* in the Poetry of the Troubadours" pp. 155.

³² "In the isostrophic *descort* the versicles were not all dissimilar from one another: The composer of this type of poem, having written (say) three *descort*-versicles dissimilar from one another in tune and metrical structure, then repeated the structure and tune of those three versicles for the next of three (and for the next three after that, etc.) Thus, in an isostrophic *descort* the poet took a miniature *descort*-structure and repeated it strophically, so that a metrical analysis into relatively short versicles and one into relatively stanzas are both possible"

Tendo em conta a definição que deste tipo de poemas nos fornece o próprio Marshall, dos cinco possíveis descordos isostróficos que estabelece o citado autor, haveria que pôr em questão o C e o D. No poema de Cerveri de Girona (434,24), cuja estrutura é a seguinte:

I = III = V	a b a b a b a b a b a b a b a b 5' 5 5' 5 5' 5 5' 5 5' 5 5' 5 5' 5 5' 5	ia,ar
II = IV	a a a a a a a a a a a a a a a a 5 3 3 3 5 3 3 3 5 3 3 3 5 3 3 3	an
VI	a a a a a a a a 5 3 3 3 5 3 3 3	an
VII	a b a b 5' 5 5' 5	ia,ar

... não poderíamos falar de descordo isostrófico segundo a definição que dele dá o próprio Marshall, porque a estrofe II só se repete uma vez, e as estrofes VI e VII apresentam uma estrutura métrica completamente diferente e típica de um descordo heterostrófico (Apêndice I, pp. 43-45).

O mesmo se poderia dizer do poema anónimo 461,104, que apresenta uma estrutura de estâncias binárias compostas por quatro estrofes:

I = V	a b a b a b a b 8 7' 8 7' 8 7' 8 7'	ier, ansa
II = VI	a a b a a b 4 4 7 4 4 7	ai, ort
III = VII	a b a b 7' 7' 7' 7'	ia, aja
IV = VIII	a a b a a b 4 4 7' 4 4 7'	atz, enta
IX = X	a a b 4 4 7'	atz, enta

Este poema, seguindo as palavras de Marshall, poderia analisar-se como um descordo que apresenta duas "stanzas" de quatro "versicles" cada uma (I-IV e V-VIII), além das duas estrofes finais. Neste caso, ou se modifica a definição de

descordo isostrófico, para abarcar poemas que repetem duas vezes (e não três) a mesma stanza, (neste caso compostas de quatro "versicles"), ou eliminamos este poema da listagem de descordos isostróficos, por não cumprir a própria definição que de descordo isostrófico dá Marshall.

Foram estes problemas anteriores os que levaram Dominique Billy a reformular as ideias de Marshall num estudo ulterior³³. Neste artigo o autor afirma que "le corpus n'a été établi que sur des critères empiriques, à telle enseigne que sa délimitation reste encore indertaine, et un certain nombre de conclusions se ressentent de ces fondements imparfaits" (pp. 1). O autor indica, igualmente, que dos três critérios externos estabelecidos por Marshall só o primeiro é provatório (designação no texto) e que os outros dois (designação no epígrafe e conservação numa secção homogénea de descordos) são só "présomtifs" (pp. 2), delimitando com eles um total de 20 textos. Igualmente os critérios quinto (que as estrofas estejam compostas de um certo número de membros rítmico-métricos idênticos, múltiplos de 2 ou 3) e noveno (que se exprima a expressão da melancolia do poeta e do amor não correspondido) aplicam-se perfeitamente às três peças que ficavam sem delimitar (as números 1, 3 e 16) utilizando os critérios externos (pp. 3).

Mais ainda, Marshall aceita novos descordos, cuja argumentação não é completamente satisfatória para Billy (pp. 3), devido, curiosamente, às razões de versificação apontadas mais acima para os casos do nº 8 e do número 10 (os exemplos C e D da listagem de Marshall). Billy, porém, aceita o número 10 como *descort* isostrófico e inclui mesmo o texto mais conflituoso *Qui la vi, en ditz*, que István Frank considerava como "chanson strophique", precisamente apoiando-se nos critérios internos apontados como determinantes por Marshall (pp. 9-10).

Contudo, Billy expõe certas dúvidas quanto aos outros textos que Marshall tinha proposto para acrescentar o número de descordos isostróficos: "Nous voici donc en présence de trois *descorts* isostrophics assurés: les nºs 7 et 10 et la pièce d'Aimeric. Marshall propose d'élargir le corpus, mais suit pour cela una méthode sans cohérence interne, empirique, aprioriste, avant de confronter les nouvelles pièces à la grille de critères qu'il a établie à partir des pièces non

³³ D. Billy: "Le *descort* occitan. Réexamen critique du corpus", *Revue des Langues Romanes*, 87, 1983, pp. 1-28.

strosfiques; mais au lieu de servir de contrôle probatoire, cet examen sert à des fins purement descriptives[...]" (pp. 12).

Em particular, respeito ao texto E, *Aissi com arditz entendenz*, diz dele que "Or il se trouve que, si elle répond bien au critère 9, cette dernière n'obéit qu'imparfaitement au critère 5. En effet, le second versicle, bipartite, présente un changement de rimes (deux sur trois) d'un membre à l'autre: aabbbbbc ddeeeec, phénomène qui ne se retrouve dans aucun *descort* occitan; [...]. D'autre part, la strophe des *descorts* isostrophiques est composée de 3 ou 4 versicles alors que celle de Raimon Bistort n'est composée que de 2".

Devemos fazer, igualmente, menção ao texto F, *Cossi moria*, de Johan Esteve. Este texto foi editado por Chabaneau em cinco estrofes de 22 versos cada uma, sendo os últimos quatro versos de cada estrofe, um refrão. Tendo em conta a presença do refrão, Chabaneau indica que o poema é uma *estampida*, apesar de o epígrafe do poema apontar que se trata de um *Planh*. István Frank, por sua parte, indica que o texto é um sirventès.

O argumento principal para não considerarmos este exemplo como *descort* isostrófico é, precisamente, a utilização do refrão. Dessa maneira, a estrofe de 22 versos não se poderia dividir em "versicles" de 8, 6, 4 e 4 versos tal e como aponta Marshall.

Listagem de Paolo Canettieri

Uma última achega, que pretende ser definitiva, mas que é possível que necessite ulteriores comentários, é a que aparece no livro de Paolo Canettieri sobre o *descort* provençal³⁴. Antes de começar a sua análise, o autor define o género desta maneira:

"Il *descort* è una composizione lirico-musicale in cui al tema dello squilibrio sentimentale del poeta causato dal disaccordo con la donna amata, e a uno stato d'animo comunque disforico, corrisponde una forma metrica non strofica (intendendo per strofe l'unità complessiva ed esclusiva di iterazione metrico-melodica, che è solo virtuale nelle *coblas esparsas*). Il testo si compone infatti di articolazioni metriche e musicali generalmente differenti tra loro, che chiameremo "periodici", strutturate al loro interno per segmenti modulari iterati due o più volte, che chiameremo "frasi". Le frasi si compongono a loro volta di unità testuali stichiche iso- o eterometriche delimitate da una o più

³⁴ Paolo Canettieri, *Descortz es dictatz mot divers. Recherche su un genre lyrique romanzo del XIII secolo*, Bagatto Libri, 1995.

rime. La struttura musicale relativa ai singoli periodi è generalmente ripartibile in frasi, che possono anche non coincidire con le partizioni metriche. L'ultimo dei periodi, facente le veci della *tornada*, è spesso non modulare".

Paolo Canettieri oferece uma nova listagem de descordos provençais, nos que inclui alguns textos conflituosos. Da listagem de Frank mantém como descordos os textos 1-23, 25-26 e 28. Os textos eliminados da listagem de Frank são os três lais líricos (números 24 *Ai, Dieus*, de Bonifacio Calvo; 29 *Finamens*, de autor anónimo e 30 *Gent me nais*, de autor anónimo). Elimina também, ao igual que Marshall, a "Recepta de xarob" de Cerveri de Girona (nº 27).

Inclui, como Marshall, o *descort* plurilingue de Raimbaut de Vaqueiras *Ara quan vei verdejar*, o poema *Qui la vi en ditz* de Aimeric de Peguilhan, que Marshall considerou como *descort* isostrofico e um texto que apontara anteriormente Billy, o poema *Domna pros e richa* de Albertet de Sisteron mais uma menção de um *descort* de Garin d'Apchier, texto perdido e considerado nas vidas como o mais antigo dos escritos. Em total são trinta os textos que aparecem nas listagens de Canettieri. Parece, não obstante, bastante óbvio que o texto número 30 deve pôr-se em questão já que se trata de um texto perdido de Garin d'Apchier, porque que de inclui-lo haveria que fazer o mesmo com outros autores que se sabe que compuseram descordos³⁵ (Canettieri, pp. 87-88). O número total de poemas analisados por Canettieri é de 29 textos.

Além disso, existem para Canettieri alguns textos de atribuição duvidosa (pp. 72-82). Em resumo, podemos indicar que há quatro descordos que apresentam algum tipo de problemas na atribuição dos manuscritos. Tratam-se de:

1) *Quan vei lo dous temps venir* (205,4b), atribuído a Guiraut de Borneill e G. Augier; 2) *Ses alegratge* (205,5) atribuído a Augier de Sant Donat, G. Mogier, G. de Calanso, Ogiers Nouella, Ogiers, Ougiers, G. Augier de Saint Donat, Peire Ramon de Tolosa e Peire Ramon; 3) *Si-l bella-m tengues per sieu* (132,12), atribuído a Bernat de Vendedorn, Elias Debariols, Arnaut Catalan e Nelias de Bariols; 4) *Per solatz e per deport* (235,2), atribuído a G. de Salanhac, Guilhem Danduzá, G. de Solonhan e Guilhem de Salanhac.

Como conclusão, a investigação de Canettieri muda a atribuição de dois poemas. Dessa maneira, indica que o poema nº 1) *Quan vei lo dous temps venir*,

³⁵ Canettieri dá uma listagem de autores dos quais se afirma que compuseram descordos através de testemunhos indirectos, e entre os que indica Perdigo, Isnart d'Entrevenas, Bertran de Paris en Roerga, Guiraut de Salinhac, Uc de Bacalaria e Garin d'Apchier.

mantém-se como de Guilhém Augier; o poema nº 2) *Ses alegratge* haveria que mudá-lo para a paternidade de Augier de San Donat (37,2a), o poema nº 3) *Si-l bella-m tengues per sieu* haveria que atribui-lo a Arnaut Catalan (27,7) e o poema nº 4) *Per solatz e per deport* mantém-se como de G. de Salignac.

Finalmente, Canettieri aporta um dado que pode ser de interesse para a poesia lírica galego-portuguesa. O estudioso fornece uma listagem dos descordos provençais segundo a data de composição (pp. 108):

Autor	Data
Garin d'Apchier, 30	...1195/1199...
Perdigon, perdido/s	...1195
Anónimo, 6	...1199
G. de Salinhac, 7	...1199...
Raimbaut de Vaqueiras, 1 e 10	... 1205
Albertet 29 e 18 (?)	... 1205 (ou 1221?)
Guilhem Auguier de Beziers, 3 e 12 (?)	1200 ... 1210
Pons de Capdoilh, 4	1190 ... 1221?
Guiraut de Calanso, 9 e 24 (?)	... 1214
Aimeric de Belenoi, 11	ano prec. 1217
Augier de San Donat, 23	1212...1220
Aimeric de Peguilhan, 16	...1218/20 (...1212?)
Peire Raimon, 5	1210 ... 1221(1223 max)
Elias de Barjols, 17	1215-1225
Arnaut Catalan, 13	1220 ... 1222
Elias Cairel, 19	1204...1222/24
Anónimo, 14	1221 ... 1233
Guiraut Riquier, 21	1261
Serveri, 20 (?) e 25	1259-1276

Referências

- Carlos Alvar, "O Genete Alfonsi (18,28). Consideraciones métricas", *Actas IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, vol. II, Lisboa, 1993, pp. 203-208.
- , *La poesía trobadoresca en España y Portugal*, Cupsa Editorial, Madrid, 1977.
- Joseph Anglade, *Las Leys d'Amors, manuscrit de l'Académie des jeux Floraux*, publié par..., Bibliothèque Méridionale, 1er Série, Tome XVIII, Toulouse, Imprimerie et Librairie Édouard Privat, 1919.
- , *Le troubadour Guiraut Riquier. Étude sur la décadence de l'ancienne poésie provençale*, Slatkine Reprints, Genève, 1973, pp. 105.
- Higinio Anglés, *La música de las Cantigas de Santa María del Rey Alfonso el Sabio: facsímil, transcripción y estudio crítico*, 3 tomos, Diputación Provincial, Barcelona, 1943-1964. (Tomo I, 1964; tomo II, 1943; tomo III, 1958).
- , *El còdex musical de las Huelgas*, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, Biblioteca de Catalunya, 1931, 2 vol.
- R. Antonelli, *Repertorio metrico della scuola poetica siciliana*, Palermo, 1964.
- Carl Appel, "Von Descort", *Zeitschrift für romanische Philologie* 11, 1887, pp. 212-230.
- J. B. Avallé-Arce, "Leonoreta / fin roseta", *Homenaje a Pedro Sáinz Rodríguez*, vol II, Madrid, 1986, pp. 75-80
- Richard Baum, "Les troubadours et les lais", *Zeitschrift für romanische Philologie* 85 (1969), 1-44.
- , "Le descort ou l'anti-chanson", *Mélanges de philologie romane dédiées à la mémoire de J. Boutière (1899-1967)*, I, Liège, p. 75-98.
- , "Eine neue Etymologie von frz. lai und apr. lais. Zugleich: Ein Plädoyer für die Zusammenarbeit von Sprach - und Literaturwissenschaft", *Beiträge zum romanischen Mittelalter*, hg. v. K. Baldinger, ZRF, Sonderband zum 100 jährigen Bestehen, pp. 17-78.
- Pierre Bec, *La Lyrique française au moyen-âge (XIIe-XIIIe s.). Contribution à une typologie des genres poétiques médiévaux*, Paris, 1977, 1: Études, 1978, 2: Textes.
- , "Le problème des genres chez les premiers troubadours", *Cahiers de civilisation médiévale*, XXV, 1982, p. 31-47.
- , "Trobadors d'Occitania e d'Espanha du nòrd (Seguit de la tenson bilingüe d'Arnaut Catalan et Alfonso el Sabio", *Oc*, 63 (1984-85), pp. 96-101.
- Vicente Beltrán, "Los trovadores en las cortes de Castilla y León. I. Bonifaci Calvo e Ayraas Moniz d'Asme", *Cultura Neolatina*, XLV, 1986, pp. 45-57.
- , "Los trovadores en las cortes de Castilla y León. II. Alfonso X, Guiraut Riquier y Pero da Ponte", *Romania*, 107, 1986, pp. 486-503.

- , "La leonoreta del Amadía", *I Congreso AHLM*, pp. 187-197.
- , "Tipos y temas trovadorescos. VII. Leonoreta / fin roseta, la corte poética de Alfonso XI y el origen del Amadís" e "Postilla", *Cultura Neolatina*, LI, 1991, pp. 47-64 e 241.
- , "Tipos y temas trovadorescos. IX. L'infant Pere, Cerverí de Girona i Pero Mafaldo", *Studi Mediolatini e Volgari*, XXXIX, 1993, pp. 9.-31.
- , "Tipos y temas trovadorescos. XI. La corte poética de Sancho IV", *Congreso Sancho IV*, pp. 121-140.
- , *A cantiga de amor*, Xerais Universitaria, Serie Historia Crítica da Literatura Medieval, Vigo, 1995.
- , "De zéjeles y dansas: orígenes y formación de la estrofa con vuelta", *Revista de Filología Española*, LXIV, 1984, pp. 239-266.
- Valeria Bertolucci Pizzorusso, "La lirica galego-portoghese all'epoca di Sancho IV di Castiglia", *Congreso Sancho IV*, pp. 24-34.
- , "La supplica di Guiraut Riquier e la riposta di Alfonso X di Castiglia", *Studi mediolatini e volgari*, XIV, 1966, pp. 10-135.
- , "Cantigas de Santa Maria", *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Caminho, Lisboa, 1993, pp. 142-146.
- D. Billy "Le Descort Occitan - réexamen critique du corpus", *Revue des Langues Romanes*, 87 (1983), pp. 1-28.
- , "Lai et Descort: la théorie des genres comme volonté et comme représentation" *Actes du premier Congrès International de l'Association Internationale d'Études Occitanes*, éd. R.T. Ricketts, Westfield College, Londres, 1987, pp. 95-117.
- , "Alfonso X", *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Caminho, Lisboa, 1993, pp. 36-42.
- Jean Boutière et Alexander H. Schutz. *Biographies des troubadours, textes provençaux des XIIIe et XIVe siècles*, 2e éd. refondue avec la collaboration d'Irénée-M. CLuzel. Les Classiques d'Oc, Paris, 1964.
- Ângelo Brea "Os elementos constitutivos dos prantos burlescos galego-portugueses", *Congresso Internacional de Língua, Cultura e Literaturas lusófonas (Homenagem a Ernesto Guerra da Cal)*, *Temas de O Ensino*, nº 27-38, Pontevedra-Braga, 1991-1994, pp. 251-260.
- , "Se eu podesse desamar, de Pero da Ponte: um exemplo de mala cansó na lírica galego-portuguesa?", *O Cantar dos Trovadores*, Xunta de Galicia, 1993, pp. 351-372.
- Mercedes Brea, "Descordo", in: *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Caminho, Lisboa, 1993, pp. 213-214.

-----, "La estrofa V del «descort» plurilingüe de Raimbaut de Vaqueiras, *Homenaje a Álvaro Galmés de Fuentes, II*, Ed. Gredos, Oviedo, pp. 49-64.

-----, "A voltas con Raimbaut de Vaqueiras e as orixes da lírica galego-portuguesa", *Estudios Galegos en Homenaxe ó Profesor Giuseppe Tavani*, Santiago de Compostela, 1994, pp. 41-56.

Cancioneiro da Ajuda, Edição Fac-similada do Códice existente na Biblioteca de Ajuda, Edições Távola Redonda, Lisboa, 1994.

Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti). Cód. 10991, Biblioteca Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1982.

Cancioneiro Português da Biblioteca Vaticana (Cod. 4803), Centro de Estudos Filológicos-Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1973.

Paolo Canettieri e Carlo Pulsoni, "Para un estudio histórico-xeográfico e tipolóxico da imitación métrica na lírica galego-portuguesa. Recuperación de textos trobadorescos e troveirescos", *Anuario de Estudios Literarios Galegos*, 1994, pp. 11-50.

-----, "Contrafacta galego-portoghese", *V Congreso AHLM*, I, pp. 479-497.

-----, Paolo Canettieri, *Descortz es dictatz mot divers. Recherche su un genere lirico romanzo del XIII secolo*, Bagatto Libri, 1995.

-----, "Il «contrafactum» galego-portoghese di un «descort» occitanico", *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Salamanca, 1989, I, Salamanca 1994, pp. 209-217.

Amorim de Carvalho, *Teoria Geral da Versificação: Vol. I. A metrificação e a Rima; Vol. II. As estrofes, os Sistemas estróficos e a História da Versificação*, Lisboa.

Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa, organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Caminho, Lisboa, 1993.

Dorothy Clotelle Clarke, "Versification in Alfonso el Sabio's Cantigas", *Hispanic Review* (Philadelphia) 23, 1955, núm. 2 (Abril 1955), pp. 83-98.

M. A. Pinto Correia, *O essencial sobre Carolina Michaëlis de Vasconcellos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

D'Heur, Jean Marie: "Des Descorts Occitans et des Descordos Galiciens-Portugais", *Zeitschrift für romanische Philologie*, 84, 1968, pp. 323-339.

-----, "Sur la tradition manuscrite des chansonniers galiciens-portugais. Contribution à la *Bibliographie Général* et au *Corpus des troubadours*", *Arquivos do Centro Cultural Português*, VIII, 1974, pp. 3-43.

-----, *Recherches internes sur la lyrique amoureuse des troubadours galiciens-portugais (XIIe-XIVe siècles)*. Contribution à l'étude du *Corpus des troubadours*, Liège, 1975.

-----, *Troubadours d'Oc et troubadours Galiciens-Portugais. Recherches sur quelques échanges dans la littérature de l'Europe au moyen âge*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1973.

-----, "L'Art de Trouver du Chansonnier Colocci-Brancuti", *Arquivos do Centro Cultural Português*, VIII, 1974, pp. 347 e ss.

Francisco Fernández Campo, "Martin Moxa", *DLMGP*, pp. 438-440.

-----, "Breves suxestións sobre o descort plurilingüe de R. de Vaqueiras (estrofa V, vv. 33-36)", *Estudios Galegos en Homenaxe ó Profesor Giuseppe Tavani*, Santiago de Compostela, 1994, pp. 57-64.

Anna Ferrari, "Formazione e struttura del Canzoniere Portoghese della Biblioteca Nazionale di Lisbona (Cod. 10991: Colocci-Brancuti)", *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIV, 1979, pp. 27-142.

M. P. Ferreira, "Lai"; "Cantigas de Santa Maria. Música", *Dicionário da Literatura medieval Galega e Portuguesa*, pp. 374-379.

István Frank, *Répertoire métrique de la poésie lyrique des Troubadours*, Paris, Bibliothèque de l'école des hautes études, 1957, 2. vol.

-----, "Les troubadours et le Portugal", *Mélanges d'études portugaises offerts à M. Georges le Gentil*, Lisboa, 1949, pp. 199-266.

X. R. Freixeiro Mato, "O galego na Idade Media: sete séculos de normalidade", *Lingua Galega: Normalidade e Conflito*, Sotelo Blanco, 1997.

José García Oro, *La nobleza gallega en la Baja Edad Media. Las casas nobles y sus relaciones estamentales*, Bibliófilos Gallegos, Santiago de Compostela, 1981.

Albert Gier, "Alphonse le Savant, poète lyrique et mécène des troubadours", *Court and Poet: Third Congress of the International Curtly Literature Society*, Liverpool, 1981, pp. 155-165.

Elsa Gonçalves, "La tavola colociana 'Autori Portoghesi'", *Arquivos do Centro Cultural Português*, X, 1976, pp. 387-406.

-----, "Johan Servando", *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, pp. 357.

G. Gonfroy "Les genres occitans et les traités de poétique: de la classification médiévale à la typologie moderne", *Actes du XVIIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, éd. D. Kremer, Univ de Trier (Trèves), 1986, 7 vols., vol VI, pp. 121-135.

E. Li Gotti, *Jofre de Foixà, Vers e regles de trobar*, Testi e manuali, Módena 1952 e Marshall, The razos, pp. 55-91.

Gérard Gourian, "Os meum replebo increpationibus (Job, XXIII, 4). Comment parler à Dieu sans prier, ou la contestation contre Dieu dans les lyriques occitane et galaïco-portugaise", *O Cantar dos Trobadores*, pp. 77-98.

E. Hoepffner, "La biographie de Perdigon", *Romania*, LIII, 1927, pp. 343-364.

M.L. Indini, "Roi Fernandiz, clérigo de Santiago", *DLMGP*, pp. 582-583.

Alfred Jeanroy, Louis Brandin et Pierre Aubry, *Lais et descorts français du XIIIe siècle*. Texte et musique, Slatkine Reprints, Genève, 1975.

-----, *La Poésie Lyrique des Troubadours. Tome I, Histoire externe. Diffusion a l'étranger. Liste des troubadours classés par régions. Notices Bio-bibliographiques; Tome II. Histoire interne. Les genres: leur évolution et leurs plus notables représentants*. Slatkine Reprints, Genève, 1973.

Aurora Juárez Blanquer, *Cancioneiro de Pero da Ponte*, Ediciones TAT, Granada, 1988.

-----, "Nuevos puntos de vista entre la polémica de Alfonso X y Pero da Ponte", *Collectanea Juárez Blanquer*, pp. 237-253.

-----, "Afinidad entre la lírica de Alfonso X y Pero da Ponte", *collectanea Juárez Blanquer*, pp. 255-263.

Köhler, Erich, "Deliberations on a Theory of the Genre of the Old Provençal Descort", in: Rimanelli, Giose et Kenneth J. Atchity, eds. *Italian Literature: Roots and Branches. Essays in Honor Thomas Goddard Bergin* (New Haven et Londres 1976), pp. 1-13.

La lengua y la literatura en tiempos de Alfonso X. Actas del Congreso Internacional. Murcia, 5-10 de marzo de 1984, Edición de Fernando Carmona y J. Flores, Murcia, 1985.

H.R. Lang, "The Descort in old spanish and portuguese Poetry", in: *Beiträge zur romanischen Philologie, Festgabe für Gustav Gröber*, Halle, 1899, pp. 484-506.

-----, "Old Portuguese Songs", in *Bausteine zur romanischen Philologie; Festgabe für Adolfo Mussafia zum 15. February 1905* (Halle: Max Niemeyer, 1905), pp. 27-45.

Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, *As cantigas de escarnio*, Xerais Universitaria, Serie Historia Crítica da Literatura Medieval, Vigo, 1995.

Las Cançons dels Trobadors, melodias publicadas per Ismael Fernández de la Cuesta, Tèxtes establits per Robert Lafont, amb una revirada alemanda, anglesa, castelhana e francesa, Institut d'Estudis Occitans, Tolosa, 1979, Opera Omnia, Colleccion Dirigida per Rodrigo de Zayas.

Manuel Rodrigues Lapa, *Cantigas d'escarnho e maldizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, edição crítica pelo prof., Galaxia, Vigo, 1970, 2ª ed., revista e acrescentada.

-----, *Lições de Literatura Portuguesa. Época medieval*, Coimbra Editora, Coimbra, 1981, 10ª ed.

-----, *Miscelânea de Língua e Literatura Portuguesa Medieval*, Coimbra Editora, Coimbra, 1982.

- , "O trovador D. Lopo Lias. Introdução ao estudo do seu cancioneiro", *Miscelânea*, pp. 263-272.
- E. López Aydillo, "Los cancioneros gallego-portugueses como fuentes históricas", *Revue Hispanique*, 57, 1923, pp. 319-619.
- Pilar Lorenzo Gradín, "Don Afonso López de Bayão y la épica francesa", *XIX CILFR*, pp. 707-716.
- , "Afonso Lopez de Baian", *DMLGP*, pp. 17-19.
- H.H. Lucas, "Pons de Capduoil and Azalais de Mercuor: a study of the planh", *Nottingham Medieval Studies*, II, 1958, pp. 119-131.
- Maillard, Jean, *Evolution et esthétique du lai lyrique des origines à la fin du XIVe siècle*" (440 MAI-1).
- , "Descort, que me veux-tu...", *Cahiers de Civilisation Médiévale*, 35 (1982), pp. 219-223.
- , "Problèmes musicaux et littéraires du descort", *Mélanges de linguistique et littérature dédiés à la mémoire d'István Frank*, Université de la Sarre, 1957, 388-409.
- , J. Maillard, "Coblas dezacordablas et poésie d'oïl", *Mélanges Boutière* (cf. Baum 1971), p. 361-375.
- Maria do Amparo Tavares Maleval, "Do cancioneiro de Martin Moxa", *Vozes*, pp. 11-64.
- J.H. Marshall, *The razos de trobar of Raimon Vidal and associated texts*, Oxford University Press, London, 1972.
- , *The Donatz Proensals of Uc Faïdit*, Oxford University Press, London, 1969.
- , "The descort of Albertet and its Old French imitations", *ZRF* 95, pp. 290-306.
- , "The Isostrophic Descort in the Poetry of the Troubadours", *Romance Philologie* XXV, 1991, p. 130-157.
- Mattoso, José (1982), *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa, Guimarães e C.^a Editores.
- , (1981), *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Editorial Estampa.
- , (1985), *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- R. Menéndez Pidal, *Poesía juglaresca*, Madrid, 1957.
- , *Poesía juglaresca y orígenes de las literatura románicas. Problemas de historia literaria y cultural*, 6^a ed., 1957.
- P. Meyer, Ed. da "Doctrine de compondre dictats", *Romania*, VI, 1877, pp. 553-556 e Marshall, *The razos*, pp. 95-98.

Ulrik Mölk et Friedrich Wolfzettel, *Répertoire métrique de la poésie lyrique française des origines à 1350*, Munich.

G. Moignet, *La Chanson de Roland, texte établi d'après le manuscrit d'Oxford*, Paris, Bordas, 1969.

Enrico Molteni, *Il canzoniere portoghese Colocci-Brancuti, pubblicato nella parti che completano il codice vaticano 4803*, Max Niemeyer Editore, Halle a.S., 1880.

Ernesto Monaci, *Il canzoniere portoghese della Biblioteca Vaticana*, Max Niemeyer Editore, Halle a. S., 1875.

José-Martinho Montero Santalha, *Repertório Métrico das Cantigas de Santa Maria*.

Camilo Nogueira "Sobre as orixes da cuestión nacional galega: a división da Gallaecia e a creación do Estado Portuguêz", *A Trabe de Ouro*, intitulados, nº 25 e 26, pp. 11-25 e 59-79.

António Resende de Oliveira, *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Edições Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1994.

P. Palumbo, *Berenguer de Noya, Mirall de trobar*, col. Testi, Palermo, 1955.

Juan Paredes Núñez, "Las cantigas profanas de Alfonso X el Sabio (Temática y clasificación)", *Congreso Alfonso X*, pp. 449-466.

Mario Peláez, *Vita e poesie di Bonifazio Calvo, trovatore genovese*, Torino, 1897.

Pellegrini, Silvio, *Il Canzoniere di D. Lopo Liáns*, Napoli 1969, Da "Annali - Sezione Romanza" dell'Istituto Orientale di Napoli XI, 2.

-----, "Pero da Ponte e il provenzalismo di Alfonso X", *Annali dell'Istituto Universitario Orientale*, III, 1961, pp. 127-137.

-----, "Arnaut (Catalan?) e Alfonso X di Castiglia", *Varietà*, pp. 185-193.

Xosé Ramón Pena, *Literatura Galega Medieval I. A história. II. Antoloxía de textos comentados (lírica e prosa)*, Sotelo Blanco, Santiago de Compostela, 1990, 2ª ed. revisada e posta ao día.

Pillet, Alfred et Henry Carstens. *Bibliographie der Troubadours*. Schriften der Königsberger 9gelehrten Gesellschaft, Sonderreihe, 3, Halle, 1933. (réimpr. 1968).

Ricardo Polín, *A poesía lírica galego-castelá (1350-1450)*, Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións, Santiago de Compostela, 1994.

E. Realí, "«Leonoreta /fin roseta» nel problema dell'Amadís de Gaula", *Annali dell'Istituto Universitario Orientale*, VII, (1965), pp. 237-254.

J. Rubió, "Del manuscrit 129 de Ripoll del segle XIV", *Revista de bibliografia catalana*, VIII, 1905, pp. 258-378.

A. Ruffinato, *Terramagnino da Pisa, Doctrina d'acort*, Officina Romanica, Roma, 1968, e Marshall, The razos, pp. 27-53.

C. Segre, *La Chanson de Roland, edizione critica a cura di...*, Milão-Nápoles, Riccardo Ricciardi, 1971.

José António Souto Cabo, "Achegas documentais sobre Nun'Eanes Cerzeo, trovador galego da primeira metade do século XIII", *Romanica Vulgaria*, Quaderni 13-14, Studi Provenzali e galeghi 89/94, pp. 147-176.

H. Spanke, "Sequenz und Lai", *Studi medievali*, 1938, 11, pp. 12-68.

-----, «Die Metrik der Cantigas», em Higinio Anglés, *La música de las Cantigas de Santa María del Rey Alfonso el Sabio: facsímil, transcripción y estudio crítico*, 3 tomos, Diputación Provincial, Barcelona, 1943-1964. (Tomo I, 1964; tomo II, 1943; tomo III, 1958); em tomo 3, primeira parte, 1958, cap. 5, pp. 198-238.

Giuseppe Tavani, *Repertorio Metrico della lirica galego-portoghese*, Edizioni dell'Ateneo, Roma, 1967.

-----, *A poesia lírica galego-portuguesa*, Galaxia, Vigo, 1991, 3^a ed.

-----, "Sul discordo plurilingue di Raimbaut di Vaqueiras", *Mittelalterstudien Erich Köhler zum Gebenken*, Heidelberg, 1984, pp. 277-87.

-----, "Per il testo del discordo plurilingue di Raimbaut di Vaqueiras", *Romanica Vulgaria Quaderni*, 8/9, 1984-85, pp. 117-47.

-----, "Accordi e disaccordi sul discordo plurilingue di Raimbaut de Vaqueiras", *Romanica Vulgaria Quaderni*, 10/11, 1986-87; pp. 5-44.

-----, "El gallec de Raimbaut de Vaqueiras", *Cuadernos de Filología Románica*, I, Barcelona, 1989, pp. 11-24.

-----, "Nun'Eanes Cerzeo"; "Lopo Liáns", *DLMGP*, pp. 477-478.

Vandrey, P.L. "How different is Alfonso's Canticle 421", in: *Journal of Hispanic Philology* 1 (1977-78), pp. 147-149.

C. Michaëlis de Vasconcellos, "Geschidte der portugiesischen Literatur", in: G. Gröber, *Grundriss der romanischen Philologie*, II, 2, 1897, 129-382. (Sobre o discordo pp. 193).

-----, *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e commentada por..., Halle a.S., Max Niemeyer, 1904, (Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1990, reimpressão, 2 vols.

-----, "O lais galego-português 'Leonoreta, fin roseta!' e as origens do adjectivo 'fin'", *Dispersos originais portugueses*, Ed. Ocidente, Lisboa, 1969, 2 vols.

Wolf, Ferdinand, *Über die Lais, Sequenzen und Leiche*, Heidelberg, 1841.

Woodbridge Jr., Benjamin, M: "An Analytical Bibliography of the Writings of Henry Roseman Lang", *Romance Philology* 35, 1981, pp. 1-13.

ÂNGELO BREA

Ângelo Brea (Santiago de Compostela, 1968) realizou estudos de Filologia Hispânica na Universidade de Santiago de Compostela e de Filologia Galego-Portuguesa na Universidade da Corunha. Foi bolseiro do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, realizando em Lisboa o Curso Superior de Estudos Portugueses. Completou os estudos de doutoramento sobre “Teoria da Literatura e Literatura Comparada” na Universidade de Santiago, apresentando a memória de licenciatura sobre os descordos galego-portugueses e a sua comparação com os descordos provençais e franceses. Professor titular de Língua e Literatura Galega no ensino secundário, foi secretário das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal e foi coordenador de vários congressos internacionais sobre literaturas lusófonas e sobre a língua portuguesa no mundo. Atualmente é membro da Academia Galega da Língua Portuguesa.

Como poeta, é autor do Livro do Caminho (1989) e está presente nas antologias *Mátria da Palavra* e *Antologia da Poesia Lusófona*. Publicou em 1995 o livro *O país do nevoeiros* (Ed. Espiral Maior) e posteriormente *Tempo de Eclipses* (Improset, 2019). É autor da edição portuguesa de *Cantares Galegos*, de Rosalia de Castro e de *Queixumes dos Pinhos*, de Eduardo Pondal. Em 1995 participou como coautor na obra teatral *Eva Perón*, que foi prémio Compostela de Teatro.

A sua obra em prosa começou com a publicação dos contos “Eu levei a cruz da Santa Companhia” (revista *Nós*, nº 41-) e “Uma história de bruxas” (revista *Nós*, nº 51-58). Em 2014 apareceu o livro de relatos *Lembranças da Terra* e outras histórias de um futuro possível (Através Editora), que inclui 16 relatos de ficção científica, Um desses contos “As grandes vantagens da neolíngua”, inspirou a antologia *A voz dos mundos. Contos de Ficção Científica* (Ed. Mondrongo, Ilhéus-Bahia (Brasil) e Através Editora, Santiago de Compostela (Galiza)) com autores galegos, portugueses e brasileiros. Em 2022 publicou *Nos vales do Máiner* e outros relatos, 17 relatos de Ficção Científica, mas não só.

Instituição

Obituários



In memoriam
de Higinio Martins Esteves
académico da AGLP

Com profundo pesar a Academia Galega da Língua Portuguesa tem de registar o falecimento do académico e professor Higinio Martins Esteves, o dia 20 de junho de 2021, em Buenos Aires, República Argentina, onde tinha a sua morada, por complicações derivadas da COVID. O presidente e toda a comunidade académica transmite à família e seres queridos as suas profundas condolências.

Nasceu em Buenos Aires de pais galegos. Viveu oito meses na Galiza do ano 1947.

Como advogado, Higinio Martins foi assessor do *Banco Español del Río de la Plata* e secretário do diretório. Como professor em Letras (Filologia), foi titular das cátedras de História da Língua Castelhana, de Introdução à Linguística e de Filologia Românica, na Universidad del Salvador.

Desde 1977 lecionava português da Galiza em instituições galegas de Buenos Aires, e estudos célticos desde 1994 no Instituto Argentino de Cultura Galega. Ditou, entre outros, cursos sobre *Religião e Mitologia Célticas (convertido em livro)*, *Proto-história da Galiza*, *Legado Céltico na Cultura Ocidental*, *Língua Céltica Antiga Comum e História dos Povos Célticos*.

O seu legado, insubstituível, abrange um amplo conjunto de publicações e artigos, a organização de diversos eventos académicos, a promoção da cultura na sua mais ampla extensão, e o fruto de décadas de ensino de transmissão da língua e cultura galegas a várias gerações de estudantes que, hoje, lamentam a sua perda.

O professor Higinio Martins concorreu aos três primeiros *Congressos Internacionais da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, organizados pela AGAL, em 1984, 1987 e 1990, e enviou contributo ao do ano 1993. Organizou dous *Simpósios Internacionais da Língua Galego-Portuguesa*, no Centro Galego de Buenos Aires, em 1983 e 1985. Participou nas *Jornadas sobre Línguas Célticas*, em Buenos Aires, no ano 2002.

Tem publicado os seguintes livros: *Cantares Galegos de Rosalia* (1986), edição reintegrada e anotada, ed. Caixa Ourense, posterior edição na Coleção Clássicos da Galiza, Volume 1, Sant Cugat del Vallès, AGLP, Edições da Galiza, 2009; *Quadros de Gramática Galega* (1992.1995), Buenos Aires, Amigos do Idioma Galego, Buenos Aires, 1992 e 1995); *Conjuuro da Queimada* (2008), Buenos Aires, Andrómeda; *As Tribos Calaicas, Proto-história da Galiza à luz dos dados linguísticos* (2008), Sant Cugat del Vallès, Edições da Galiza. *Ensaio de Gramática do Céltico Antigo Comum*, Sant Cugat del Vallès, Edições da Galiza.

É autor de artigos e estudos, como «Dos três Lúgoves Arquienos ou do que duas inscrições latinas nos ensinam sobre o passado da Galiza» (1978), *Grial* (Vigo) núm. 59, Vigo; em *Agália* (Ourense) núm. 31, 1992; «Luz léxica na história da cultura galega», em parte nas atas do *I Congresso da AGAL*, 1984; «Novas olhadas no léxico galego», em parte nas atas do *II Congresso da AGAL*, 1987; «Mais vozes a resgate da memória», parcialmente nas atas do *III Congresso da AGAL*, 1990; «Cancioneirinho Céltico, antologia bilingue de antiga poesia céltica», *Agália* (1990), núm. 24; «Blanco-Amor professor de galego e outros labores seus em Buenos Aires», *Agália* (1993), no 33; «Ainda mais vozes a resgate da memória», parcialmente nas atas do *IV Congresso da AGAL*, 1993; «O Mistério de Santiago», revista *Galicia*, do Centro Galego de Bs. Aires, 1997; *Boletim Adigal* n.º 7, 1998. Publica, desde 1999, em *Sítio al Margen* (www.almargen.com.ar) e em *Adigal* (www.adigal.org.ar). Também publicou ensaios no Boletim da AGLP. Na página web, uma "Brevíssima história dos géneros" e "Prótese romance de E ante S + consoante e o que daí se puder inferir no céltico" (2020).

Com a chancela da AGLP publicou também *Etimologias obscuras ou escasas*, volume II dos Anexos do Boletim da AGLP (2015).

Interessante a entrevista realizada pela associação *Desperta do Teu Sono* em Fevereiro de 2016, dirigida por José Manuel Barbosa. Online:

<http://despertadoteusono.blogspot.com/2016/02/entrevista-ao-professor-higinio-martins.html>

Pranto por Higinio Martins

*Nox erat et caelo fulgebat luna sereno
Inter minora sidera*

(Horácio, Epodos, XV, 12)

Era de noite e a Lua no céu sereno brilhava,
Belas estrelas azuis cintilavam no escuro.
Quando as nuvens passavam perante a esfera de nácar
O firmamento ficava em silêncio e em calma.
Foi nessa noite que unia a um tempo mistério e magia
Que recebi a notícia da morte de Higinio.
Nesse momento a Lua mudou o seu claro semblante
Para tingir-se de luto, de dor e de frio.
A natureza ficou em silêncio, como sem forças,
Como a sentir um abalo no ar e na terra.
Este vírus maldito chegou ao Rio da Prata
Para assestar no teu corpo a mortal cutilada.
Morre contigo a alegria e a paz, a bondade e o esforço,
Vai-se contigo a Galiza que todos amamos.
Esta noite terás um assento na Barca das Almas
E cruzarás por um mar tenebroso e sombrio.
Já de manhã verás no horizonte a Ilha dos Vivos
E entre a bruma um vislumbre de extensas florestas.
Essa terra encantada possui fabulosa beleza,
Não se compara com nada que tenha existido.
Nunca faltam as flores nos campos cobertos de relva,
São numerosas as fontes, os rios e os lagos.
A primavera contínua alegre as suaves colinas,
Praias de areia dourada perfilam as costas.
Mel silvestre escorre das árvores sempre viçosas,
Todos os ramos repletos de fruta madura.

A pandemia não tem nenhum poder nesse mundo
Não sofrerás nem temor nem doença nenhuma.
Ao alcançares a costa, no cais esplêndido e belo,
Deixa que os olhos se empapem de cada detalhe.
Tudo está rodeado por templos de mármore branco,
Que sobressaem do próprio perfil da cidade.
Altas colunas sustêm os palácios e os templos,
Com capitéis decorados, etéreos e raros.
Olha os fustes esbeltos, de tão esmerado trabalho,
E as filigranas que adornam as portas de bronze.
Há no centro da praça uma fonte magnífica e clara
Que representa a imagem de um deus sobre um carro.
Quatro hipocampos possantes cavalgam as ondas marinhas,
A eles o filho de Lir com firmeza sujeita.
Lava os teus pés nas frias águas que manam dos canos
E o cansaço e a dor fugirão do teu corpo.
Um menestrel da casa do rei será o teu guia
Pela cidade e o reino dos filhos de Dana.
Essa noite a filha de Dagda, a doce Brigântia,
Como heraldo dos deuses, dar-te-á a bem-vinda.
Fand, senhora de Emáin, e o fiel Mananánn, seu esposo,
Sob as macieiras em flor, sentar-se-ão ao teu lado.
Na tua cabeça porão a coroa de rosas silvestres
E no pescoço um torque de ouro maciço.
Nesse exato momento dará início o banquete
Sob os faróis coloridos que brilham nos ramos.
Uma música alada acompanha as suaves conversas,
Ouvem-se as harpas vibrantes e, ao longe, uma gaita.
Para ti uma vida melhor e sem mágoa começa,
Tudo terá desde agora um profundo sentido.
Lá poderás descansar das fadigas do mundo,
Vive feliz, com paixão, sem angústia e sem ira.



In memoriam
de José Paz Rodrigues
académico da AGLP

É com grande pesar que comunicamos o falecimento 23 de abril de 2021 do nosso companheiro JOSÉ PAZ, membro da AGLP. Enviamos um abraço sentido à sua família e amizades.

José Paz Rodrigues, Professor de EGB (em excedência desde 1971), Licenciado em Pedagogia e Graduado pela Universidade Complutense de Madrid (1966-1971) com a Tese de Licenciatura sobre A Bemposta de Ourense (1973). Conseguiu o Doutoramento na UNED com a Tese Tagore, pioneiro da nova educação.

Entre outras, realizou as seguintes atividades profissionais: professor na Faculdade de Educação de Ourense (Universidade de Vigo); professor-Tutor de Pedagogia e Didática no Centro Associado da UNED de Ponte Vedra desde o curso 1973-74 até à atualidade; Subdiretor da Escola Normal de Ourense do ano académico de 1987-88 ao de 1989-90 e Diretor nos últimos três meses do curso 1989-90.

Levou adiante atividades educativas e de renovação pedagógica: presidente da Federação Galega de MRPs (Movimentos de Renovação Pedagógica) e do MRP “ASPGP” (Associação Sócio-Pedagógica Galaico-Portuguesa) até hoje; membro da Comissão organizadora do I Congresso Estatal de MRPs (Barcelona, dezembro de 1983); membro da Comissão redatora do Plano Galego de Formação continuada do professorado (1990); presidente da comissão organizadora da Escola Internacional de Verão Jornadas do Ensino de Galiza e Portugal, iniciadas em 1976 até hoje; presidente da Comissão Organizadora das Escolas de Verão na Crunha, Ferrol (desde 1994), Tui-Comarca do Baixo-

Minho, Verim-Comarca de Monterrei, Monforte, Corcubião, Lalim, Vimianço; das Jornadas Sócio-Educativas de Valdeorras, Riba d'Avia, Celanova, Ponte Vedra; organizador de Ciclos de cinema psico-pedagógico, cinema educativo-didático, educativo sobre a paz, educativo sobre as áreas transversais do ensino, educativo sobre os direitos humanos, educativo-ecológico, educativo sobre a mulher, educativo-social, direito e cinema, literatura e cinema. Organizador de várias edições da Mostra de Recursos Didáticos Alternativos, da Mostra do Livro Português na Galiza, de Encontros de Jogos Populares Galaico-Portugueses; diretor para Galiza de O Ensino; membro do Conselho redatorial das revistas lusófonas Nós e Cadernos do Povo. No presente pertencia ao conselho redatorial da revista Agália.

Para além, foi Decano do Colégio Provincial de Doutores e Licenciados de Ourense (1980-1985); diretivo do Cine Clube “Padre Feijóo” de Ourense (197-1995); e vogal da Federação Galega de Cine Clubes.

Tem publicado: A festa dos maios na escola (1991), Ourense, ASPGP. Artigos sobre temas educativos e sobre Tagore, nas revistas O Ensino, Nós, Cadernos do Povo, Vida Escolar, Comunidad Educativa, Padres y Maestros, BILE, Agália, Temas de O ensino, The Visva Bharati Quarterly, Jignasa (em bengali), ... Artigos sobre tema cultural, nomeadamente sobre a Índia, no Portal Galego da Língua, A Nosa Terra, La Región, El Correo Gallego, A Peneira, Semanário Minho, Faro de Vigo, Teima, Tempos Novos, Bisbarra, Ourense,... Unidades didáticas sobre Os magustos, Os Direitos Humanos, A Paz, O Entroido, As árvores, Os Maios, A Mulher, O Meio ambiente; Rodrigues Lapa, Celso Emílio Ferreiro, Carvalho Calero, São Bernardo e o Cister em Ourense, em condição de coordenador do Seminário Permanente de Desenho Curricular dos MRPs ASPGP e APJEGP.

No passamento do companheiro e amigo José Paz Rodrigues

Que difícil é falar das pessoas que sentimos por muito tempo tão próximas. De Pepe Paz fica-nos pegado como lapa o seu sorriso luminoso e a sua inocência. Sim ele era num oitenta por cento inocência, num dez por cento malandrice pícara, e noutro dez por cento ingenuidade. Como exemplo de malandrice pícara pois o facto de sempre tirar-se alguns anos ao dizer a idade. Essa sua ingenuidade não lhe impedia conhecer muitíssima gente e saber de todos alguma história.

José Paz viu a luz em 1948, um 12 de abril na Corna, uma aldeia da comarca do Carvalhinho, muito perto de Dozom, a mãe fazia a limpeza da escola e ele veio ao mundo estando ela lá, e lá teve o seu derradeiro descanso. Para ele nascer e estar na escola foi algo que aconteceu praticamente ao mesmo tempo, pois nasceu na escola da Corna.

Adorava a profissão de mestre, adorava as escolas e adorava os alunos, podia estar incansável rodeado de crianças por horas sem fim, nesse meio estava como o peixe na água. E claro, fixo-se mestre.

Na década de 90 do século passado montou uma Ludoteca, bem reintegrante e normalizada, num local amplo, que era um porão, mas que ficava alto e luminoso sobre o Barbanha. Estava segundo se passar a ponte sobre no rio Barbanha que leva para o bairro do Couto, era no primeiro prédio a direita. Lá ele passava horas a fio do seu tempo livre rodeado de crianças. Num momento dado a propriedade pareceu-lhe ser aquilo um negócio da China e pediu-lhe um grande acréscimo de renda. Teve que fechar, com muita tristeza, e o local nunca mais ninguém se interessou por ele.

Desde 1971, dá o salto a que era na altura Escola Normal de Ourense, o centro de formação dos futuros mestres, e quando a sua aposentação, era professor de didática na já Faculdade de Educação da Universidade de Vigo.

Da sua etapa de mestre, tirou dos companheiros, bons amigos para toda a vida, e por cima de posicionamentos e visões do mundo, a fidelidade com os amigos em Pepe Paz permanecia. Teve vários anos de companheiro de escola a José Luís Baltar, o que andando o tempo se havia de converter em cacique ourensano de velha escola., e a sua amizade permaneceu inquebrável.... Isso era o comum para todos os que tivemos a sorte de tê-lo como amigo.

Desde muito novo, uma das suas preocupações, amores e anseios, foi a Galiza, a sua pátria, a que se juntou uma paixão que o recozia, os livros. Era leitor incansável e procurador de livros em qualquer canto do mundo. Para todos os seus amigos ele tinha fama de austero, mas quando o assunto eram livros, desaparecia qualquer prevenção. A sua biblioteca ou bibliotecas ultrapassaram mais de 30.000 volumes, ele dizia 36.000, repartidos em vários locais, a mais grande está nas Galerias Roma em Ourense, mas também na casa da aldeia e noutros locais. Nos livros havia vários campos de interesse, por um lado os que tinham, a ver com a Galiza e a sua cultura no sentido mais extenso do tema, tinha todo do reintegracionismo. Por outro os do mundo da didática e o ensino. Estavam também os ligados a sua paixão polo cinema, por isso esteve sempre ligado ao Cine Clube Padre Feijóo de Ourense e a muitos outros cineclubes e federações de cineclubes.

E uma última e profunda paixão que era o grande poeta da Bengala, Rabindranath Tagore, de Bangla, como dizia ele que chegou a dominar a língua bengali. Tagore foi objeto do seu demorado estudo, tema da sua tese de doutoramento, estava trabalhando neste momento num livro sobre Tagore e a Lusofonia.

O que sentia por Tagore, essa paixão tagoriana dele, levava-o neste século XXI a ir a universidade fundada por Tagore de Santiniketan, e que descobrira a Índia, toda uma nova paixão, para ele. Começou por ir uns meses a universidade e acabou por passar até oito meses ao ano trabalhando na Índia, trabalhando na universidade, trabalhando com crianças, criando um clube nacionalista galego em Santiniketan...e convidando a amigos e amigas a irem até lá para descobrirem a Índia e a semente frutificada do espírito de Tagore. Uma das suas grandes preocupações era de qual ia ser o futuro do seu património bibliográfico, em janeiro realizou um convénio com a Deputação de Ourense, para que esta instituição coloque a disposição do público as suas bibliotecas.

Nos anos 70 do século passado, ele é das primeiras pessoas em enveredar, que o futuro da nossa língua nacional, tem que se enxergar com o português, o galego com sucesso. Galiza, dizia ele, é uma grande Olivença. Entre os seus amigos estavam Issac Alonso Estraviz, Antonio Gil Hernández, José Luís Fontenla, Adela Figueroa Panisse etc, curiosamente nenhum deles discípulo de Carvalho Calero.

Cedo adere as *Irmandades da Fala da Galiza e Portugal*, a primeira entidade reintegracionista que houve na Galiza, afirmando-se como tal. Ele e outros apostam pelo BNPG, e logo BNG, pois politicamente achavam que era a única força com um forte substrato e que não se abaxaria ante os dominadores, nem aceitaria a dominação subliminal do castelhano, a começar pola ortografia do castelhano para a nossa língua, frente à nossa histórica, pois a dependência do castelhano converte-o na norma de correção da nossa língua.

Quando dous anos depois nasceu a AGAL no 1981, ele lá está.

Nas primeiras eleições municipais em muitas localidades nas que agiam reintegracionistas no BNG, como em Ponte Vedra, Vigo e outros lugares, realizou-se propaganda pública na norma que gastavam as Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, ele comentava: Paco Rodrigues e Pilar Garcia Negro, vultos ideológicos do Bloco são reintegracionistas.

José Luís Fontenla logo amostrava com estatísticas bem elaboradas, que a propaganda reintegracionista não produzira nenhuma desviação padrão no voto ao Bloco, com respeito a outros lugares onde a propaganda, fora em temas de escrita bem pacata, ou incluso a leitura era outra, quanto mais pacata menos incidência. Lembro duma assembleia em Compostela onde Fontenla acabou se ganhando o auditório todo.

José Paz era desde o começo membro da ASPG (Asociación Socio-Pedagóxica Galega). Em 1980 a associação põe em marcha a revista *O Ensino* destinada ao mundo do ensino e ao mundo dos professores e do sindicato UTEG (Uniom de Traballadores do Ensino da Galiza). O número zero aparece em 1980. A revista era quadrimestral.

O debate sobre o modelo de língua, era bem intenso, acabavam de sair a luz as normas da Comissão estabelecida pola Junta pre-autonómica da Galiza (BOG num. 6 Maio de 1980), que presidiu o Prof. Carvalho Calero. O ILG e o governo do estado queriam fazer delas águas de bacalhau. A língua nacional da Galiza, após séculos de exclusão ia entrar no ensino.

A revista *O Ensino*, os seus primeiros números são um tesouro dos primórdios do reintegracionismo. A partir do número 4 de 1982, a revista é claramente reintegracionista, e percebe-se que só esse é o futuro de sucesso para a língua. Isso fora o resultado de um grande debate interno, claramente ganhado no

seio da associação, em realidade os contrários ao reintegracionismo acabavam usando o simples argumento de que somos galegos e não portugueses.

A UPG/BNG decide dar um golpe na ASPG. Realiza-se uma assembleia na que aparece um monte de gente trazido a rebato, que logo nunca mais voltará a aparecer. A assembleia toma caracteres incríveis, tira-se qualquer competência aos reintegracionistas, elege-se uma direção ad hoc, lá se berra, já esta bem, somos galegos e não portugueses, não percebendo que ao berrarem isso, estão dizendo, somos espanhóis e não portugueses.

José Paz o grande inocente ficou profundamente abalado, aquela atuação que vinha de viver parecia-lhe incrível, não entendia como se chegara a aquilo, com gentes que diziam para ele uma cousa e agiam no senso contrário.

A ASPG passou a ser controlada pela UPG cento por cento, e *O Ensino* revista da ASPG, desapareceu por anos, até os anos 90 e com frequência interrupta, nem nada se realizou fora das jornadas do ensino, nas férias de verão. Para olharmos onde se acha a linha ganhadora da assembleia é muito boa a entrevista que a atual porta-voz do Bloco deu ao Portal galego da Língua há uns dias.

<https://pgl.gal/ana-ponton-o-planeamento-linguistico-do-governo-de-feijoo-foi-regressivo/>

Falando há uns anos com o responsável da ASPG, e de como estanharam todo um processo alegre e combativo pola língua e polo ensino de qualidade que se estava vivendo, Ele disse-me: *Não esqueças Alexandre que a ASPG fomos quem negociou o acordo ortográfico, por iniciativa nossa com as gentes do ILG/RAG, e isso foi grande passo avante para o país.* Respondi: *Foi a vossa rendição a eles, a negociação para aceitar a rendição, e mais quando havia bem tempo, se é que alguma vez se cumpriu, que a prática das normas de mínimos da ASPG (que era já uma redução do acordo consensuado da Junta Pre-autonómica), salvo pequenos detalhes e não muito conflituos, se cumpria.*

Os reintegrantes ao dia seguinte já estavam agindo, constituíram uma nova associação a ASPGP (Associação Socio-Pedagógica da Galiza e Portugal). A revista *O Ensino* continuou publicando-se, e aí temos a homens como José Paz, achegando recursos e fazendo de angariador, para que a cousa fosse avante.

Publicou-se *O Ensino* até o número 28, publicou-se mais uma nova revista de ensino *Temas de Ensino*, (38 números). Publicaram-se também brochuras de especial divulgação e inúmeras unidades didáticas, não poucas elaboradas por José Paz. A revista *O Ensino* é acessível na Universidade da Rioja . Isso sim está mal classificada a quem pertencia e quem eram os editores. E faltam o número 5 e os 23, 24, 25, 26, 27 e 28.

<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/410093>

Realizaram-se inúmeras *Jornadas do Ensino*. E tudo isto a vez que colaborava com outros projetos reintegracionistas como *Nós, Cadernos do Povo* etc. E os inúmeros meios em que colaborava.

No 1994, julho, tive a honra de compartilhar com ele 5 dias duma grande viagem a Lisboa, organizado pelos amigos portugueses da revista *Portugaliza* (dactilografada), A nossa viagem foi de grande impacto mediático em Portugal. Iamos José Paz, Maria do Carmo Henriquez, Vilhar Trilho, Isaac Alonso Estraviz, Joel R. Gomes. Carlos Garrido, Alberte Garcia Vessada e mais dous reintegrantes que não eram da AGAL, e das que não lembro o nome.

Foi muito frutífera a troca com os colegas portugueses, tivemos um acesso aos meios de todo tipo, incrível, e re-encetávamos um caminho, já algo desbravado por outros, e que desde aquela não deixou de se alargar. Além disso estivemos uma tarde com Guerra da Cal e a sua mulher Elsie da Cal, na sua Casa, e logo numa ceia bem fantástica. Mas isso do encontro com Guerra da Cal, está publicado numa pequena crónica de Joel Rodrigues Gomes na *Agália* núm. 39.

José Paz voltou entusiasmado, com o entusiasmo com o que era agora sócio dos Colóquios da Lusofonia, que tanto tinham fornecido à Galiza. Existiria a AGLP sem os Colóquios?.

Em 2007 eu presidia uma equipa que foi eleita para dirigir a AGAL, e ele fazia parte nela. Muita coisa achegou ao funcionamento da AGAL e desfrutamos do seu dinamismo, e nesse período aconteceu que no ano 2008, teve um problema com *La Región*. Ele sempre mantivera bom relacionamento com José Luis Outeirinho, o velho proprietário do jornal, e ele garantia ao José Paz, sempre um espaço para os seus artigos, isso sim, limitando bastante o seu tamanho. No 2008, o filho e a filha mandavam no jornal, e decidem eliminar a José Paz de

colaborador. Aquilo deixou-o realmente zangado. Disse-lhe, não vai sendo hora de publicares na nossa web. E começou a fazê-lo. Além disso ele colocava-se metas e desenhava futuros artigos muito antes de serem publicados. *Vultos da Galiza, Vultos da Lusofonia, Aulas de Cinema. Vultos da Cultura Universal*.

Só na última etapa do PGL, a atual, escreveu da ordem de 400 artigos, que somados aos das etapas anteriores, andam bem por cima dum milhar.

Tinha a sua atividade atual centrada nas colaborações com o PGL que não lhe impediam fazê-lo com outros meios, nem que se reduzi-se a a sua atividade na Fundação Meendinho. Aquilo era para ele uma obrigação auto-imposta, que se não podia cumprir fazia-o se sentir realmente mal.

O 3 de Março foi o seu derradeiro artigo, achava-se realmente mal, e estava pendente de uma operação de coração que era um bocado complicada, pediam-lhe inúmeros análises anteriores, e ele não estava regendo bem, foi internado duas vezes antes de ser operado.

Pedi-me que por favor falasse com a diretora do PGL, já que não tinha o contato (o dele e a telefonia, daria para um tratado), para informá-la, que suspendia a colaboração, mas que superada a operação ia estar aí trabalhando para que não faltassem os seus estudos e depoimentos no PGL.

A segunda feira passada foi operado em Vigo, a quinta feira ele sentia-se realmente bem, a sua filha Núria dera-lhe o telefone para poder ler os correios e tinha-se já disposto a começar a enviar-nos mensagens para informar que tudo ia bem. Enquanto escrevia uma mensagem para amiga Curra (Adela Figueroa), a tarde da quinta feira, o seu coração corajoso e ferrenho, parou.

Mas nos nossos corações e mentes ele permanecerá para sempre.

Alexandre Banhos
Fundação Meendinho

Sítios que podem consultar-se para complementar esta necrológica:

https://en.wikipedia.org/wiki/Visva-Bharati_Universi

<http://www.olivenca.org/litigio.htm>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Desvio_padrao

<https://a.gal/Agalia/o39.pdf>

<https://www.lusofonias.net>

Na página da *Academiagalega.org*, na nota sobre ele, há uma longa relação de meios. Eu destacaria pelo seu volume nesta época o jornal *La Región*.

Atividades da AGLP no ano 2021

Maria S. Dovigo
Ângelo Cristóvão

Apesar das dificuldades causadas pela pandemia, a Fundação AGLP realizou as seguintes atividades que a seguir se especificam:

- Assistência a reuniões da Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, dos Observadores Consultivos da CPLP.
 - Participação nas reuniões periódicas da Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, dos Observadores Consultivos da CPLP. Maioritariamente on-line.
 - Jornadas das Letras Galego-Portuguesas de Pitões das Júnias (Montalegre, Portugal). Evento educativo e cultural realizado em Montalegre, Portugal em colaboração com a A.C. Desperta do teu Sono e o apoio da Câmara Municipal de Montalegre.
 - Publicação do livro *A evolução histórica dos limites da Galiza* do académico José Manuel Barbosa. Aquisição de 50 exemplares.
- Volume 12 do Boletim da AGLP.
- Encontros virtuais na celebração do “5 de maio” *Dia da Língua Portuguesa e Culturas da CPLP*.
 - Encontros na Casa da Lusofonia (8 maio e 30 junho).
 - Participação no *VIII Congresso da Cidadania Lusófona* em Lisboa.
 - Publicação da *Antologia da Poesia* de Ernesto Guerra Da Cal em colaboração com Através Editora.
 - Segunda etapa do *Projeto Fontenla* para a ordenação, classificação e digitalização dos fundos documentais da Doação Fontenla pela empresa Severiano Servicio Móvil. O resultado são 5000 páginas de documentos digitalizados e catalogados.
 - *Roteiro pela Galiza sueva*. Rota cultural em Braga e Ourense com o guia José Manuel Barbosa Álvarez
 - Mesas-redondas virtuais sobre temas de língua e cultura, sob a convocatória e direção da AGLP. Primeiro encontro: 8 de maio, integrando representantes de associações cívicas e culturais.
 - Segundo encontro: 30 Junho, sob a moderação da académica Teresa Moure, com participação de peritos em políticas linguísticas.

ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Atividade 1:

Assistência a reuniões da Comissão temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, dos Observadores Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

A) Identificação

Denominação da atividade	Participação nas reuniões periódicas da Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, dos Observadores Consultivos da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), em que está integrada a Fundação.
Tipo de atividade	Colaboração internacional
Identificação da atividade por sectores	Institucional
Lugar de execução da atividade	ON-LINE

B) Descrição detalhada da atividade

Esta participação realiza-se como consequência da admissão da Fundação nessa Comissão dos Observadores Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Atividade 2:

Jornadas das Letras Galego-Portuguesas de Pitões das Júnias (Montalegre, Portugal)

A) Identificação

Denominação da atividade	Organização das V Jornadas das Letras Galego-Portuguesas em Pitões das Júnias, Concelho de Montalegre, Portugal
Tipo de atividade	Organização de evento cultural
Identificação da atividade por sectores	Educativa e formativa
Lugar de execução da atividade	Montalegre (Portugal) e ON-LINE

B) Descrição detalhada da atividade

Os dias 24 e 25 de abril, y 1 e 2 de Montalegre, foram realizadas as maio, em colaboração com a associação Desperta do teu Sono, entre outras associações galegas e portuguesas, e o apoio da Câmara Municipal de V Jornadas das Letras Galego-Portuguesas na Junta de Freguesia de Pitões das Júnias, com participação de 14 investigadores e estudiosos do património cultural e histórico transfronterizo, especialmente focalizado na cultura céltica.

Atividade 3:

Evolução histórica dos limites da Galiza

A) Identificação

Denominação da atividade	Colaboração na publicação do livro <i>A evolução histórica dos limites da Galiza</i> , Vol. II, do académico José Manuel Barbosa.
Tipo de atividade	Própria
Identificação da atividade por sectores	Educativa
Lugar de execução da atividade	Ourense

B) Descrição detalhada da atividade

Colaboração na edição do livro *A evolução histórica dos limites da Galiza*, Volume II, de José Manuel Barbosa. Editorial Através. Aquisição de 50 exemplares. Apresentação pelo autor.

Video do lançamento do livro: <https://www.youtube.com/watch?v=N3zo25WnNo8&t=17s>

Atividade 4:

Organização da Conferência Internacional: «Português, Multilinguismo e Ensino à Distância»

A) Identificação

Denominação da atividade	Organização da conferencia «Português, Multilinguismo e Ensino à Distância» no âmbito dos países de língua portuguesa. Foi realizada em colaboração com a Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, dos Observadores Consultivos da CPLP, com o patrocínio do Governo autónomo da Galiza. Apoio da Cátedra Unesco em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo.
Tipo de atividade	Própria em colaboração com instituições públicas e privadas
Identificação da atividade por sectores	Cultural, académica e institucional
Lugar de execução da atividade	Edifício CIEDUS da Universidade, 4 de outubro.

B) Descrição detalhada da atividade

Organização, em colaboração com o Governo Autónomo da Galiza, a Universidade de Santiago e a Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, dos Observadores Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de uma conferência que teve por objetivo fomentar a colaboração institucional e universitária nos âmbitos do ensino da língua portuguesa em contexto multilingue. Considerando as circunstâncias que condicionaram o ensino presencial, foi substituído parcialmente por intervenções on-line. Evento divulgado na internet por streaming no canal de Youtube da Universidade de Santiago. Gravação e edição do evento integralmente, disponível em www.academiagalega.org
--



Atividade 5:

Boletim da AGLP, VOL 12

A) Identificação

Denominação da atividade	Publicações próprias da Fundação AGLP: Boletim da AGLP (2020)
Tipo de atividade	Própria
Identificação da atividade por sectores	Educativa e institucional
Lugar de execução da atividade	Santiago de Compostela

B) Descrição detalhada da atividade

Publicação do âmbito filológico, linguístico e literário. Edição do número 12 do Boletim da AGLP, órgão oficial da Academia, em que se incluem artigos de diversas áreas das ciências sociais, bem como recensões de publicações.

Atividade 6:

Celebração do “5 de maio” Dia da Língua Portuguesa

A) Identificação

Denominação da atividade	Celebração do Dia Internacional da Língua Portuguesa. Encontros virtuais com mesas-redondas
Tipo de atividade	Organização de evento académico e cultural
Identificação da atividade por sectores	Divulgativa
Lugar de execução da atividade	ON-LINE

B) Descrição detalhada da atividade

Celebração do *Dia da Língua Portuguesa e Culturas da CPLP*, formalmente indicada para o dia 5 de maio. Foram realizados 2 Encontros on-line que tiveram por nome Encontros na Casa da Lusofonia. O primeiro realizou-se o 8 maio, com participação de representantes de entidades associativas. O segundo teve lugar o 30 junho, tendo como participantes diversas personalidades, professores e peritos. Todos foram divulgados em directo e registados para posterior acesso público em <http://www.academiagalega.org>

Atividade 7:

Participação no «VIII Congresso da Cidadania Lusófona» em Lisboa

A) Identificação

Denominação da atividade	Assistência e intervenção no Congresso da Cidadania Lusófona, que se realiza anualmente nas proximidades da capital portuguesa.
Tipo de atividade	Colaboração
Identificação da atividade por sectores	Divulgativa e institucional
Lugar de execução da atividade	Palácio da Independência, Lisboa, Portugal

B) Descrição detallada da atividade

Preparação da participação de dous membros do patronato da Fundação AGLP neste evento internacional anual, com o objetivo de internacionalizar o conhecimento da realidade cultural da Galiza, explorando as possibilidades de colaboração e reconhecimento a nível académico. Fomentar-se-á o intercâmbio de publicaciones. Prevista para os dias 12 e 13 de novembro.

Atividade 8:

Colaboração em Edição: “Antologia da poesia em galego de Ernesto Guerra da Cal”

A) Identificação

Denominação da atividade	Colaboração em publicações de outras entidades. “Antologia da poesia em galego de Ernesto Guerra da Cal”. Através Editora (AGAL). Edição de Paulo Fernandes Mirás
Tipo de atividade	Colaboração
Identificação da atividade por sectores	Educativa
Lugar de execução da atividade	Santiago de Compostela

B) Descrição detallada da atividade

O livro editado pela AGAL sob a chancela ATRAVÉS preenche uma lacuna no mercado editorial e facilita o acesso à poeoa deste autor nascido na cidade de Ferrol. O editor, Paulo Fernandes Mirás, é correspondente da Academia Galega da Língua Portuguesa.

A Fundação AGLP colabora com a aquisição de exemplares e a divulgação da obra.

Vídeo do lançamento: https://open.spotify.com/episode/3M5BSZOU6IGZAN1D5cxfWM?si=AUHql6EpRgO7b76GMfOqHA&utm_source=whatsapp&nd=1



Atividade 9:

Segunda parte do projeto do Arquivo Fontenla

A) Identificação

Denominação da atividade	Projeto Fontenla para a ordenação, classificação e digitalização dos fundos documentais da Doação Fontenla. Doação efetuada com documento notarial.
Tipo de atividade	Própria
Identificação da atividade por sectores	Cultural
Lugar de execução da atividade	Santiago de Compostela

B) Descrição detallada da atividade

A Fundação AGLP conseguiu em concurso público um apoio financeiro da Deputación Provincial da Corunha, para o desenvolvimento da segunda fase do Projeto Fontenla, apresentado oportunamente conforme aos critérios e prazos da convocatória (adiado do ano 2020). A Doação da família Fontenla Rodrigues contém milhares de documentos da atividade cultural, artística, cívica, política e associativa de José Luís Fontenla Rodrigues, de enorme valor para o conhecimento do desenvolvimento cultural da Galiza nas décadas de 1970 a 1990. Recebeu-se em várias dezenas de caixas de cartão, sem identificação, mas relativamente bem ordenadas, e foram depositadas na sede da Fundação em Santiago de Compostela. A encomenda da tarefa profissional foi para a empresa SEVERIANO SERVICIO MOVIL, que executou esta segunda fase do projeto, com a descrição e digitalização dos materiais impressos. O resultado são 5000 páginas de documentos digitalizados e catalogados. O objetivo final é poder dar acesso público a toda a documentação, num domínio da internet, exportável a formatos padrão, como os do repositório documental Europeana. Acesso: <https://arquivofontenla.academiagalega.org>

Atividade 10:

Roteiro pela Galiza sueva

A) Identificação

Denominação da atividade	Rota cultural com visita guiada a edifícios e lugares históricos, emblemáticos do antigo Reino da Gallaecia.
Tipo de atividade	Própria
Identificação da atividade por sectores	Cultural e formativa
Lugar de execução da atividade	Ourense e Braga (Portugal)

B) Descrição detallada da atividade

Rota cultural com guia da Fundação, José Manuel Barbosa Álvarez, que se desenvolveu na zona da cidade de Braga (Norte de Portugal), que fora capital del Reino de Gallaecia, com visita às ruínas da antiga Basílica e Palacio de la Monarquia no lugar de Santa Marta das Cortiças, en Bracara Augusta. A segunda visita foi realizada a edificios históricos da cidade de Ourense (Galiza, Espanha).
--

Atividade 11:

Encontros sobre a língua na Galiza. Encontros na casa da lusofonia

A) Identificação

Denominação da atividade	Mesas-redondas virtuais para o debate sobre temas de língua e cultura, sob a convocatória e direção da AGLP.
Tipo de atividade	Própria
Identificação da atividade por sectores	Cultural e formativa
Lugar de execução da atividade	Ourense e Braga (Portugal)

B) Descrição detallada da atividade

Evento realizado com o apoio da Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, dos Observadores Consultivos da CPLP.

PRIMEIRO ENCONTRO: 8 de maio, integrando representantes de associações cívicas e culturais, com Marcos Maceira, Presidente da Mesa pola Normalización Lingüística, Eliseu Mera, Vice-Presidente da Associação Galega da Língua, Antia Cortiñas Leira, da Associação Cultural Artábria, Santiago Quiroga, da Gentalha do Pichel, e Maria Dovigo, Vice-Presidente da Associação Cultural Pró AGLP.

SEGUNDO ENCONTRO: 30 Junho, sob a moderação da académica Teresa Moure, com participação de peritos em políticas linguísticas: Celso Álvarez Cáccamo, Pilar Garcia Negro, Olivia Penas e Elias Torres Feijó. Olhar para a frente: É possível fazermos política linguística sem as instituições? Os temas propostos foram os seguintes:

1. Olhar para fora: Que estratégias diplomáticas e sociais podemos desenvolver para estreitar os laços com os demais países lusófonos?
2. Olhar para dentro: Que decisões devemos adotar para melhorar a saúde da língua aqui e agora?

Link: <https://www.academiagalega.org/transmissao-do-youtube.html>

2º Encontro sobre a Língua na Galiza

Olhares sobre políticas
linguísticas: ativistas, agentes
culturais e perit@s

30 de junho
de 2021
às 19h00

(Hora da Galiza)



A fenda esquecida entre Galiza e Portugal

Artur Alonso Novelhe

Partilhar

Amor é fogo que arde sem se ver;
É ferida que dói e não se sente;
É um contentamento descontente;
É dor que desatina sem doer;
É um não querer mais que bem querer;
É solitário andar por entre a gente;
É nunca contentar-se de contente;
É cuidar que se ganha em se perder;
É querer estar preso por vontade;
É servir a quem vence, o vencedor;
É ter com quem nos mata lealdade.
Mas como causar pode seu favor
Nos corações humanos amizade,
Se tão contrário a si é o mesmo Amor?

(Luís de Camões)

Foi no 24 de Julho de 1128, que o Conde Mor da Galiza D. Fernão Peres de Trava, foi derrotado pelas tropas portugalenses, comandadas pelo futuro 10 Rei de Portugal, D. Afonso Henriques; na Veiga de Creixomil (Campo de São Mamede) em Guimarães.

Sendo o mesmo Senhor de Trava, amante da galega D. Teresa; mãe do próprio (naquela altura) também galego D. Afonso Henriques – a necessidade de independência, própria de qualquer filho (naquela altura o futuro rei, apenas contava com vinte anos) também tinha um fundo épico de independência territorial – e, a sua vez espiritual, como raiz – matriz da futura nação portuguesa.

Tempos atrás, em 1116 a renovada velha aliança entre Dona Teresa – “rainha mãe” dos portugalenses, com o mais poderoso Senhor do Reino da Galiza (Protetor de todos os galegos e cuidador de seus reis); tinha permitido defender os direitos do futuro Imperador Afonso VII Raimundes (na altura Rei da Galiza); e proteger a autonomia do Condado Portucaleense, diante dos embates da Rainha Dona Urraca I, de Leão e Castela (casada com o Rei de Aragão D. Afonso I “o Batalhador”) – ao vencer galegos e portugalenses juntos às tropas aragonesas e castelhanas, nas batalhas de Vilasobroso e Lanhoso.



Afonso VII; miniatura de 1312

Com a vitória do filho (D. Afonso Henriques) sobre a mãe (Dona Teresa), na já mencionada batalha de São Mamede; aquela aliança foi quebrada: o laço imaterial roto. É na alma única galego-portuguesa uma fenda aberta.

O filho teria de procurar ao sul, a expansão territorial, que não pode encontrar no norte – As portas, para ele, por Lei, estavam, nesta latitude, fechadas.

Madurando o jovem infante se faria pai e sua mãe, seria esquecida no memorial das futuras honomásticas portuguesas, em detrimento, das auras de luz e brilho histórico que por lógica seriam concedidas ao filho tornado pai. Senhor dum novo reino que nascia para ser Império (com suas sombras e luzes, como todos os humanos projetos). Império oceânico, de cujas navegações, esforços marítimos, realizados pela sua força e coragem a península celtibérica (em seu conjunto) ia abrir as rotas de entre Oriente e Ocidente. Rotas de comerciantes e aventureiros marujos que o tempo permitir iam a Europa dominar o mundo.

Sendo que em estas empresas sempre a maldade e a bondade (a injustiça e tentativa de justiça) se misturam causando, a sua vez, grande dor e sofrimento.

Mas a fenda aberta entre Afonso Henriques e sua mãe marcou uma tônica – nova dinâmica. Fenda que afundava todavia mais aquela ferida, nunca consertada, entre o Bispo de Braga Paio Mendes (quem no dia de Pentecostes de 1125 nomeou cavaleiro a um muito jovem, futuro primeiro rei de Portugal), e seu homologo compostelano o Arcebispo Diego Gelmirez; após este último em 1102 terem realizado o chamado “roubo santo”. Com o posterior traslado a Santiago de Compostela das famosas relíquias de Braga.

Aquele ato provocou a primeira grande desconfiança entre galegos e portugueses. E, a fenda ainda mais aprofundou, após Afonso Henriques tomar partido necessário pelo Bispo de Braga como já tínhamos observamos. E, em certo modo os acontecimentos políticos, sociais e históricos de ambos países, iriam fazendo do rio Minho que une almas e vontades uma caudalosa linha de fronteira. Já nunca mais a ser transporta.

Isso mesmo a pesar das muitas efémeras aproximações históricas como a de Fernando I de Portugal, que em 1369 foi proclamado rei da Galiza numa tentativa de unir de novo os dous territórios. Povos que feliz o infelizmente (não podemos saber o que poderia ter acontecido) não encontraram ainda o caminho de regresso à unidade – Já não falamos política, senão, a mais importante espiritual, cultural, civilizacional. Em definitiva voltar de novo enraizar-se.

Afonso V também o tentou apoiando a legítima sucessão ao Trono de Castela de sua sobrinha e, possível futura esposa, Dona Joana; contra as intrigas da futura rainha Isabel a “Católica” apoiada pelo poder de Aragão. Na batalha de Toro as tropas joaninas foram derrotadas pelas forças aragonesas e castelhanas e a esperança de novo abalada. Aqui uma união das Coroas de Castela e Portugal poderia ter mudado o rumo da história; que preferiu caminhar com dos Impérios celtibéricos, por aqueles mares afora.

E assim chegamos a modernidade, e a pesar dos muitos esforços feitos tanto por intelectuais galegos como portugueses, para voltar a criar pontes de união entre irmãos, pouco se tem avançado mesmo tendo em conta os grandes sacrifícios realizados, a um e outro lado da raia. Em estes momentos no terreno cultural, académico e mesmo políticos tem-se verificado múltiplas colaborações (tal vez como nunca na recente historia) mas a fronteira, parece, por algum

oculto motivo (que vai mais além das distintas situações políticas, com interesses cruzados, apesar de unidade europeia, entre a Espanha e Portugal) intransponível.

Distintas Ordens – Diferentes Projetos

Sendo que a Ordem do Templo vai ter um papel relevante na Independência de Portugal e na construção do seu futuro Império Marítimo, e na Galiza a nobreza vai aderir, mais tarde, à Ordem de Santiago; os projetos de ambos territórios também vão servir a diferentes senhores e, mesmo, a concorrentes modelos imperiais. A geopolítica da época fez de alavanca – aumentado as divergências e os inconvenientes numa reunificação. Abraço adiado no tempo, que está ainda por ser dado. Unidade que a dia de hoje não reclama ser política, se não cultural, civilizacional como falamos: numa mesma unidade linguística somos, nunca deixamos de ser e numa mesma matriz fomos criados.

Livros como *“Da Formação de Portugal às Descobertas”* do historiador e filósofo Paulo Alexandre Loução; assim como *“Portugal Templário – História e Mito”* do linguista e humanista Sérgio Francelim; ou o mais arriscado *“Portugal – Primeira nação templária”* de Freddy Silva; dão mostra do renovado interesse, por esta todavia não confirmada de toda hipótese.

Hipótese histórica que se cimenta em bases científicas a cada dia mais sólidas, mas também em procuras amadoras que não deixam de surpreender, pela sua ousadia e coragem; livres daquele rigor que à ciência obriga.

*“Dou-vos e concedo-vos o tal Castelo com todos seus foros que são e forem para que vós o tenhais firmemente, e todos os vossos sucessores para sempre, e esta doação faço, não por mando ou persuasão de alguém, mas por amor de Deus, e por remédio da minha alma, e de meus Pais, e pelo cordial amor que vos tenho **por e porque em vossa irmandade e em todas vossas boas obras sou irmão**”* afirma o documento de confirmação pelo próprio D. Afonso Henriques, da doação da sua mãe Dona Teresa, do afamado castelo de Soure à ordem do templo.

Na Galiza pela contra a Ordem de Santiago, nascida na cidade estremenha de Cáceres mas transferida a Compostela em 1170 ia atrair às suas filas a nobreza e fidalguia mais importante do reino.

Enquanto aquela Ordem do Templo, foi acolhida, protegida e renovada na Ordem do Cristo pelo espiritual, intelectual e artístico rei D. Dinis; para num futuro ser a pedra basilar das navegações e, da importante chegada as costas do Brasil; do lado galego – a Ordem de Santiago, seu cavaleiros e leal nobreza galega, serviram de maneira exemplar ao Império a qual pertenciam. Os galegos e portugueses fizeram da lealdade a seus reis e a confiança em Deus, um dos valores mais fundos – enraizados nos mais profundo da alma celta. Alma raiz de ambas ambas nações. Alma celta que, tal como deixa bem manifestado o Conde de Gondomar ao rei Felipe VI, da Espanha, em sua carta em defesa da nobreza, lealdade e generosidade dos galegos – na retitude e obediência a Lei tinha seu ser primeiro. E assim segue a ser nos galegos e portugueses, de raiz, a dia de hoje.

Dizem que o próprio Afonso Henriques foi coroado Rei, num cerimonial velado de verdadeira entronização celta. E assim teria casado com a Terra – E a Soberania Real Feminina, que é a Senhora do território celto – galaico ter-lhe-ia dado em doação a gestão daquele território; que somente poderia e poderá ser próspero, se o bem, a justiça e o respeito a Lei, forem cumpridos. Os seres humanos que ainda nao compreendem a grandeza deste Mistério são os ruins, invejosos, cobiçosos; que ferem e danam a Sagrada Mãe Terra – numa procura inútil de pequeno poder material – esquecendo-se da sua missão verdadeira.

Divergências

Mas essas diversas e divergentes realidades sócio-políticas tiveram de aumentar a separação interna: a portuguesa para dar mundos ao mundo (no seu lado luz – com o Brasil – futuro centro da América do Sul – como trabalho mais insigne). E a galega para fazer do Império Espanhol um centro geográfico preciso para o evoluir da humanidade em um determinado período histórico. Centro civilizacional que teve como raiz do seu esplendor a famosa “Escola de Salamanca” que no seu humanismo (com o jesuíta Juan de Mairena na frente) inspirou a futura intelectualidade e os ideais da “Revolução francesa”. Tendo essa mesma escola cimentado a “Carta dos Direitos dos Indígenas”, ajudando aos nobres trabalhos realizados por personagens com “Fraí Bartolome de las Casas” entre outros.

Ambos Impérios também com suas conhecidas e malignas sombras; que não diferem das sombras de outros impérios passados e presentes, devido a tónica evolutiva da humanidade ainda não ter atingido o esplendor que em no momento histórico a que nos referimos tinha de ter sido já efetivada. Mas, pela contra, ainda não foi efetivada nem a dia de hoje.

E assim os povos irmãos serviram, com os seus melhores e também mais mesquinhos empenhos (dependendo a luz e compreensão dos homens, que realizaram as diversas tarefas) a diversos mais necessários planos civilizacionais.

E agora que chegou o momento de novo unir o filho que se fez pai – Portugal, com sua mãe biológica Galiza; para trazer ao mundo de novo um outro, mas não menos preciso, processo civilizacional – desta vez oceânico (no que terão de participar todos os povos da lusofonia – que atingem os cinco continentes -, junto seus irmãos hispanos); nos encontramos ainda como a velha fenda. A ferida de Dona Teresa e seu filho D. Afonso a levantar-se diante de nós, com a pesada desconfiança criada pelo Arcebispo Gelmirez. E da qual nós, não sendo culpados somos de algum modo herdeiros.

Para ultrapassar a mesma devemos de novo espiritualmente unir o filho feito Pai – com a Mãe, que a pesar de tudo por ele sempre aguardou e aguarda. Para finalmente num abraço comum, ambos, tomar maior dignidade. Para juntos, de novo em conjunto com os povos irmãos de fala galega-portuguesa e espanhola; na América, na África e na Oceania, em comum união – comunhão definitivamente Elevar-se!

E, isto, passa também pelos portugueses reconhecer sua ancestral galeguidade e pelos galegos nunca sentir-se estrangeiros em Portugal. Estamos em casa.

Essa união espiritual deve ser composta por um genuíno retornar de ambos: Portugal as suas raízes ancestrais – Galiza a sua língua e espaço cultural, nascido do seu útero.

Língua e cultura que Portugal, junto ao Brasil, África e o mesmo Timor, elevou aos cumes mais altos da universalidade. Cumes que Galiza no oculto ajudou a galgar – pois, em todas as grandes gestas e epopeias dos irmãos lusos, em todos os cantos do planeta, se reparássemos bem, vamos encontrar a mão direta ou indireta dum ilustre galego ou descendente de galegos, unindo-se

nas pesadas tarefas. Assim são estas gentes que quando nobres nascem fazem dignas e nobres suas linhagens, suas terras e suas gentes.

Devem ser cientes que a Galiza como boa mãe da obra universal oceânica do por vir, deixou seu filho transformar-se em pai. Permitindo a este filho ser novo pai. Pai de cuja descendência, novos nobres herdeiros surgirão, a dia hoje já adultos: maturos para realizar caminhos indepedentes. No entanto, a Mãe, na sombra esteve sempre a velar – zelar por todos eles. Cuidar para a nau nunca se afastar do seu bom rumo. Rumo, nas suas entranha já de algum modo idealizado – traçado. Pois, a mãe sempre acredita, não duvida, que finalmente essa nau chegar vai a esse futuro, no presente a realizar-se como um por vir de civilizador destino.

Juntos, todos e todas, esse compromisso adquirimos: ao escrever um poema na língua comum ao trabalhar em variados programas e projetos conjuntos. Pois como diz nosso iniciático hino galaico: os tempos são chegados. E estão abertos para afiançar, ainda mais, nossa comum amizade.

E a pesar de todo amizade continua

Muitos tem sido os amigos e as amigas, de Portugal e Brasil, mesmo algum da África, que soube situar a Galiza como matriz, mãe, desta cultura comum, neste presente a formar-se, transformar-se em oceânica civilização: união de múltiplas culturas europeias, africanas, asiáticas, americanas e da oceania.

Destaco de entre todas, hoje, as palavras do meu bom amigo humanista, intelectual e linguista português António Vilas-Boas. Do mesmo jeito poderia destacar as palavras dum Rodrigues Lapa, um António Coimbra, António Cabral ou um Manuel Oliveira Guerra, diretor em seu dia da revista “Celtiga”; por dar alguns exemplos de entre outros muitos e muito variados.

E mesmo chegaríamos o grande cantor português Zeca Afonso, quem afirmava Galiza pertencer: *“a mesma realidade cultural que Portugal, sobretudo que o norte de Portugal; mas por artes de berliques e birloques, partilhas, lutas entre senhores feudais, hoje existe uma fronteira a separar povos que têm praticamente a mesma língua e que são, aliás, muitíssimo semelhantes, até na sensibilidade”*.

Deixo-vos, pois, com as palavras do nobre amigo Vilas-Boas, que encheram por uns minutos, minha alma de profunda alegria, saudade e também formosas

lembranças. Foram enviadas em comunicação particular e agradeço, tenha nosso amigo permitido serem publicadas em este artigo; pois elas são fiel testemunha do sentir de muitos galegos e portugueses:

“Nasci em 1954 e vivi portanto, no Baixo Minho, a minha infância. Sem saber que era galego... Ora aí pelos meus 22 anos, Ernesto Guerra da Cal, galego especialista emérito na linguagem e estilo de Eça de Queirós, publicou cá uma antologia da Rosalía de Castro. Era uma pretensa tradução... Escusada. Escusada porque aqui a Rosalía não precisa de ser traduzida. Mal traduzida por vezes. Guerra da Cal faleceu não muito depois. Já não estaria no seu melhor momento. Ora eu não conhecia nada na altura de Rosalía de Castro, a não ser o nome, a importância na literatura galega, e o busto dela que está na Praça da Galiza, no Porto. Um bocado escondido, lamentavelmente, pois é liricamente belo. Então comprei o livro das poesias dela e pus-me a ler. E comecei a chorar. Li toda a noite. E vi que era galego: palavras da minha infância que tinham desaparecido estavam ali. Não eram palavras que eu ouvisse em casa ou que eu dissesse. Eram palavras do povo de Guimarães, dos lavradores, tantas vezes analfabetos, que rapidamente desapareceram nos anos 70, mas normais ainda nos anos 60: AUGA, CANDO, etc. Muitas. Eu nasci e cresci numa quinta, propriedade rural. Tinha caseiros na quinta, isto é, lavradores que nela trabalhavam, com gado, etc... E convivia muito com eles e os filhos – da minha idade. Aquelas palavras regressadas (esquecidas...) mexeram comigo. Para além da força lírica de Rosalía. Ainda há pouco, lendo Castelao, encontrei palavras que assim eram ditas pela gente do campo em Guimarães: HOME, MARELAS (vacas), ANTRE (agora diz-se ENTRE...), TAMÉN (TAMBÉM), etc, etc. Sublinhei muitas. O pobo (poboo em Fernão Lopes, hoje povo) falava assim. Pelo menos o povo dos campos. Já dos operários das fábricas não tenho a certeza. Das classes cultas tenho: ninguém usava já estas palavras.

Por outro lado: se há estas semelhanças, também vejo, em Castelao por exemplo, palavras ou expressões galegas muito diferentes do português. Não vejo parentesco nenhum. Recorro a dicionários online, como o da Real Academia Galega (não tenho a certeza de que se chame assim) e há palavras que simplesmente não encontro”.

Também eu vou ao encontro sonoro das palavras que não se encontram. E mesmo assim encontro muitas outras comuns, que são encontro para nosso encontro... Meu sentir por Portugal acho tenho deixado firme testemunho

também em este escrito. No entanto, posso afirmar que desde o primeiro dia que pisei Portugal, sendo ainda uma criança, senti meu coração estar a descobrir, sem eu poder revelar a ninguém, uma porta que comunica. Era como estar em um outro local, que mantinha uma idêntica essência: essência que vivia, ainda cantava na terra natal do meu pai, no concelho de Nogueira de Ramuim, perto do rio Sil – um dos meus locais sagrados.

Quis a meu tio, de algum modo, esse sentimento tentar explicar ao afirmar:

• Tio, esta gente, fala como a gente da nossa aldeia... – No entanto meu tio riu do meu dizer. E, ainda hoje acho esse riso foi a expressão de alguém que tentava dissimular, muitas das grandes ignorâncias que os adultos têm, por causa dos seu muitos e múltiplos sociais condicionantes. Os cativos ainda são, graças a Deus, livres destes pré-conceitos ; e muitos vezes estas risas suas almas contaminam para desgraça do mundo... Mas, a pesar de todo, não me deixei influenciar – intimidar pelo seu forçado desprezo. E, finalmente, pude comprovar, sim, serem as falas de um e outro lado do Pai Minho a mesma e única fala: uma fala para a comunhão – a mesma comum união, que nenhuma artificial fronteira pode dividir, nem impedir de conetar-se, se nós tivermos e temos a vontade! Essa fala, que como todas as falas, tem a magica capacidade de pelo mundo multiplicar-se, sem nunca chegar a perder sua raiz, fortemente num valoroso chão plantada – O, invés, enriquecendo-se, volta, vai, volta com achegas das outras nobres, formosas falas. Falas irmãs de coracional viagem... Deste modo podemos, e devemos, a velha fenda ir consertando: talvez seja um dos nossos presentes trabalhos. Por que mais que nunca hoje é necessário!

Como falava o nosso ilustre escritor galego Dom Ramon Outeiro Pedraio, em 1932:

“Os melhores espíritos portugueses e galegos som cidadãos da integridade da Galiza antiga (...) A língua deve voltar a ser a mesma, para fortalecimento do ser transcendental da Céltica ibérica. Galiza, tanto etnograficamente como geograficamente e desde o aspeto linguístico, é uma prolongação de Portugal; ou Portugal é uma prolongação da Galiza, o mesmo dá”.

E agora essa língua comum, ultrapassado já o umbral celtibérico tornou-se língua internacional, criada para unir continentes. Fortalecendo a oceânica civilização que volte a juntar, povos irmãos na fala.

Publicações

***A Evolução Histórica
dos Limites da Galiza***

José Manuel Barbosa

Santiago de Compostela,
Através Editora, 2021

José Inácio Regueiro Castro “Capeloso”



A evolução histórica dos limites da Galiza (Editorial Através 2021) é um livro apresentado em dois volumes da autoria de José Manuel Barbosa, que percorre em diferentes capítulos a história da Galiza tendo como tema as terras que ficaram sob esse nome.

Começa o livro atendendo à Pré-Galiza, onde se debruça sobre os seus inícios brumosos junto com a Lusitânia com a que comparte teonímia e toponímia. Vai expondo pormenorizadamente os textos do início da história dos geógrafos do câmbio de Era e atende às diversas teorias da origem do nome da Galiza, sem deixar de referenciar a mais antiga, cronologicamente, que é a da escrita chamada do sudoeste, onde aparece Tašiioonos, o Nério da Kaaltee.

No seguinte capítulo, a Gallaecia sob Roma, desenvolve pormenorizadamente a evolução da territorialidade desde a breve Província Trasduriana, durante o início da sua ocupação, passando pelas posteriores divisões administrativas da Hispânia, dentro da que aparece a Gallaecia com os seus três Conventos Jurídicos, e chegando à Gallaecia extensa de época tardo-imperial, que abraçava o quadrante norte e centro-ocidental peninsular.

O período germânico é como os anteriores profusamente documentado. É o tempo do *Galliciense Regnum* ou *Regnum Suevorum* cuja territorialidade muda frequentemente, descrito passo a passo e dividindo o seu percurso cronológico em cinco períodos para melhor compreensão: o assentamento, a instabilidade, os anos obscuros e renascimento, a anexação visigótica e o Al-Andalus.

Na terceira parte, entra-se no capítulo: O Al-Andalus e a Galiza, que junto com o seguinte o *Christianorum regnum*, fica analisada a mesma etapa desde focos diferentes e onde são postas em evidência as discordâncias com as historiografias dominantes do mundo académico e no ensino. Estas são esclarecidas com abundantes referências e documentalmente, sobre tudo desde fontes muçulmanas e do Reino Franco. O autor apresenta a continuidade do trono toledano, desvendando o mito de Pelayo e explicando o nascimento da Sé ovetense como partição do bispado britoniense, assim como também, a consolidação hegemónica da Sé compostelana com o seu voto de Santiago. Como nos anteriores capítulos, a cronológica vai apresentada documentadamente, indicando as variações territoriais que o Reino teve no percurso dessa etapa e acabando na época do rei Afonso III o Grande, em que a Galiza, como nome geográfico e como território sob um soberano, é um alargado território, sobre tudo a centro e a norte da Península, com entradas na antiga Tarraconense mais ocidental.

A Galiza legionense é o último capítulo do primeiro volume em que avança-se do século X em diante, contando as diferentes vicissitudes que modificaram o espaço territorial, como as sucessões no trono, a aparição do condado de Castela e os ataques do Almançor, as disputas com Navarra, a partição do reino entre os cinco filhos de Sancha I e Fernando I, a conquista de Toledo pelo filho destes, Afonso VI, para finalizar, este primeiro tomo, com uma seção em que se descrevem os acontecimentos e as tensões de poder que geram a aparição e independência do reino de Portugal. O segundo volume começa com o esplendor da Galiza compostelana em que o autor desenvolve iniciando com a chegada ao trono de Afonso VII Raimundes o Imperador, desde os seus inícios como rei da Galiza Compostelana, a imperador da *Gallaecia Tota*. Continua o livro com a chegada do seu filho Fernando II ao trono, onde se descrevem as primeiras cortes de Tui em que se poderia assinalar o início do parlamentarismo europeu e relata as múltiplas mudanças de fronteiras do reino por causa de guerras, pactos e diversos aconteceres com os territórios vizinhos.

Principia o século XIII, onde o Reino da Galiza por primeira vez na história vai estar sob a mesma coroa do que Castela, iniciando-se uma etapa de declínio do poder galego em diversos âmbitos sociais e políticos, sofridos pela burguesia, a alta nobreza e o mundo eclesiástico, que fazem ficar Compostela no segundo plano da política da altura, onde emerge a hegemonia da Sé de Toledo. O relato

historiográfico começa a ser manipulado pela política castelhanista com a obra de Afonso o Sábio, que escreve a *General Estoria* e *Estoria de España*. Deparam-se-nos os tantos intentos do poder galego de evitar ficar submisso do poder castelhano, entre os que se numeram vários, mas dentro todos destaca na narração, o breve espaço de tempo de união do reino da Galiza com o de Portugal sob uma mesma coroa.

O final da Idade Média é marcado pelas Revoltas Irmandinhas, e os conflitos nobiliários que são finalizadas com a contraofensiva castelhanista dos Reis Católicos, que vai deixando o Reino vazio de poder, eliminando as suas elites, tanto religiosas como nobiliárias no processo que posteriormente é denominado desde a literatura galeguista, como a *doma e castração*.

Seguem os chamados Séculos Obscuros da literatura em que a Galiza transcorre sem mudar a sua subserviência a respeito das dinastias de Habsburgos e Bourbons, estes últimos muito centralistas. Esta última etapa do livro narra como os territórios do país sofrem diversas modificações provinciais, para além da sua, já, minguada extensão que, a partir de agora é levemente é reduzida. A crise económica, a proibição do comércio marítimo, o início da emigração e a chegada da Ilustração são alguns dos episódios pelos que corre o relato.

O século XIX inicia-se com a relevante francesada e a conformação da Junta da Galiza como instituição soberana a falta de monarca. A guerra contra os franceses é descrita no relato com detalhe, assim como os movimentos das tropas do exército galego que posicionam o seu protagonismo na expulsão dos invasores. Não deixa sem mostrar as divisões administrativas napoleónicas e a posterior divisão provincial das cortes de Cádiz, à qual seguiram uns quantos modelos não definitivos até a final de 1833. Atende, também, o relato, ao conflito entre absolutistas e liberais desenvolvido durante este século que se debruça sobre a relevância do carlismo e a sua vontade de reviver o Reino da Galiza. Relata a perda de Sés episcopais que até agora eram geridas desde a metrópole de Compostela. Dedicar um importante trecho à análise da Revolução de Abril de 1846, com o nascente e posterior galeguismo, para finalizar com o reinado de Amadeu de Sabóia e o intento fracassado do Exército Federal da Galiza por estabelecer um novo sistema territorial.

Fecha toda esta série de capítulos, o duodécimo, que nos relata desde os anos imediatamente anteriores ao século XX até o dia de hoje: a breve

segunda república com o primeiro Estatuto de Autonomia, a época da ditadura franquista e a repressão, as vicissitudes do segundo Estatuto e a descrição do nascimento do primeiro parlamento da contemporaneidade, assim como os primeiros governos da Junta da Galiza autonómica até a atualidade, sem deixar de lado a questão da língua. No tramo final do livro, debruça-se, o autor, sobre a organização territorial e governativa da Galiza atual e as consequências que de isto são derivadas, dando uma explicação de uma outra visão de como poderia ser administrado e estruturado o território.

Para pôr o remate escreve Barbosa um final “a modo de conclusão”, onde faz uma síntese da linha histórica que acompanha o nome da Galiza e uma análise da situação presente, assim como as razões pelas quais se considera o Reino Medieval um projeto político com personalidade realmente soberana e uma chefia das suas elites sobre todo o território que domina.

Ambos os tomos são ilustrados com abundantes mapas explicativos e finalizam com índices onomásticos e toponímicos. O primeiro tomo também leva um anexo com listagens dos reis da Galiza, de Portugal e os os réculos coimbrãos anteriores à sua definitiva inclusão em âmbito galaico.

Do nosso ponto de vista, resulta um livro que divulga a história da Galiza de uma maneira didática e compreensível, sem deixar de ser profundo na análise e estudo do passado, para quem de jeito amador tenha interesse pela história e também para estar presente nas bibliotecas de qualquer liceu ou faculdade. O texto está fortemente documentado e é por isso que pode mostrar-se como controverso para quem tenha conhecimentos de história lecionados desde os planos de estudo saídos das duas capitais dos estados peninsulares, embora também, por essa boa documentação, esclarecedor das lacunas, contradições e das reelaborações que as historiografias estatais nos apresentam.

Também, e do nosso ponto de vista, parece-nos que a qualidade dos mapas publicados nos dois volumes poderia estar melhor editados, apresentando uma letra muito miúda, sobretudo nas legendas, que impedem a fácil compreensão dos textos nas legendas dos mesmos, mas acho que este pormenor, não desmerece a totalidade dum trabalho que é muito bom. Gostaríamos ver corrigido este, para nós, pequeno defeito de edição, para próximas reimpressões, o que acrescentaria a qualidade estética do trabalho e portanto o valor do mesmo, já por si próprio valioso.

Memória e Desmemória
Prólogo de *As mulheres da Casa da Bouça da roupa estendida*
Adela Figueroa Panisse

Santiago de Compostela,
Edicións Laiovento, 2021

Claudio Rodríguez Fer



Adela Clorinda Figueroa Panisse combinou a formação científica com a vocação literária, exerceu a docência em paralelo ao publicismo jornalístico, praticou o ativismo ecologista ao tempo que o linguístico e cultivou os géneros mais variados (poesia, narrativa, ensaio). Contudo, a pesar dessa variedade, manteve sempre o compromisso fulcral com a Galiza que unificou todas as suas atividades com uma lealdade profunda às pessoas, às terras e aos princípios que a marcaram desde cativa. Produto integral desse apego é o romance *As mulheres da Casa da Bouça da roupa estendida*, sem dúvida escrita pela criadora literária que é, mas também pela bióloga, pela professora, pela opinante, pela lusófila e pela militante da Galiza, do galego português e da lutadora feminista e republicana.

A fidelidade manifesta-se já integralmente do limiar do romance em que a autora reconhece como mestre e amigo o polígrafo Ricardo Carvalho Calero, com quem em efeto compartilhou muito da sua conceção da Galiza e do idioma galego enquanto foi aluna sua no Colégio Fingoi de Lugo. Para além, a reprodução do estarrecedor poema autobiográfico do encarcerado e represaliado Prof. Carvalho, intitulado “Como pudemos viver”, põe de manifesto que com ele compartilha também a sua ótica sobre a nossa memória histórica, centrada tanto na denúncia dos terríveis sofrimentos inferidos pelos fascistas quanto no irreduzível compromisso com as ideias democráticas galeguistas. É com a mesma digna fidelidade que a autora reconhece no epílogo o magistério particular do benemérito mestre assim mesmo represaliado Gregório Sanz.

Anuncia o limiar a dor dos vencidos e das vencidas durante a terrível guerra civil e a “pobre, fechada e triste” pós-guerra franquista que se vai retratar, mas também a referência ao período prévio ao golpe de estado de 1936, tempo esperançador que, com efeito, servirá de enlace através da memória e do exílio para a resistência contra a aculturação e a ditadura. Porque, com efeito, apesar de tudo, pôde preservar-se dalgum jeito “o arraigo, o abrigo e a identidade”, segundo a autora através especialmente da família, quicá pela própria experiência, porquanto não em vão é filha do médico e farmacêutico represaliado Antón Figueroa Mosteiro, um dos fundadores das Mocidades Galeguistas de Lugo durante a II República. Trata-se, portanto, duma obra cheia de crueldade e de horror, mas também contém a beleza da terra, a do Íncio, e da vida, sobretudo através do amor e da esperança num futuro melhor, sem deixar de ser consciente da necessidade dum certo idealismo generoso para poder avançar.

Mas este romance que tão bem representa a novelista oferece visões diferentes e complementares da Galiza. Começa sendo biológica e etnográfica, ao jeito do Ánxel Fole (por sinal, muito amigo do pai da autora, a quem de facto me apresentou dito escritor), o grande narrador da terra brava do Íncio, e prossegue sendo social e política à maneira testemunhal do memorialismo histórico e intra-histórico da guerra civil e da violência machista. Para além, a retrospeção à guerra colonial da África ou à Ditadura de Primo de Rivera e às repercussões na Galiza dota o relato dum certo efeito de romancerio transgeneracional.

A Galiza inciana, plena de verde e variada vida natural, mostra-se-nos desde o princípio através da morrinha das carvalheiras e dos soutos, dos regos e dos lameiros, das ervas e das vacas, dos castinheiros rebordantes e dos sabugueiros em flor ... Como Fole e tantos pintores literários da tradição galeguista, a autora põe em evidência a emoção perante a paisagem, mas sem lhe esquecer denunciar o abandono feísta, a especulação usurária e o urbanismo descontrolado que tantos estragos fez e faz na Galiza.

Ora, a “domesticada” paisagem galega está sempre habitada e a morrinha dela cobra também foleana e perspicaz dimensão etnográfica em que se evocam os carros rengendo carregados de erva, as sebes que marcam adornando os deslindes das leiras, a dança laboral da sega comunitária, a construção

tradicional dum palheiro e a casa feita con xisto do Incio. Nestas observações também não falta a divertida etimologia popular a que tão afeiçoado era Fole, como a relativa ao “haiga”, nem por certo a evolução da cultura material, da desapareição das socas à implantação da cozinha de ferro chamada económica ou bilbaína. Particular atenção presta-se aos labores gastronómicos realizados por mulheres a porem o pote a ferver caldo de castañas ou verzas ou a cozer carne de porco na lareira, quando não a preparar “rosquillas” de anis, filhoas de mel ou maçãs asadas. Mas as mulheres também tricotam na vivenda ou fazem as medas trás a seitura. A elas, mantedoras da vida cotiá, devem-se os lençóis limpos na cama e a roupa lavada estendida na varanda que dá título à novela. E alguma ainda conserva a estigmatizada, mas útil sabedoria tradicional do valor terapêutico das ervas.

O aspeto social e político apresenta-se do início através da emigração e do exílio, pois trata da volta duma fugida que teve de se ocultar, por o dizer com o estilo sempre biológico da autora, como uma limacha por montes de coelhos e lobos. Com efeito, a emigração a Lugo, a Bilbao ou a Barcelona trouxe consigo abandono e despovoamento do mundo rural; o exílio às Américas trouxe consigo abandono da cultura galega e mesmo da cultura em geral, mas ambos os fenómenos estiveram provocados na pós-guerra pela mesma ruinosa ditadura que não permitiu sobreviver em condições de dignidade material nem cultural...

Por isto, as referências culturais galegas aludidas nesta novela remontam-se ao período pré-bélico, como o romance do *Don Gaiferos de Mormaltán*, a poesia de Rosalia de Castro ou a afirmação linguística das *Irmandades da Fala*. Testemunhalmente, dá-se conta também das leituras juvenis da época: contos fantásticos, fábulas ilustradas, novelas de aventuras e de formação masculina e feminina ... Aparecem também contos populares, como o do raposo e a águia ou o do navegante bêbedo, bem como a adivinha sobre nabo, nabiça e grelo. E alude-se à conexão lusa através dos encontros galaico-portugueses com Teixeira de Pascoaes em Amarante. Em contraste com tudo isso, a escolarização pós-bélica reflete-se com toda a crueza diglósica e classista, bem como no auto-ódio galegófono dos vencedores.

A cultura humanista e enraizada no país está representada pelo mestre republicano que retornara da emigração, personagem que tanto lembra outros

mestres reais assassinados ou represaliados, pois nesta história de barbárie ecoam constantemente modelos reais, desde as mulheres protagonistas até outras vítimas do fascismo, como o do arrastado pelo seu cavalo. Dá a impressão de que a autora tivesse escutado de novo algumas destas peripécias então ocultadas pela ditadura, como também as relativas a personagens explicitamente históricos como o doutor Rafael de Vega Barrera ou o governador Ramón García Núñez. Ademais, alude a factos que pode lembrar pessoalmente, como o faladoiro lucense do Café Méndez Núñez, ao que acudia seu pai e, de vez em vez, o galeguista Ramón Piñeiro, ficcionado criticamente na novela.

A protagonista encarna o ponto de vista mais esquerdista do exílio galeguista na América, pelo que não concorda com a reforma sem rotura do regime franquista que representou a "Transición", operação que sancionou a permanência dos mesmos poderes estabelecidos e o esquecimento do legado republicano. Esta visão crítica atinge à reconversão política, ao caciquismo social, à aculturação centralista, mesmo à desestruturação total. Em contraponto, põe-se de manifesto o espírito empreendedor da emigração galega na Argentina e nos Estados Unidos.

Mas o núcleo dramático da obra centra-se na vivência das mulheres, apartadas da cultura pela Igreja, atacadas pelo bestial machismo dominante e afinal perseguidas pelo fascismo por ter ideias próprias. A tragédia desata-se com muito consciente perspectiva de género, mas sempre lateja com esperança a realização pessoal e a rebelião solidária das mulheres dignas e livres perante a violação, o aborto, a rejeição ou a repressão liquidacionista. Destaca-se por isto a colaboração labrega e feminina com a guerrilha antifascista galega, primeira e última em combater os sublevados, em contraposição com os preconceitos que esvaecem tão sacrificada e comprometida luta. Mas correlativamente também não se oculta a perseguição assassina levada a cabo na Galiza pelas sinistras esquadras negras dos falangistas através das delações, sacas e passeios.

As idas e vindas das protagonistas por diferentes países e lugares permitem para além estabelecer analogias e contrastes muito notórios entre eles. Entre as primeiras, a comparação do Íncio com as dondas cuinhas e doces outeiros da Nova Inglaterra; entre as segundas, a diferente perceção da paisagem de quem viveu no meio rural galego face a quem se criou numa megalópole americana. Destas distintas perspectivas provêm também observações linguísticas e

literárias; por exemplo, em torno à diferença entre o flã e o *puding*, ou ao tópico da infância acolhida em orfanatos imposto pelo romance romântico inglês. Os encontros culturais vão da indumentária (a minissaia no Londres dos 60) à gastronomia (o porco-bravo com castanhas do Courel), mas os encontros são por vezes cinematográficos (o *western* de John Ford, o aspeto de Clark Gable). E a incrustação final de cartas cruzadas entre os personagens avonda no perspetivismo epistolar fundado por Montesquieu.

Mas o que prima neste romance, como se reafirma na intertextualização de versos do poeta lucense Luís Pimentel e no próprio epílogo da autora, é a reivindicação da memória das gentes da Galiza rural, emigrante, represaliada e exiliada, sem dúvida as que mais padeceram a injustiça e a opressão durante o século XX, num justo gesto que busca verdade e reparação históricas, porque de aquelas pessoas provimos e a elas devemos o melhor que temos.

Gramática e Linguística
Ensaaios e outros estudos
Amadeu Torres

Braga,
Universidade Católica Portuguesa, 1998

António Gil Hernández



O Prof. Amadeu Torres (Castro Gil, pseudónimo poético) (1924-2012) merece uma recordação não só por se ter manifestado amigo cordial da Galiza, mas por ter colaborado, enquanto lhe era possível, nas atividades das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal. Jorge Coutinho, no obituário que lhe dedicou em *Theologica*, núm. 47, 1 (2012) pp. 181-188, diz do Professor:

Não seria necessária a estatura intelectual e humana como a que efetivamente ele tinha para que aqui se escrevesse uma breve nota *in memoriam*. Mas o Prof. Amadeu Torres – que, como poeta usou quase sempre o pseudónimo de Castro Gil – foi realmente uma figura intelectual e humana de invulgar dimensão. Se a sua vida merece uma “nota” de excelência, justo seria dedicar-lhe aqui uma nota de exceção. E, de facto, só não será mais extensa porque poderia ser repetitiva, já que esta revista lhe prestou homenagem com outra nota em edição de há oito anos, por ocasião do seu octagésimo aniversário natalício (vid. *Theologica* 39, 2 (2004) 445-453), com texto da minha autoria. Nesse texto de homenagem pode ver-se, em termos necessariamente muito abreviados, o essencial da sua trajetória biográfica e da sua obra científica e literária. Para informação mais completa pode consultar-se o livro que, também a título de homenagem, lhe foi oferecido pela extinta tipografia Barbosa & Xavier, Lda, por iniciativa do seu proprietário, o saudoso Sr. Martins, depois de por mim próprio organizado: Jorge Coutinho (org.) e Miguel Gonçalves (apres.), Prof. Doutor. Amadeu. Rodrigues. Torres. Elenco. bibliográfico. geral, Braga, 2005, 70 pp., com 2a edição

revista e aumentada com os trabalhos dos últimos cinco anos e da iniciativa do próprio Prof. Amadeu Torres, em Edições Humanitas, Braga, 2011 (78 pp.).

Limitar-me-ei por isso aqui a esboçar alguns traços da sua excecional personalidade. Começo por transcrever da nota referida já publicada nesta revista: «Fisicamente de mediana estatura mas intelectual e espiritualmente dotado de invulgares talentos, Amadeu Torres tornou-se em sua vida um gigante do saber, da produção científica e da criação literária. Homem simples, discreto, habituado a viver seu dia-a-dia em modo de recolhimento monástico, rodeado pela riquíssima biblioteca pessoal, convivendo com os colegas comensais com a simplicidade de um mais inter pares, habituámo-nos a vê-lo sistematicamente ou a trabalhar ou a recitar, no corredor, em intervalos do trabalho, a sua Liturgia das Horas. Meticuloso no cumprimento dos seus deveres sacerdotais e académicos, valeu-se na vida essencialmente da sua inteligência de exceção, da sua saúde resistente e do seu trabalho sem descanso. Haveria de concluir todos os cursos e graduações com classificações de excelência.»

Mas das excelências do Prof. Torres quero lembrar, como disse, a sua colaboração nas atividades de entidades galegas, em particular na revista *Nós*, que dirigia José Luís Fontenla Rodrigues. Alguns dos artigos em causa acham-se reunidos no volume intitulado *Gramática e Linguística. Ensaio e outros estudos*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1998, 327 pp. São:

“Ortografia, semântica e ortofonia no mundo lusófono”, no vol. 19-28 (1990-91), *Actas do I Congresso Internacional de Literaturas Lusófonas* (Universidade de Santiago), Ponte Vedra / Braga, pp. 45-48.

“Celso Cunha, mestre romanista insigne”, no vol. 19-28 (1990-91), Ponte Vedra / Braga, pp. 59-62.

“Lindley Cintra e outra *Carta do Minho*” no vol. 29-34 (1992-1993), Ponte Vedra / Braga, pp. 61-64.

O volume *Gramática e Linguística* está dedicado “Ao Prof. José Gonçalves Herculano de Carvalho, meu sábio Mestre na Coimbra dos Doutores” e “Aos Profs. Eugénio Coseriu e Manuel de Paiva Boléo, que muito me ensinaram através das suas obras.”

Uma “Nota preliminar” ou “Prefácio” do Prof. Evanildo Bechara preside o volume. Dela extrato algumas alíneas:

A trajetória literária, liceal e universitária, no campo da erudição linguístico-filológica, faz do Prof. Doutor Amadeu Torres uma referência obrigatória de todos quantos desejamos conhecer lúcidas lições, oportunos convites à continuação e aprofundamento das pesquisas por ele iniciadas, e pertinentes fontes de consulta de aturada leitura crítica.

Aplauze, assim, o público estudioso a feliz ideia do Autor de reunir em volume vinte e dois ensaios esparsos em publicações várias, que não traem nem os domínios da sua especialidade, nem a marca de profundidade dos seus conhecidos e justamente apreciados trabalhos de maior fôlego. (p. 13)

Certamente os assuntos tratados nestes vinte e dois ensaios e estudos esclarecem ou aperfeiçoam importantes aspectos da ciência, ensinam a discussão de alguns pormenores e a complementação de outros dados bibliográficos; mas em todos está o selo do verdadeiro homem de estudo, que tem os olhos não só voltados para os domínios de suas especialidades, mas também para a realidade e as circunstâncias da vida. Não se sai da leitura de nenhum dos seus escritos sem a recolha da lição desejada ou dos elementos que impulsionam a pesquisas ulteriores.

Acrescente-se a isto o lado humano que nestes escritos se revela: o Autor também está atento em registrar com emoção e carinho o quanto aprendeu e o quanto ficou a dever em ciência e em amizade a mestres e companheiros no arroteamento da mesma vinha. São as referências repassadas de saudade a F. J. Martins Sequeira, Azevedo Ferreira, Paiva Boléo, Lindley Cintra, Celso Cunha. (p. 14)

Cumprir reconhecer que quase todos os vultos que cita o Prof. Bechara tiveram relação não só de amizade com pessoas galegas em atividades mistas a um lado e outro da fronteira e mesmo do Atlântico, mas sobretudo colaboração nas análises e propostas para a “recuperação literária do galego”, que intitulou o Prof. Rodrigues Lapa.

Permito-me citar alguns excertos do artigo “Ortografia, semântica e ortofonia no mundo lusófono”, bastante explícitos e sobretudo razoáveis:

No que respeita a controvérsias acirradas, elas só começam com o projecto de 1986. O escarcéu varreu então estas praias do Atlântico, obrigando a Comissão a elaborar uma redacção menos radical e unificadora. Assinada esta a [12 de Outubro] de 1990 pelos sete países lusófonos [não considera Timor Oriental

daquela estava invadido por Indonésia] sob a epígrafe de Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, e com a adesão da delegação de observadores da Galiza, a ratificação, pelo Decreto n.º 43/91 do Presidente Mário Soares, deu-se em 4 de Agosto, conforme se lê no “Diário da República” de 23, nem três semanas depois desta mas quase oito meses após a sua assinatura em Lisboa. [...] Cinco anos de opiniões discordantes, que não raro pretendiam ensaiar-se em representação geral, o que esteve muito aquém de o ver, quer pelo número dos seus adeptos quer pelo peso dos intervenientes, salvo honrosas excepções. Lindley Cintra, que com António Houaiss e Malaca Casteleiro foi um dos obreiros principais do Acordo, ainda teve a consolação de saber da sua ratificação, mas já o não viu publicado, por haver falecido quatro dias antes. Pior aconteceu a Celso Cunha, outro linguista de craveira internacional que tanto lutou pela aproximação ortográfica lusófona, porquanto partiria desta vida em Abril de 1989, pesaroso de tantas discussões e querelas, sobretudo as exorbitantes do tema, as motivadas por ignorância ou confusão lamentáveis, enfim as atrevidas no destempero de rotular os responsáveis maiores de vendilhões da língua e traidores da pátria, do que Lindley Cintra chegou a queixar-se com amargura. (p. 249)

Fique aquí a leve recensão do livro *Gramática e Linguística* e passo a comentar em quatro palavras outro livro do Prof. Amadeu Torres, não menos interessante e mais variegado. Trata-se de *Ao Reencontro de Clío e de Polímnia*.



Ensaaios histórico-literários e outros estudos, editado também pela Universidade Católica Portuguesa, Braga, 1988.

Na altura, 1988, o Secretário-Geral da ACL Justino Mendes de Almeida, “Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, humanista, paleógrafo e epigrafista de gema, investigador da lexicografia e da literatura devotado também à ecdótica e crítica textual”, diz no “Prefácio”:

De três partes se compõe este opus magnum de Amadeu Torres: *Temáticas Circum-Goisianas*, *Temáticas Bracaraustanas* e *Outras Temáticas*. A qual deras daríamos preferência? É difícil dizê-lo, já que a resposta depende em boa parte do gosto e das

opções do leitor. Por mim, não hesitaria em optar pela série de estudos em torno do mais universal humanista português de Quinhentos. Quem há hoje que não conceda lugar à parte a Damião de Góis no concerto do humanismo europeu do nosso Século de Ouro? Mas nas outras duas partes há artigos tão interessantes que parece ilícito optar por qualquer delas. (p. XVI)

Seja como for, podem interessar mais às pessoas galegas curiosas os textos de “Outras temáticas”, mormente “Humanidades, filosofia e cultura geral”, “Leonardo Coimbra: o rigor do filósofo e a magia do literato”, “Rodrigues Lapa e a *Estilística da língua portuguesa*”, “No centenário de Fernando Pessoa: Portugal das Sete Partidas e o seu modo de estar no mundo”, os quais podem referir-se à Galiza. Leonardo Coimbra teve relação particular com a Galiza, com a Crunha em particular, e nela com Johán V. Viqueira, mas é Rodrigues Lapa quem com maior intensidade agarimosa fez sua a condição de galego “usque ad Mondecum”.

Do artigo sobre a *Estilística da língua portuguesa*, do Prof. Rodrigues Lapa, cito um excerto com que finalizo estas pobres resenhas:

[...] se a Gramática morresse, à Estilística não ficava outro remédio senão expirar de inanição em simultâneo com a própria language, cujo corpo e estruturas assentam sempre numa gramática, autêntica alma que lhes dá vida. Por outro lado, convém recordar que nem tudo o que a Estilística tomou como objeto formal era alheio à Gramática, inclusive o tratamento dos conectores modais. É que, apesar de radicada na *ratio* e no rigor lógico, ella não rejeita as dádivas do *usus*, de si inventivo e alforriado. E só a partir do conhecimento prévio e perfeito das leis verdadeiramente assumidas, é que se alcançou a liberdade de ser e de agir dentro da legalidade, que, neste caso, são os ditames fundamentais da Gramática, seja da língua como tal, seja da comunicação. É neste contexto de liberdade negativa ou de coacção, e positiva autonomia, na acepção de Isaiah Berlin, há pouco falecido, que se atinge em pleno o alcance pessoano do conselho de Bernardo Soares, prudente e sóbrio: “Agarre-se à Gramática quem não tiver tempo para a esquecer.” (p. 411)

*Boletim da
Academia Galega
da Língua Portuguesa*

Catalogação

Título	Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa
Editor	Padrão (Galiza): Academia Galega da Língua Portuguesa, 2008 -
Periodicidade	Anual
Início/fim	N.º 1 (2008) -
Notas	Textos em português
ISSN	1888-8763
Depósito Legal	C-2345/2008
Classificação	009(05) 303(05)
Matéria	Ciências humanas - publicações periódicas Ciências sociais - publicações periódicas



O utilizador pode copiar, distribuir, exibir e executar a obra* sob as seguintes condições:

- ① **Atribuição.** O utilizador deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciente
- ② **Uso Não Comercial.** Não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- ③ **Vedada a Criação de Obras Derivadas.** Não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.

* Para cada reutilização ou distribuição, deverá deixar claro para outros os termos da licença desta obra.

* Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que obtenha permissão por parte do autor.

Esta licença não limita de forma alguma os direitos legais e morais dos autores.

© Os(as) autores(as), 2016 (dos textos).

© Academia Galega da Língua Portuguesa, 2016 (desta edição).

O conteúdo dos textos e as permissões para citações são da inteira responsabilidade dos(as) autores(as).

Apresentação

O *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa* anuncia a chamada de colaborações para o seu undécimo volume, previsto para o fim do ano 2019. O *Boletim* é uma publicação científica de periodicidade anual, editada pela AGLP, centrada na investigação e teorização no âmbito das ciências sociais e humanas, com ênfase na pesquisa referente à Galiza, às comunidades galegas e ao conjunto da Lusofonia.

Cronograma para o Vol. XIV

Colaborações: Até 31 de dezembro de 2021
Decisões editoriais: janeiro/fevereiro 2022
Edição e acabamento: março/junho de 2022

Envio de propostas

Os artigos devem ser originais e redigidos em Português a teor do Acordo Ortográfico, ratificado. Enviar-se-ão em arquivo eletrónico (formato compatível com Microsoft Word) até 31 de dezembro a: pro@aglp.org

Devem cumprir-se as seguintes especificações:

Página de título e subtítulo com o nome do(s) autor(es), afiliação académica atual, bem como endereço postal e eletrónico; os autores indicarão até sete palavras-chave (em português e inglês); resumo (em português e inglês) de 100-150 palavras; texto principal de entre 3.000 e 7.000 palavras para os Estudos, organizado com uma hierarquia clara de títulos e subtítulos (máximo três níveis); referências inseridas no texto (autor, a-no:página), ex.: (Moreno, 2006:19-23); sendo estritamente necessárias, notas ao pé, não devendo incluir-se nenhuma referência bibliográfica; as tabelas, figuras, desenhos e ilustrações (originais), com contraste e qualidade apropriados, estarão claramente identificadas e numerar-se-ão consecutivamente; apartado de Referências bibliográficas (ver exemplos a seguir) depois do texto; breve (até 5 linhas) síntese biográfica em folha separada; o texto não deve conter formatações especiais, sublinhados ou negritos; conter caracteres especiais (fontes fonéticas, históricas, etc.), deve enviar-se o arquivo com a fonte correspondente; os textos que não cumpram as especificações supracitadas serão devolvidos aos seus autores.

Apontamentos legais

Os autores serão sempre titulares dos direitos legais dos seus textos; os autores são responsáveis pelas autorizações para a reprodução de citações, ilustrações, etc. Aplicar-se-ão os termos da licença Creative Commons (by-nc-nd 3.0).

Normas de publicação

Resenhas

A revista incluirá uma seção com resenhas de publicações relevantes; os textos, redigidos de forma clara e concisa, conterão entre 1.000 e 2.000 palavras, a enviar ao endereço eletrónico supracitado. Não se aceitarão resenhas de obras inéditas.

Sistema de referências bibliográficas

As referências devem seguir a seguinte formatação:

Em monografias e similares: Sobrenome e Prenomem do autor ou autores (ano). *Título* (em itálico). Local: editora. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perímetro; Ex.: Suevos, Paulo; Lopes, Manuel (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perímetro.

Mais de três autores: Sobrenome e Prenomem seguindo de: *et al.* Ex.: Suevos, Paulo; *et al.* (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perímetro.

Entidades coletivas: Nome da entidade (ano). *Título* (em itálico). Local: editora. Ex.: Xunta de Galicia (1998). *Estatísticas*. Santiago: Xunta de Galicia, Presidencia.

Autor (editor) da obra difere do autor do capítulo: Sobrenome e Prenomem do autor da parte (ano). Título da parte. Sobrenome e Prenomem do autor (editor) da obra, responsabilidade [seja ed., dir., org., etc.], *Título da obra* (em itálico). Local: Editora, pág. inicial-pág. final da parte. Ex.: Suevos, Paulo (1998). Marco teórico. Lopes, Manuel, ed., *Manual de estilo*. Lugo: Perímetro, pp. 12-34.

Revistas e jornais: Sobrenome e prenome (ano). Título do artigo. Título da revista/jornal (em itálico), volume e/ou número, pagina inicial-final do artigo. Ex.: Suevos, Paulo (1998). Introdução ao estilo. *Revista de Letras*, vol. 1, n.º 1, pp. 23-35. No caso de artigos sem autor explícito, colocar nome da revista/jornal.

Para teses e outros trabalhos académicos: Sobrenome e Prenomem (ano). *Título* (em itálico) [tipo de trabalho]. Local: Instituição. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Teoria do estilo* [memória de licenciatura]. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia.

Para documentos em-linha: mesmos critérios que edição impressa, acrescentando [em-linha], seguido do título, disponibilidade e data de consulta no fim. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Manual de estilo* [em linha]. Lugo: Perímetro. Disponível em [consult. 03/05/07]: <<http://www.perimetro.net/estilo.pdf>>.

Estudios

Carvalho Político	<i>Luís Gonçalves Blasco</i>	11-30
Neovalencianismo e poder: o combó e a ilusão hegemónica	<i>Josep J. Conill</i>	31-56
O descort provençal e o problema do corpus	<i>Ângelo Freix</i>	57-89

